

Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e
Sociais Aplicadas, ICHSA.
Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD

Pensamento humanístico e condição humana na Modernidade
Reflexões contemporâneas acerca das Artes, Ciências e Filosofia

Organizadores

Rodrigo Alberto Toledo

Antonio Henrique Bernardes

Peter Alexander Bleinroth Schulz

Coautor da obra

Oswaldo Gonçalves Junior

Autores

Alexsandra Raimunda Pimentel

Murilo Rodrigues Maluf

Pietro Gibertini

Rodolfo Victor Cancio Evangelista

Taís Alves Teixeira

Vannie Pawelski Da Gama

Limeira/SP
2023

Vol. 14, N.2 (2022)
E-ISSN: 1984-1736

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Ciências Aplicadas

UNICAMP/FCA

Mestrado de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ICHSA.

Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD

Pensamento humanístico e condição humana na Modernidade

Reflexões contemporâneas acerca das artes, ciências e Filosofia

Organização

[Rodrigo Alberto Toledo](#)

[Antonio Henrique Bernardes](#)

[Peter Alexander Bleinroth Schulz](#)

Coautor da obra

[Oswaldo Gonçalves Junior](#)

Autores

Alexsandra Raimunda Pimentel

Murilo Rodrigues Maluf

Pietro Gibertini

Rodolfo Victor Cancio Evangelista

Taís Alves Teixeira

Vannie Pawelski Da Gama

Capa, diagramação e concepção

Antonio Helyas Silva Sousa.

Limeira/SP

2023

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18853>

No contexto da disciplina “Pensamento humanístico e condição humana na Modernidade”, ministrada no Programa e Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Campinas, se desenvolveu um conjunto de reflexões contemporâneas acerca das artes, ciências e Filosofia.

Partiu-se da interpretação de textos que contemplaram a poesia e as artes plásticas, especificamente, imagéticas subsidiadas pelas contribuições de Baudelaire e Benjamin. Num segundo momento, se utilizando filmografias e as interpretando a partir das contribuições de Jameson, se discutiu a cultura de mídia e seus rebatimentos na sociedade, com destaque para os filmes Rambo e Top Gun e seus respectivos contextos históricos e sociais de produção e de representação fílmica. Além disso, se discutiu e refletiu acerca das relações virtuais, suas formas de engajamento e a atual influência social. Por fim, com base no pensamento de Sartre e de pensadoras feministas contemporâneas, como Haraway e Butler, se discutiu o Humanismo em suas diferentes vertentes contemporâneas.

Uma possível síntese dessa miríade de discussões e reflexões desenvolvidas no decorrer da disciplina se contemplou o desenvolvimento do pensamento Humanista no decorrer das últimas décadas por meio das diferentes manifestações artísticas, científicas e filosóficas, atribuindo especial destaque para o fenomênico que é a contemporaneidade. Com isso, um dos frutos desse trabalho foi a concepção e desenvolvimento de artigos científicos que, de algum modo, contemplaram essas discussões.

Partindo daquele mais genérico, temos o “Sociedade Pós-moderna, interdisciplinaridade e a proposta da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA)”, redigido por Alexsandra Raimunda Pimentel. Nesse texto a autora abordou a interdisciplinaridade como modo mais abrangente de abordagem da realidade como resposta a certa angústia do sujeito Pós-moderno decorrente dos modos de conhecimento possíveis pelas Ciências parciais. Ela afirmou que o modo de conhecimento fragmentado possui relação com o crescimento industrial e comercial e, posteriormente, das tecnologias. É nesse contexto que a autora pôs em discussão a proposta curricular da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, inaugurada em 2009, ao entendê-lo como inovador, porque interdisciplinar.

Não perdendo a interdisciplinaridade como pressuposto, mas enfocando em questões literárias, que em muito indicam a condição humana na Modernidade, Taís Alves Teixeira, em seu artigo “Carolina Maria de Jesus: catando relatos para escrever o cotidiano de quem vive à margem”, abordou os diários de Carolina Maria de Jesus reunidos e publicados nos livros *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Casa de alvenaria volumes I e II*, para pensar a concepção de Modernidade pela perspectiva da tradição filosófica decolonial. Segundo a autora, os diários de Carolina Maria de Jesus são registros das condições de existência daqueles que historicamente permaneceram à margem social e, por isto, eles contribuem para o entendimento do projeto de Estado nacional brasileiro baseado na discriminação racial que é um dos fundamentos da Modernidade/colonialidade.

Em *É a vida: a nova flânerie*, Vannie Pawelski da Gama, observa o fenômeno do ambiente urbano, as características das complexas cidades colecionistas e capitalistas da década de 2010 e 2020. Cidades que propagam problemáticas oriundas do processo histórico de desenvolvimento mediados pela tecnologia digital, automatização e dependência. A partir disso, remete às corporeidades errantes artísticas das cidades digitais atuais, cotejadas pela metamorfose da experiência em multidão da flânerie de Walter Benjamin.

Ainda vinculado às Artes, Murilo Rodrigues Maluf, redigiu o artigo “Missão dada é missão cumprida”: a influência do filme *Tropa de elite* na cultura corporativa”, buscou analisar a influência de uma obra cinematográfica sobre o discurso e a prática de segmentos corporativos no Brasil contemporâneo. Isto ocorreu, segundo o autor, devido a popularização da forma de construção dos personagens, das expressões e frases de impacto, além de aspectos estéticos e imagéticos. Com isso, a utilização se tornou recorrente o uso de elementos do filme em iniciativas de motivação e criação de cultura corporativa, principalmente na

área comercial com o intuito de motivar seus colaboradores, mas em verdade ela acabou por reforçar as relações de poder presentes na atividade de trabalho de modo ainda mais imperativo.

Num outro sentido, mas que reitera a interdisciplinaridade por uma perspectiva aplicada, Pietro Gibertini redigiu o artigo “*Perspectivas críticas sobre a constituição e utilização dos indicadores sociais na modernidade*”. Ele apresentou uma reflexão sobre os indicadores sociais que são utilizados como ferramentas que alicerçam as implementações de políticas públicas Moderna, se debruçando sobre sua epistemologia com o intuito de identificar os problemas que a sua utilização imprudente pode ocasionar. A partir disso, o autor vislumbrou novos caminhos para colaborar com o debate com o objetivo de utilizá-los de maneira mais efetiva nas políticas públicas contemporâneas.

Em, *A condição moderna do sujeito: possibilidades entre a hermenêutica e o existencialismo*, Rodolfo Evangelista, elabora análise a partir do período histórico que marca nosso tempo. A reflexão aponta que é quase inevitável a elaboração de questionamentos que não induzam a respostas, do ponto de vista teórico.

Seguindo a perspectiva das Ciências Sociais aplicadas, Carolina Filipini Ferreira produziu o ensaio “*O Estado Democrático de Direito e os Direitos Reprodutivos no Brasil: uma urgência constitucional e uma questão de humanidade do sujeito feminino*”. A autora abordou como a organização do Estado de Direito na Modernidade estipulou regras sobre o exercício do poder, mas são cheias de ambivalências, provocando exclusões como a subjetividade feminina. Como exemplo, a autora analisou dois casos brasileiros que envolveram autoridades públicas que tentaram impedir o aborto legal. A partir disso, ela utilizou os pressupostos desenvolvidos por Haraway sobre a produção do conhecimento feminista e de Fraser sobre o reconhecimento e redistribuição a fim de defender para desenvolver uma crítica a autonomia dos direitos reprodutivos no Estado de Direito.

Rodrigo Alberto Toledo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>

Peter A. B. Schulz

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3147-1185>

Antonio Henrique Bernardes

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4996-7031>

Sociedade pós-moderna, interdisciplinaridade e a proposta da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA).

Alexsandra Raimunda Pimentel¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18872>

Resumo

Diversas mudanças e transformações ao longo dos anos levaram a novas formas de organização e de adaptação à realidade, surgindo a angústia no homem pós-moderno por não conseguir assimilá-las. Além disso, o sistema capitalista dominante estimula o consumo de toda ordem e gera uma sociedade caracterizada pelo efêmero, pela criação de novas necessidades. Soma-se a isso, o fato do conhecimento, antes de cunho mais generalista, se tornar fragmentado em decorrência, inicialmente, do desenvolvimento industrial e comercial e, posteriormente, das tecnologias. Para superar essa limitação, tem-se a interdisciplinaridade, capaz de proporcionar uma compreensão melhor sobre o assunto em discussão, possibilitar o aprofundamento de conceitos, obter respostas para hipóteses formuladas e assim, permitir o conhecimento integral. Nesse sentido, a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) é inaugurada em 2009 com proposta de um currículo inovador pautado pela interdisciplinaridade.

Palavras-Chave: pós-modernidade; interdisciplinaridade; pesquisa e educação.

Abstract

Post-Modern Society, interdisciplinarity and the proposal of the Faculty of Applied Sciences (FCA).

Several changes and transformations over the years have led to new forms of organization and adaptation to reality, resulting in postmodern man's anguish for not being able to assimilate them. Furthermore, the dominant capitalist system encourages consumption of all kinds and generates a society characterized by the ephemeral, by the creation of new needs. Added to this, the fact that knowledge, before being more general, becomes fragmented as a result, initially, of industrial and commercial development and, later, of technologies. In order to overcome this limitation, there is interdisciplinarity, capable of providing a better understanding of the subject under discussion, enabling the deepening of concepts, obtaining answers to formulated hypotheses and thus allowing comprehensive knowledge. In this sense, the Faculty of Applied Sciences (FCA) was inaugurated in 2009 with a proposal for an innovative curriculum based on interdisciplinarity.

Keywords: postmodernity; interdisciplinarity; research and education

Resumen

Sociedad Posmoderna, Interdisciplinariedad y la Propuesta de la Facultad de Ciencias Aplicadas (FCA)

Diversos cambios y transformaciones a lo largo de los años han dado lugar a nuevas formas de organización y adaptación a la realidad, trayendo como consecuencia la angustia del hombre posmoderno por no poder asimilarlas. Además, el sistema capitalista dominante fomenta el consumo de todo tipo y genera una sociedad caracterizada por lo efímero, por la creación de nuevas necesidades. A esto se suma el hecho de que el conocimiento, antes de generalizarse, se fragmenta como resultado, inicialmente, del desarrollo industrial y comercial y, posteriormente, de las tecnologías. Para superar esta limitación, existe la interdisciplinariedad, capaz de proporcionar una mejor comprensión del tema en discusión, posibilitando la profundización de conceptos, obteniendo respuestas a las hipótesis formuladas y permitiendo así un conocimiento integral. En ese sentido, la Facultad de Ciencias Aplicadas (FCA) fue inaugurada en 2009 con una propuesta de currículo innovador basado en la interdisciplinariedad.

Palabras Clave: posmodernidad; interdisciplinariedad; investigación y educación.

¹ Mestranda do programa Interdisciplinar em ciências humanas e sociais aplicadas na FCA - Unicamp. Atualmente é professora de língua portuguesa na rede de educação Municipal de Campinas e na rede particular Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1803-3452>. E-mail: a030921@dac.unicamp.br.

Sociedade Pós-Moderna

Ao analisarmos a linha histórica na perspectiva social, verificamos diversas mudanças e transformações que propuseram novas formas de organização e obrigaram os indivíduos a se adaptarem às realidades. É sabido que antes da modernidade essas transformações ocorreram de forma mais espaçada, ou seja, levavam um conjunto de décadas e até séculos. Após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento e utilização de tecnologias em diversas áreas, como educação, comunicação, processo produtivo, entre outras, houve um encurtamento de tempo para as novidades surgirem e fazerem parte do modo de viver. Nesse sentido, a sociedade pós-moderna constantemente é “bombardeada” por inovações, tecnologias, produções culturais, informações e etc. Por um lado, esse aspecto é positivo pois evidencia a capacidade do ser humano em ir além, superar as limitações, criar, reinventar e produzir conhecimento; por outro lado, se cria uma angústia e até um sentimento de frustração no indivíduo por não conseguir assimilar as mudanças e acompanhar essas constantes novidades.

Soma-se a isso, o fato da sociedade estar estruturada num modelo econômico capitalista na qual há sempre o interesse pelo capital e pelo lucro; por consequência, as pessoas são constantemente estimuladas a comprarem alguma coisa, um bem material ou mesmo um objeto cultural. Assim, vivem constantemente criando necessidades modernas (ou seja, que não existiam antigamente), muitas vezes inúteis, para satisfazerem um desejo pessoal. Esse comportamento sustenta a engrenagem do sistema capitalista e escraviza o indivíduo, tornando-o mero consumidor. Dessa forma, nos inserimos em uma sociedade consumista, que se preocupa mais com a posse de bens materiais e menos os valores morais e a sabedoria.

Além de consumista, a sociedade pós-moderna também é marcada pela fragmentação do saber, que teve origem no século XVIII, com a Revolução Industrial. Santomé (1998, p. 47 e 48) vai dizer que com a industrialização promovida pelo capitalismo houve uma abertura para maiores parcelas de disciplinariedade do conhecimento, pois as indústrias precisavam de especialistas para solucionar problemas específicos do processo de produção e comercialização. Ou seja, o especialista é aquela pessoa que sabe muito de um campo científico cada vez mais delimitado. O autor argumenta ainda que devido à fragmentação do trabalho advindo desse sistema de produção industrial e comercial a sociedade acaba por estender esta filosofia da divisão para o mundo da ciência; como consequência, recrudescer o pensamento da especialização.

Não se pode negar que os avanços científicos, especialmente no período pós-moderno, trouxeram inúmeros benefícios para a sociedade, mas por outro lado, contribuíram para a superespecialização, ou seja, as áreas do conhecimento precisaram ser ramificadas. Nesse sentido, Jupiassu (2006) acredita haver uma contradição entre problemas cada vez mais globais, interdependentes e planetários, e do outro, a persistência de um modo de conhecimento que privilegia os saberes fragmentados, parcelados e compartimentados. Por isso, para esse mesmo autor, há urgência em se promover o desenvolvimento no ensino e na pesquisa de um espírito ou mentalidade interdisciplinar.

Para Cunha (2007), a sociedade contemporânea também é caracterizada por uma aceitação total e ilimitada do efêmero, fragmentário e descontínuo. O conhecimento fragmentado se torna cada vez mais caótico, desencadeando no homem uma preocupação por um saber mais consistente.

Piaget (1979) defendia a ideia, com base no estruturalismo, de que não era mais preciso dividir a realidade em compartimentos impermeáveis às fronteiras das disciplinas científicas, mas sim, buscar interações e mecanismos comuns entre elas.

Nesse aspecto, é importante mencionar o que Morin (2000a, p.43) diz a respeito:

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. É uma inteligência míope que acaba por ser normalmente cega. Destrói no embrião as possibilidades de compreensão e de reflexão, reduz as possibilidades de julgamento corretivo ou da visão a longo prazo. Por isso, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior é a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; mais os problemas se tornam planetários, mais eles se tornam impensáveis. Incapaz de considerar o contexto e o complexo planetário, a inteligência cega torna-se inconsciente e irresponsável. (MORIN, 2020a, p. 43).

Neste sentido, Morin (2000b, p. 89) salienta haver uma necessidade atual da substituição de um pensamento que isola e separa, que mensura apenas o que é quantificável, tal como fora concebido no pensamento cartesiano, por um pensamento que distingue e une e que seja complexo: o que é tecido junto.

Outrossim, Morin (1990, apud TORALLES-PEREIRA; FORESTI, 1998, p. 149) alerta para a necessidade de tomar consciência da complexidade de toda a realidade - física, biológica, humana, social, política. De um lado, observa que as ciências humanas não percebem os caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos e, de outro, que as ciências naturais não percebem sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. Essa distância existente entre as ciências assinala a necessidade da interdisciplinaridade.

Diante dessa problematização, evidencia-se o desenvolvimento de uma mentalidade que abranja o fazer ciência e o fazer ensino baseados na interdisciplinaridade e, desta forma, proporcionar uma compreensão melhor sobre o assunto em discussão, possibilitar o aprofundamento de conceitos, obter respostas para hipóteses formuladas e assim, permitir o conhecimento integral, mais consistente nas palavras de Cunha e mais complexa nas de Morin. Para Santomé (1998, P. 62), a interdisciplinaridade surge ligado à finalidade de corrigir possíveis erros e a esterilidade acarretada por uma ciência excessivamente compartimentada e sem comunicação interdisciplinar.

A investigação acadêmica, em todas as disciplinas, está no cerne da vida acadêmica, e a busca de o conhecimento deve ser assiduamente cultivado e defendido. A excitação intelectual alimentada por essa busca anima a faculdade e revigora instituições de ensino superior e em nosso mundo complicado e vulnerável, a descoberta de novos conhecimentos é absolutamente crucial. (BOYER, 1990, p.18)

A Interdisciplinaridade

Muitos autores já discorreram sobre a interdisciplinaridade, alguns como Fazenda (2001) e Morin (2000) trouxeram uma trajetória histórica acerca disso, outros como Jupiassu (2006), e Santomé (1998) falaram, dentre outras coisas, o que é e caminhos para a realização do ensino e pesquisa interdisciplinar. Em comum, todos esses autores defendem que deve haver uma integração entre as diversas disciplinas e que de fato a pesquisa e o ensino irão avançar quando pesquisadores e professores se propuserem a romper – no sentido positivo – com as barreiras que o individualismo e o conhecimento particularizado impõem muitas vezes. Deve-se, pois, “beber de outra fonte” para que o conhecimento se expanda, para uma melhor compreensão daquilo que se pesquisa ou se ensina. Não se pretende aqui dar uma definição única e definitiva para o conceito da interdisciplinaridade; mas sim, evidenciar que a prática interdisciplinar é aquela que supera a fragmentação do conhecimento, que se predispõe em realizar articulações entre os saberes para a construção de algo novo e capaz de produzir sabedoria.

Para Fazenda (2001), a interdisciplinaridade nasceu como oposição a todo conhecimento que privilegiava o capitalismo epistemológico de certas ciências, como oposição à alienação da Academia às questões da cotidianidade, às organizações curriculares que evidenciavam a excessiva especialização e a toda e qualquer proposta de conhecimento que imitava o olhar do aluno numa única, restrita e limitada direção a patologia do saber.

O conhecimento compartimentalizado pode dificultar na resolução de problemas, pois o indivíduo não será capaz de pensar como um todo. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental, uma vez que, diante da sociedade atual, é necessário preparar o aluno para viver as constantes mudanças e transformações. Então é mister oferecer um ensino pautado tanto em princípios éticos e cidadãos, quanto interdisciplinar.

O ensino multidisciplinar, que é comum nas escolas, ocorre quando um determinado assunto é abordado por diferentes disciplinas, mas sem haver um projeto comum, sem um planejamento integrado entre os professores. A proposta desse tipo de ensino faz com que os estudantes tenham acesso a várias perspectivas do assunto, cabendo a eles fazerem por si só as conexões necessárias para a compreensão do todo. Isso muitas vezes acaba por não acontecer, resultando em um conhecimento fragmentado, sem muito sentido. Santomé (1998, p. 71) diz que experiências têm demonstrado que os alunos não transferem espontaneamente para o resto das matérias aquilo que aprendem em uma disciplina, nem o utilizam para enfrentar situações reais quando é necessário e que isso pode também desmotivar os alunos.

Já o ensino interdisciplinar acontece quando há o envolvimento de várias disciplinas, com professores que conversam entre si e que planejam atividades ou desenvolvem projetos em comum sobre determinado

tema. Como exemplo, o tema regiões brasileiras será abordado de acordo com as especificidades de cada disciplina; em geografia pode-se trabalhar os rios e principais afluentes; em português, os diferentes falares (sotaques e vocabulários), em matemática, a demografia, com dados que indicam natalidade, mortalidade, pobreza, etc.; em ciências, a fauna e flora e assim por diante, um projeto integrado, para ser realizado ao longo de várias aulas, com objetivos e propósitos comuns. Dessa forma, o estudante terá uma visão mais global sobre o assunto, o que colabora no desenvolvimento de uma compreensão de que os temas do dia a dia estão interligados e não devem ser analisados de maneira separada. Em outras palavras, desenvolve o pensamento plural e a capacidade de enxergar as diversas situações que ocorrem de maneira ampliado e menos individualizada. Santomé (1998, p. 74) corrobora essa informação quando afirma que esse modelo de ensino capacita os estudantes para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar problemas novos, além de promover o interesse pela aprendizagem.

No campo da pesquisa, de acordo com Jupiassu (2006), a interdisciplinaridade ocorre nas fronteiras e pontos de contato entre diversas ciências (por exemplo, entre psicanálise e sociologia, entre psiquiatria e psicologia) podendo ser obra tanto de um indivíduo quanto de uma equipe. Essa pesquisa não apenas se utiliza da convergência e da complementariedade das disciplinas, a fim de atingir um propósito comum, como também tenta obter uma síntese dos métodos utilizados, as leis formuladas e as aplicações propostas, podendo muitas vezes resultar em novas disciplinas interdisciplinares, tais como a geofísica, agroquímica, sociobiologia, psicopedagogia e etc.

As agências de fomento têm valorizado as pesquisas acadêmicas realizados em equipes, justamente por acreditarem que uma pesquisa interdisciplinar pode ter como resultado algo inovador ou mais completo. Nesse sentido, Boyer (1990, p. 20) argumenta que mais do que em qualquer outro momento da memória recente, os pesquisadores sentem a necessidade de ir além das fronteiras disciplinares tradicionais, comunicar-se com colegas de outras áreas e descobrir padrões que se conectam. Santomé (1998, p. 62) também diz que a riqueza de um trabalho interdisciplinar está condicionada pelos níveis de conhecimento e experiência das pessoas especialistas que integram a equipe.

Para GARRUTTI e SANTOS (2004, p.2), no processo de interdisciplinaridade, busca-se estabelecer o sentido de unidade na diversidade, mediante uma visão de conjunto, que permita ao homem fazer sentido dos conhecimentos e informações dissociadas e até mesmo antagônicas que vem recebendo, de tal modo que possa reencontrar a identidade do saber na multiplicidade de conhecimentos.

Fazenda (1979, apud LUCK, 2007, p. 63) complementa:

O pensar e o agir interdisciplinar se apoiam no princípio de que nenhuma fonte de conhecimento é, em si mesma, completa e de que, pelo diálogo com outras formas de conhecimento, de maneira a se interpenetrarem, surgem novos desdobramentos na compreensão da realidade e sua representação. A interdisciplinaridade também se estabelece a partir da importância e necessidade de uma contínua interinfluência de teoria e prática, de modo que se enriqueçam reciprocamente.

Assim, a prática do conhecimento interdisciplinar traz uma imensa riqueza para o desenvolvimento da intelectualidade do ser humano, além de proporcionar uma aprendizagem que esteja atrelada aos porquês, às descobertas, dando origem a um novo conhecimento. (Cunha, 2007).

Santomé (1998, p.53) chama a atenção ao fato do campo militar ter produzido e ainda continua produzindo muito conhecimento interdisciplinar ao se reunir biólogos, físicos, engenheiros, químicos, astrônomos, psicólogos, sociólogos, entre outros, a fim de se obter vantagens perante o inimigo em potencial. Durante a década de 1990, começou-se a falar em tecnologias de duplo uso, ou seja, aquelas que podem ser utilizadas tanto na esfera civil quanto na esfera militar. Ele cita também que o projeto Manhattan da Segunda Guerra Mundial, o qual produziu uma das armas mais letais da história, foi fruto de um trabalho interdisciplinar. Ademais, nos projetos espaciais a interdisciplinaridade tem papel de destaque. Mais recentemente, temos vivenciado as Revoluções Coloridas, que são manifestações organizadas contra o sistema político local vigente, geralmente de forma pacífica, que podem ser presenciais ou virtuais. Essas revoluções, embora com maioria dos participantes da sociedade civil, possuem estratégia militar e também se beneficiam de uma abordagem interdisciplinar para disseminar informações, construir fábricas de consenso e atacar o

alvo. Korybko (2018), em seu livro *Guerras Híbridas*, faz a apresentação de como as Revoluções coloridas são aplicadas e quais são as teorias e estratégias por trás delas. Em sua descrição, fala sobre a guerra neocortical reversa, na qual o inimigo é influenciado não lutar. Isso é conseguido por meio de uma programação neurolinguística, com uso de imagens, da língua e informações que atacam a mente e alteram a vontade. Para tanto, é necessário o estudo dos valores, culturas e visão do mundo dos alvos. Observa-se, portanto, que essa estratégia leva em consideração a integração de saberes de diferentes áreas, como por exemplo, psicologia, sociologia, linguística e neurologia. Cada vez mais as agências de inteligência estão fazendo uso desses recursos de maneira interdisciplinar com finalidades de suposta proteção e principalmente para a manutenção de poder e hegemonia.

Santomé (1998, p. 79) também nos lembra que importantes áreas do conhecimento, como oceanografia, informática, ciências da informação, ecologia, estudos sobre mulher e minorias étnicas e culturais são resultado de processos interdisciplinares.

Diante de tudo o que foi exposto, é salutar mencionar as palavras de Santomé (1998, p. 55) para finalizar esse item do artigo:

As razões e finalidades das propostas interdisciplinares costumam ser muito diferentes, porém, coincidem em sua necessidade se quisermos realmente chegar a compreender o mundo em que vivemos e enfrentar os problemas cotidianos e futuros. O verdadeiramente decisivo é que se possa controlar o poder da ciência que é construída, e o fato de ela não ser utilizada para a opressão e marginalização de grupos humanos e em benefício daqueles que o usam escudando-se na mistificação de linguagens, metodologias e tecnologias.

A Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) no Contexto Pós-Moderno e sua Proposta Pedagógica

Com o passar dos anos, houve mudanças de diversas ordens, especialmente tecnológicas e sociais, as quais se refletiram também nas diferentes concepções filosóficas do homem e de sua relação com o mundo. Paralelamente a isso, a preocupação com a educação do ser humano sempre esteve presente nas instituições de ensino, principalmente na educação básica. Contudo, não se limitou a esse segmento, transpondo-se para o Ensino Superior. Dessa forma, muitas Universidades passaram a conceber um ensino que primasse pela formação integral do aluno e, para isso, construíram ou reformularam seus Projetos Político Pedagógico.

Demo (1996, p.241) aponta os pressupostos que devem estar contidos num projeto pedagógico como o desenho da competência principal esperada do educador e de sua atuação na Instituição de Ensino Superior - IES, a consolidação desta como o lugar central da educação de forma descentralizada. Isto culmina para a garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo na perspectiva coletiva dos docentes envolvidos. Desta forma, o Projeto Político Pedagógico (PPP) revela a função precípua da direção da IES que, além de administrar bem, deve, sobretudo, cuidar da política educativa e liderá-la.

Portanto, defende-se que o papel de uma Instituição de Ensino Superior - IES é o de se constituir o lugar próprio, onde se inicia e se sedimenta a capacidade de manejar e produzir conhecimento, sendo estas as condições primordiais da oportunidade de desenvolvimento humano. Assim, um projeto pedagógico é um projeto político e, como tal, pode ter um cunho progressista, transformador e isso implica em favorecer ao aluno a expressão de suas ideias, estimular o aluno ao exercício da crítica, inicialmente dirigida às coisas que o rodeiam, seu cotidiano, buscando avançar qualitativamente, articulando-as a um contexto maior, historicizando-as. (SORDI,1995, p.18)

O cenário atual mostra mudanças de toda ordem invadindo o cotidiano e revolucionando as atividades humanas e exigindo a formação de um novo profissional, capaz de responder a inúmeros desafios propostos ao século XXI: a globalização, a responsabilidade diante de novas demandas, a democratização dos espaços sociais, a exigência de novas competências para o mundo do trabalho, a necessidade de relações interpessoais, a aceitação do erro como elemento sistêmico, a valorização de uma atitude ética nas relações de trabalho e a presença da informática. O profissional do século XXI será educado para uma nova cidadania, comprometido com a inclusão social e a sustentabilidade do meio ambiente, aberto às relações pessoais, ao diálogo e à convivência, sendo capaz de criar, prever, compartilhar e inovar. Será um profissional reflexivo, com autonomia e criticidade, com uma nova mentalidade frente à interação dialética entre o local e o global (GRILLO *et al.*, 2009).

Nesse contexto, a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) surge em 2009 com 8 cursos de graduação, integrando um projeto pedagógico inovador e com proposta de um ensino interdisciplinar. Segundo o pró-reitor na época, Edgar de Decca, apenas um campus universitário no mundo apresentava semelhanças com a concepção da FCA, a universidade de Merced, na Califórnia.

A partir dessa visão, as disciplinas do núcleo geral comum (NGC), inicialmente denominado Núcleo Básico Geral Comum (NBGC), foram elaboradas procurando estimular a construção de conhecimentos de características contextualizadoras, de formação geral e de caráter instrumental, de maneira que os alunos possam paulatinamente agregar valores em seu processo de formação, pautados em fortes pressupostos éticos, morais e cidadãos (CONSU, 2006). Para atingir tal ambiciosa meta pedagógica, o conjunto de disciplinas abrange temas e conhecimentos das ciências humanas e sociais aplicadas. Nesse sentido, definiu-se quatro diretrizes da FCA: sustentabilidade, gestão de qualidade, interdisciplinaridade e qualidade de vida.

Em 2012, o GT da FCA propôs uma reformulação do NGC visando potencializar sua vocação e ampliando suas possibilidades enquanto núcleo formador no ensino de graduação, no sentido de aumentar a oferta de disciplinas de tal modo a oferecer uma maior amplitude de conhecimentos das ciências humanas e sociais e, principalmente, que tal conteúdo seja apresentado de forma integrada e articulada. Dessa forma, os alunos devem cumprir 28 créditos, conforme a proposta original do NBGC. Destes, 12 créditos serão cumpridos nas disciplinas de fundamentos, que serviriam como disciplinas de entrada, no sentido de construir e desenvolver o nexos das duas grandes linhas do NGC (ciências humanas e ciências sociais aplicadas). Estas se desdobram nas disciplinas originais, aqui denominadas de disciplinas básicas, criando um segundo e um terceiro nível de aprofundamento, verticalizando para as novas disciplinas propostas, chamadas de disciplinas específicas. Acompanham este eixo interno do NGC, as disciplinas oferecidas pelas outras áreas no interior do núcleo, aqui denominadas como disciplinas suplementares. A partir desta proposta, portanto, aumentou-se a aderência entre as disciplinas, potencializando a articulação entre elas e reforçando e desdobrando o sentido da proposta original do NGC.

Um aspecto relevante de ordem estrutural e que reflete na organização e proposta da faculdade é o fato da FCA não ser dividida em departamentos e por isso a interdisciplinaridade perpassa todas as atividades.

Schulz (2017), na descrição do desenvolvimento da FCA em seus anos iniciais, aponta que a construção de uma identidade interdisciplinar foi ocorrendo em todos os eixos da Universidade: ensino, pesquisa e extensão e que esses eixos são coordenados de forma integrada, ou seja, por comissões multidisciplinares, reforçando que não se incorporou departamentos em sua estrutura.

Eduardo Marandola, docente da FCA, em entrevista ao *Jornal da Unicamp* (2012), disse que o Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS) integra, de forma interdisciplinar, atividades de pesquisa, ensino e extensão, com métodos e conceitos das ciências humanas, ciências sociais e ciências aplicadas que sirvam de aporte crítico e de fundamento teórico metodológico, seguindo o projeto pedagógico da FCA.

Nesse sentido, na graduação, além do NGC e das disciplinas suplementares, há o estímulo para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica que são orientados por professores cujas formações se diferem das formações de seus orientandos. Muitos graduandos elaboram projetos fora do recorte disciplinar dos cursos. De acordo com Schulz (2017), essa transversalidade na iniciação científica é um elemento-chave na formação interdisciplinar dos estudantes.

Em 2011, um programa pioneiro de pós-graduação em Ciências da Natureza, Esporte e Metabolismo, agregou docentes de diferentes áreas do conhecimento, conseguindo promover em parte o discurso de interdisciplinaridade. Em 2013, um segundo programa, em Pesquisa Operacional, envolveu docentes de Engenharia e Administração, ou seja, também em caráter interdisciplinar. Outrossim, no primeiro semestre de 2014, a FCA passou a oferecer o Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA), cujo objetivo, divulgado no próprio site, é a construção de um profissional acadêmico preparado para atuar no campo interdisciplinar a partir de uma sólida formação teórico-epistemológica e instrumental das ciências humanas e sociais aplicadas. Assim, busca-se ingressantes com formações diversas, que tenham interesse interdisciplinar, baseado nas ciências humanas e sociais aplicadas. Nesse ínterim, o profissional será capaz de realizar pesquisas interdisciplinares acerca de problemas atuais, manejar e utilizar diferentes recursos teórico-metodológicos a fim de se construir perspectivas originais de análise, bem como contribuir para o tratamento cientificamente informado destes problemas. Mais recentemente, foi lançado o

edital para o programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com início em 2023. Os autores Cesco, Moreira e Lima (2014, p.57), argumentam que a interdisciplinaridade na pós-graduação é uma das áreas de conhecimento que mais cresce no país, provavelmente pela “necessidade de estabelecer novos diálogos com a sociedade e ajudar a responder aos problemas complexos e híbridos que enfrentamos”.

Outro importante aspecto é o oferecimento da disciplina “Quartas Interdisciplinares”, iniciada em 2012, que consiste em encontros semanais com professores e alunos de várias áreas do conhecimento que debatem, a partir das interfaces das Ciências Humanas, da Saúde e das Tecnológicas, temas atuais sob diversas perspectivas, o que muito contribui para a manutenção desse caráter de ensino articulado, integrado e interdisciplinar, que vai ao encontro às necessidades e demandas da sociedade.

Soma-se a tudo isso, o fato do engajamento dos estudantes da FCA em entidades diversas. Schulz (2017), aponta para o fato das organizações estudantis incorporarem em boa parte o discurso interdisciplinar por não estarem associados necessariamente aos estudantes de um único curso. Em sua descrição, o autor diz que houve pelo menos 15 organizações (até 2017), englobando Atléticas, Diretórios Acadêmicos, Empresas Juniores, equipe Baja, Centros de Voluntariados, entre outras. Um exemplo onde se pode perceber o caráter interdisciplinar é o da Empresa Júnior Integra, criada no mesmo ano de fundação da FCA, em 2009, por estudantes de Engenharia e Gestão. O autor ainda chama a atenção para o fato da inserção da FCA no contexto local, pois isso constitui um importante exemplo de efeito do processo de construção da interdisciplinaridade. A cidade e a região são objetos de estudo e projetos de pesquisa e algumas ações já tiveram impactos socioeconômicos relevantes para a comunidade.

Considerações Finais

A interdisciplinaridade é uma realidade presente e, diante de toda discussão apresentada, fica evidente que não há mais possibilidade de se retroceder para um ensino ou pesquisa que objetive apenas uma parcela do conhecimento em detrimento das várias possibilidades advindas com o modelo interdisciplinar.

Nota-se que a interdisciplinaridade vem desempenhando um papel muito importante tanto na superação de entraves e dilemas entre as disciplinas, quanto na resolução dos problemas sociais, científicos e tecnológicos e isso contribui de forma significativa para o desenvolvimento como um todo.

Embora haja uma tendência na reformulação dos projetos pedagógicos das instituições de ensino, ainda há o predomínio do ensino pautado em disciplinas e formação técnica específica. Por isso, é necessário divulgar a proposta interdisciplinar da FCA, presente não só nos cursos de graduação e na pós-graduação, como também na pesquisa e na extensão, e os esforços que os envolvidos (docentes, discentes e funcionários) fazem em prol da interdisciplinaridade, para que sirvam de inspiração para outras faculdades e universidades a fim de que o conhecimento fragmento ou desarticulado seja repensado e quem sabe, superado.

Referências

BOYER, E.L. **Scholarship reconsidered: priorities of the professoriate**. 1st ed. The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching. 1990. p. 18-20.

CESCO, S; MOREIRA; R.J.; LIMA, E.F.N. Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.29, n.84, p.57-71, fev. 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/03.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CONSU. **Projeto Pedagógico Político FCA**. Campinas: 2006. p.8-11.

CUNHA, I.A. O conhecimento interdisciplinar na sociedade contemporânea. **Revista Gestão universitária**. 2007.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p.241.

FAZENDA, I. C.A. **Didática e interdisciplinaridade**. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

FAZENDA, I. C.A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 19.

GARRUTTI, E.A.; SANTOS, S.R. A interdisciplinaridade como forma de superar a fragmentação do conhecimento. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 2, 2004. p.2. Disponível em:<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/92/93+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso: 17 jun. 2022.

GRILLO, M. C. et al. **Inovação curricular nos cursos de graduação: uma experiência compartilhada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 12 a 33.

JORNAL DA UNICAMP. **FCA abre as Quartas Interdisciplinares**. Campinas, 20 de agosto de 2012 a 26 de agosto de 2012 – ANO 2012 – Nº 536. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/536/fca-abre-quartas-interdisciplinares>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

JUPIASSU, H. O espírito interdisciplinar. **Cadernos EBAPE.BR** – Volume IV – Número 3 – Outubro, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/7401>. Acesso em: 18 jun. 2022.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p.47 a 58.

LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. p. 43.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.p. 88-89.

PIAGET, J. **La Epistemologia de las Relaciones Interdisciplinares**. In APOSTEL, L. *at al.* Interdisciplinariedad. Problemas de la Enseñanza y de la Investigación en las Universidades. México. Asociación Nacional de Universidades e Institutos de Enseñanza Superior. 1ª reed., 1979. p. 155 e 155.

SANTOMÉ, J.T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SCHULZ, P.A. et al. **Sobre as condições internas e externas para a interdisciplinaridade na Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP**. In Ensino, Pesquisa e Inovação – desenvolvendo a interdisciplinaridade. Editores: Arlindo Phillipi Jr, Valdir Fernandes, Roberto C. S. Pacheco. Barueri: Manole. 2017. cap. 12. p. 269-291.

SORDI, M.R.L. **A prática de avaliação do ensino superior: uma experiência na enfermagem**. São Paulo: Cortez; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1995. p.18.

TORALLES-PEREIRA, M.L; FORESTI, M.C.P.P. **Formação profissional: reflexões sobre interdisciplinaridade**. Botucatu, 1998. p. 149. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/icse/a/PwVZRYMDqtRdP7hgCWFvGpx/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso: 17/06/2022.

Carolina Maria de Jesus: catando relatos para escrever o cotidiano de quem vive à margem

Taís Alves Teixeira¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18865>

Resumo

Este artigo parte dos diários de Carolina Maria de Jesus reunidos e publicados nos livros *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Casa de alvenaria volumes I e II*, para pensar a concepção de modernidade/colonialidade pelo viés da contribuição filosófica decolonial. Por meio dos relatos cotidianos da autora registrados em diários que retratam aspectos periféricos da metrópole paulistana nas décadas de 1950 e 1960, buscamos evidenciar como o projeto de nação brasileiro foi pensado a partir da premissa do extermínio da população negra. Ao passo que a ausência de enfrentamento do problema da colonialidade nas ciências humanas e sociais no Brasil, até meados do século XX, impôs ao olhar científico a predominância de explicações de base culturalista que não consideravam as marcas da escravidão como fator estruturante das desigualdades no país. Nesse sentido, os diários de Carolina Maria de Jesus podem ser compreendidos como clássicos da literatura e das ciências humanas e sociais brasileira, consistindo em um documento que possibilita vislumbrar a conformação do projeto de modernidade no contexto brasileiro por uma perspectiva de baixo, enquanto registros das condições de existência daquelas/us/es que historicamente permaneceram à margem. Portanto, os diários de Carolina Maria de Jesus podem contribuir para o entendimento das reverberações e atualizações do projeto de Estado nacional brasileiro baseado na discriminação racial que fundamenta a lógica da modernidade/colonialidade.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus, modernidade/colonialidade, saberes localizados.

Abstract

Carolina Maria de Jesus: collecting stories to write about the daily lives of those who live on the margins

This article starts from the diaries of Carolina Maria de Jesus gathered and published in the books *Quarto de despejo: diário de uma favelada* and *Casa de alvenaria volumes I and II*, to think about the conception of modernity/coloniality through the bias of the decolonial philosophical contribution. Through the author's daily reports recorded in diaries that portray peripheral aspects of the São Paulo metropolis in the 1950s and 1960s, we seek to show how the Brazilian nation project was conceived from the premise of the extermination of the black people. While the lack of confronting the problem of coloniality in the human and social sciences in Brazil, until the mid-twentieth century, imposed on the scientific view the predominance of culturalist explanations that did not consider the marks of slavery as a structuring factor of inequalities in the country. In this sense, the diaries of Carolina Maria de Jesus can be understood as classics of literature and of the human and social sciences in Brazil, consisting of a document that makes it possible to glimpse the conformation of the project of modernity in the Brazilian context from a perspective from below, while records of the conditions of existence of those that historically remained on the sidelines. Therefore, Carolina Maria de Jesus' diaries can contribute to the understanding of the reverberations and updates of the Brazilian national state project based on racial discrimination that underlies the logic of modernity/coloniality.

Keywords: Carolina Maria de Jesus, modernity-co-loniality, situated knowledge.

Resumen

Carolina Maria de Jesus: recopilar historias para escribir sobre la vida cotidiana de los marginados

Este artículo parte de los diarios de Carolina María de Jesus recopilados y publicados en los libros *Quarto de despejo: diário de uma favelada* y *Casa de alvenaria* tomos I y II, para pensar la concepción de la modernidad/colonialidad a través del sesgo de la filosofía decolonial contribución. A través de relatos cotidianos del autor registrados en diarios que retratan aspectos periféricos de la metrópolis de São Paulo en las décadas de 1950 y 1960, buscamos mostrar cómo el proyecto de nación brasileña fue concebido a partir de la premisa del extermínio de la población negra. Si bien la falta de enfrentamiento del problema de la colonialidad en las ciencias humanas y sociales en Brasil, hasta mediados del siglo XX, impuso en la mirada científica el predominio de explicaciones culturalistas que no consideraban las marcas de la esclavitud como factor estructurante de las desigualdades en la el país. En este sentido, los diarios de Carolina Maria de Jesus pueden ser entendidos como clásicos de la literatura y de las ciencias humanas y sociales en Brasil, constituyendo un documento que permite vislumbrar la conformación del proyecto de la modernidad en el contexto brasileño a partir de una mirada desde abajo, mientras registros de las condiciones de existencia de aquellos/nosotros que históricamente permanecieron al margen. Por lo tanto, los diarios de Carolina Maria de Jesus pueden contribuir a la comprensión de las reverberaciones y actualizaciones del proyecto de Estado nacional brasileño basado en la discriminación racial que subyace a la lógica de la modernidad/colonialidad.

Palabras clave: Carolina Maria de Jesus, modernidad/colonialidad, conocimiento localizado.

¹ Licenciada em História pelo Centro Universitário Metropolitano de São Paulo. Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de São Paulo. Mestranda em Ciências Humanas Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP-FCA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7851-9991> . E-mail: t235001@dac.unicamp.br.

Introdução

Propomos pensar modernidade/colonialidade (Mignolo, 2017) por meio dos diários de Carolina Maria de Jesus e compreendê-los tanto como clássicos da literatura nacional como das ciências humanas e sociais, considerando que por meio desses relatos cotidianos, compreendidos entre as décadas de 1950 a 1960, é possível nos aproximarmos das condições de vida daquelas/us/es que são denominadas/us/es pelas ciências humanas e sociais como despossuídas/es/os. Estes diários, além de descreverem a precariedade da vida em condições habitacionais insalubres de Carolina Maria de Jesus, seus filhos e vizinhos, também nos mostram a indignação com o abandono do poder público no que concerne à população pobre periférica e à constante sensação de inadequação, mesmo quando Carolina de Jesus consegue residir em uma casa de alvenaria em Santana, bairro da zona norte de São Paulo. Estes são alguns dos elementos que nos possibilitam pensar uma modernidade e urbanidade sob a égide de uma estrutura social de bases colonialistas.

Desse modo, ressaltamos a importância de compreender os diários não como meros objetos passivos e inanimados, afinal eles se constituem como atores da pesquisa, pois todo registro documental é parte de uma dada realidade repleta de interferências que também agem sobre o documento. Assim, partimos da compreensão de que qualquer documento deve ser problematizado e não estabelecido como puro e sem intervenções. Porque, seja no ato de organizar e mesmo de transcrever, existe a possibilidade de interferências e modificações. Os diários de Carolina Maria de Jesus além de nos ajudarem a compreender a realidade de um dado tempo por meio de relatos cotidianos com teor poético crítico, também podem ser encarados como objetos em constante disputa, como é possível observar nas ditas correções gramaticais sofridas ao longo dos anos durante o processo de edição e publicação. Ao levar em conta estes aspectos, a escolha pelos diários de Carolina de Jesus se constitui por meio de um olhar interessado em analisar os reflexos de uma dita modernidade e urbanidade no cotidiano de uma mulher marcada pela forma de organização social de um país de bases coloniais.

Carolina Maria de Jesus cursou apenas os primeiros anos do ensino básico, de modo que os erros gramaticais presentes em seus diários são inscritos como parte de uma gramática do cotidiano, como defende a escritora Conceição Evaristo (2021, p.14). Mas também é importante frisar que na sua escrita pode haver elementos da organização linguística que a intelectual brasileira Lélia Gonzalez denominou de pretuguês, termo o qual explica que determinadas palavras que aparentemente são consideradas erradas na norma culta da língua portuguesa trazem em sua raiz a influência de línguas africanas onde a letra L não existe.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o está em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (Gonzalez, 2020, p. 90).

Os diários de Carolina Maria de Jesus possibilitam uma perspectiva de baixo, da escrita feita no sul global, pelo ponto de vista de uma mulher negra, mãe, favelada, escritora, a qual vivenciou a situação de despejada inúmeras vezes. Isso nos aproxima da premissa dos *Saberes localizados*, conforme propôs a bióloga e feminista Donna Haraway (1995), ao defender um olhar parcial preocupado em se distanciar do olhar ciclópico que se diz onipresente. É com a leitura de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2007) e *Casa de Alvenaria Volumes I e II* (2021), que iremos propor uma possível interpretação para as concepções de modernidade/colonialidade no contexto de uma São Paulo industrial.

Para iniciar a discussão referente à situação de despejada de Carolina Maria de Jesus, é preciso direcionarmos nossa atenção para a lei 601 de 18 de Setembro de 1850 que configurou a forma como a terra passou a ser uma mercadoria em 1850. Este *status* de mercadoria no contexto brasileiro, impactou o acesso à terra e levou às más condições de habitação de uma parcela significativa da população de escravizados que não possuíam recursos para adquiri-las. Ou seja, voltar a atenção para esta lei que data do século XIX se faz necessário para que possamos estabelecê-la como um marco histórico que auxiliará na

compreensão das marcas da inserção de modernidade empreendida sobre o solo fértil da colonialidade. Emília Viotti da Costa, importante historiadora brasileira, na obra *Da monarquia à República* (1999) diz como o processo de administração da terra acontecia no Brasil colônia e, posteriormente, como passou a ser administrado na república, da seguinte maneira:

Na primeira fase, a propriedade da terra conferia prestígio social, pois implicava o reconhecimento pela Coroa dos méritos do beneficiário. Na segunda fase, a propriedade da terra representa prestígio social porque implica poder econômico. No primeiro caso, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo, o prestígio social deriva do poder econômico. O processo de transição de uma concepção tradicional da terra para uma concepção moderna teve início no século XVI, sob o impacto da revolução comercial, e continuou por todo o século XIX. Após a Independência, esse processo se acelerou, principalmente em virtude das modificações que ocorreram nas estruturas econômicas e sociais em resposta à expansão do mercado internacional. A extensão e a velocidade dessa transição dependeram do grau em que a sociedade foi permeada pelos valores capitalistas. (Costa, 1999, p. 174-175).

A partir do pensamento da historiadora podemos inferir que a lei de terras de 1850 foi um divisor de águas entre uma concepção de concessão de terras realizada pela coroa até então, onde era exigido a comprovação de recursos para a construção de fortificações e a implementação de engenhos; para a venda da terra no contexto da transição para a república e das profundas transformações econômicas ocorridas no século XIX com o advento das mudanças capitalistas. Este episódio da história do Brasil é importante para que possamos compreender sua influência na precarização das condições habitacionais que os ex-escravizados vivenciariam futuramente, como é possível observar na história de vida de Carolina Maria de Jesus, mesmo tendo nascido em Sacramento, uma cidade no interior de Minas Gerais considerada em “desenvolvimento” devido ao cultivo do café e à presença de infraestrutura para a mobilidade feita pelos bondes, como demonstra o documento para o tombamento da estação de bondes de 2018². Todo esse desenvolvimento não possibilitou que Carolina Maria de Jesus, filha de meeiros e ex-escravizados, encontrasse trabalho e permanecesse em Sacramento.

Ao rememorar as palavras enunciadas ainda no período da abolição pelo político e intelectual brasileiro abolicionista Joaquim Nabuco sobre a obra da escravidão, Sueli Carneiro filósofa brasileira faz entender o porquê a pobreza tem cor: “É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente aos recém-libertados.” (Carneiro, p. 15, 2011). Por meio dessa citação, é possível inferir que as consequências da negação ao enfrentamento dos problemas gerados pela escravidão estavam anunciadas, de modo que a realidade descrita por Carolina de Jesus reforça aquilo que os índices apresentam historicamente sobre a condição social da população negra.

Segundo Lélia Gonzalez em *Por um Feminismo Afro Latino Americano* (2020), o censo de 1950 fornece indicadores que informam a situação das mulheres negras, estes dados estão muito próximos da história de vida de Carolina Maria de Jesus. A escolaridade das entrevistadas era baixa, não chegava ao 2º ano primário; em relação aos postos de trabalho por elas ocupados, 10% estavam na agricultura e indústria têxtil e 90% concentrava-se na área de prestação de serviços pessoais. Estes dados nos ajudam a entender a realidade vivida pela autora que, dentre tantos fatores de cunho racista, a fez deixar o estado de Minas Gerais. O deslocamento de Carolina Maria de Jesus pelo interior paulista e posteriormente sua chegada à cidade de São Paulo, percebida como o *locus* do desenvolvimento e das oportunidades, nos leva às consequências de uma modernização e urbanização feitas a partir das premissas coloniais de negação ao acesso à terra, sua transformação em mercadoria e a negação de políticas sociais e do trabalho assalariado aos ex-escravizados.

² Tal documento descreve a importância dos bondes para deslocamento nas zonas rurais a fim de possibilitar o escoamento da produção cafeeira. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/11/ipatrimonio-Sacramento-Antiga-Cadeia-Publica-e-Antiga-Estacao-do-Bonde-Fonte-Prefeitura-Municipal.pdf>.

Desenvolvimento

Explicar o que é um clássico da literatura e justificar o porquê sua leitura é imprescindível é uma tarefa repleta de singularidades, já nos alertava Ítalo Calvino na obra *Por que ler os clássicos?* (1993). Segundo o autor, um clássico está muitas vezes ligado à relação afetiva a qual o/a/e leitor/a/e desenvolve com determinada obra, sua faixa etária e o impacto que esta teve sobre quem se dedicou a ela. Ao propormos olhar para os diários de Carolina Maria de Jesus como clássicos da literatura nacional e das ciências humanas e sociais, o fazemos com o objetivo de relacioná-los à compreensão da modernidade/colonialidade brasileira. De modo que por meio dos diários de uma mulher negra a qual, por um longo período, esteve na condição de catadora e despejada, possamos pensar como os processos de implementação de uma modernidade, que não pode ser separada da colonialidade, aparecem nos relatos de quem encontra-se à margem e precisa recolher o lixo produzido pela urbe.

Mas, antes de direcionarmos nosso olhar para as obras de Carolina de Jesus, é oportuno lembrar de maneira breve alguns pilares nos quais as ciências humanas e sociais brasileiras buscaram sustentação para pensar modernidade em âmbito nacional, sobretudo a partir da década de 1930. Pois, costumeiramente nos debruçamos sobre a problemática da modernidade partindo de aportes teóricos que de uma maneira geral fazem parte da formação do pensamento brasileiro, os quais servem ou serviram de guia para pensar o país, ao passo que a literatura brasileira utiliza estes aportes como guia para a compreensão do contexto social em que as obras foram produzidas. Dentre os autores que o campo de estudos literários busca como referência estão Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., entre outros.

Analisar a problemática da modernidade no contexto brasileiro suscita a questão: Afinal, somos mesmo modernos e urbanos? A literatura sociológica, geográfica, histórica e econômica nos fornece uma série de elementos para pensarmos como estes processos sociais tomaram forma em solo brasileiro. Uma das perspectivas históricas e econômicas conhecidas é aquela que parte de uma matriz de explicação materialista, com a lei de *Desenvolvimento Desigual* pensada por Lenin e a de *Desenvolvimento Desigual e Combinado* elaborada por Trotsky (Demier, 2007). Estes dois pensamentos influenciaram a inteligência brasileira na compreensão sobre os processos econômicos e a constituição da modernidade brasileira e partem da premissa de que nações que se caracterizavam como colônias ou semicolônias teriam uma historicidade própria, pois estas estariam atrasadas para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Esta concepção totalizante deriva da ideia de um sistema capitalista mundial, algo que marca de maneira explícita o pensamento sociológico brasileiro, sendo a concepção de revolução burguesa vista como mais uma etapa para a instauração de um processo de constante busca por desenvolvimento e modernização.

Uma leitura frequente sobre a modernidade brasileira é aquela feita por meio de uma concepção weberiana, realizada pelo cientista social Sérgio Buarque de Holanda na clássica obra *Raízes do Brasil* (1995), a qual apresenta a discussão referente à herança ibérica presente nos costumes, instituições e no modo de organização social. Esta herança deixada por países que possuíam uma nobreza que, nas palavras do autor, não era tão gloriosa assim por não estar alinhada com os processos industriais europeus, deixou marcas e características peculiares ao contexto brasileiro, ou seja, parte de uma visão socioeconômica desenvolvimentista. Outro autor que se dedicou a compreender o Brasil foi Darcy Ribeiro (1995), que também realizou uma crítica à relação da empresa colonial e a obsessão da intelectualidade nacional por um projeto exógeno de desenvolvimento. O autor apontava uma perspectiva diferente ao se dedicar à pluralidade cultural da população brasileira fazendo referência às questões ambientais, indígenas e afro-brasileiras afirmando que todo e qualquer projeto deveria ter como base a cultura local. Nesse sentido, podemos elencar uma série de autores/as que contribuíram com abordagens para pensarmos a dita modernidade brasileira a qual também se caracteriza, em última instância, pela ideia de formação de uma identidade nacional.

Já o entendimento proposto pelo sociólogo Raymundo Faoro na obra *Os donos do poder* (1958), parte da concepção de patriarcalismo ao salientar que esta característica atávica, assentada em valores conservadores e a intensa promiscuidade entre o público e o privado característicos da sociedade brasileira, são fatores que impedem o desenvolvimento de uma sociedade moderna e liberal. É importante enfatizar que o sociólogo não parte de uma abordagem weberiana para pensar o patriarcalismo, como fez Sérgio Buarque de Holanda. Raymundo Faoro defende a ideia de um patriarcalismo híbrido relativo às peculiaridades de cada território, ao mesmo tempo em que se caracteriza pelo poder da coroa portuguesa presente nas terras que eram

concedidas a quem correspondesse aos anseios da monarquia. Este pensamento irá influenciar a elaboração crítica sobre o Brasil contemporâneo, na produção do sociólogo Jessé de Souza com a obra *A elite do atraso* (2017), quando este realiza uma crítica destinada às ciências sociais e à persistência de um certo pensamento de viés culturalista que alimenta o racismo científico e o não enfrentamento do problema da escravidão. Segundo o autor, este campo das ciências humanas tem negado um aspecto que é a pedra fundamental dos problemas sociais e econômicos brasileiros, a escravidão e seus desdobramentos na produção de desigualdades.

Minha tese, no entanto, não é apenas a de que as ciências sociais no mundo todo ainda estão sob o domínio total – na área da produção científica dominante – ou sob domínio parcial – na área da produção científica crítica – do paradigma da teoria da modernização. Minha segunda tese, nesse contexto, é a de que o paradigma culturalista é, na verdade, uma falsa ruptura com o racismo científico “racial”. E minha terceira tese é a de que as ciências sociais dominantes no Brasil repetem esse mesmo esquema e esse mesmo falso rompimento com o “racismo científico” da cor da pele. Ou seja, caro leitor, em resumo, ainda estamos tratando as doenças nas ciências sociais brasileiras como se essas fossem produto de fluidos misteriosos no corpo e não causadas pela ação de microrganismos. (Souza, 2017, p.15).

De acordo com o sociólogo, a falta de enfrentamento do problema racial nas ciências sociais reproduz um racismo científico. Ao usar elementos culturais para justificar a hierarquia de desenvolvimento dos países, o que permanece é uma estrutura epistemológica que não provoca modificações, nem enfrenta o problema racial e das desigualdades. Portanto, na visão do autor, quando as ciências sociais partem de aportes teóricos assentados no culturalismo que defende a existência de um estoque cultural que justifica o nível de desenvolvimento de um país, ainda se está fazendo ciência social sobre o solo do racismo científico.

No campo da historiografia brasileira, Lilia Schwarcz na obra *Autoritarismos* (2019), nos leva à reflexão sobre o surgimento do denominado mito da democracia racial ainda presente nos argumentos comuns que fundamentam uma frequente negação do racismo na sociedade brasileira. Para a autora, um dos pioneiros no combate a esta ideia de democracia racial, defendida pelos intelectuais Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, foi o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Ainda de acordo com Schwarcz, a obra *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre (2017) foi utilizada com o objetivo de comprovar o convívio harmonioso entre as raças no Brasil, fazendo persistir a ausência de enfrentamento do problema da escravidão e do extermínio indígena, o autor inclusive ganhou notoriedade pela UNESCO no contexto do fim da segunda guerra. Mas a gênese deste problema, segundo a autora, pode ser verificada na fundação do Estado Nação brasileiro, representada simbolicamente quando o naturalista alemão Carl von Martius, ganhou o concurso para escrever a História do Brasil e o fez pela perspectiva europeia, comprometido em inventar uma história partindo da metáfora fluvial na qual o rio e seus afluentes representariam as raças existentes no Brasil. O problema da escravidão e do extermínio indígena não era uma preocupação em sua elaboração da chamada História do Brasil, de modo que, seja nas ciências sociais ou na História, o enfrentamento da colonialidade até meados do século XX passou ao largo das discussões em torno das problemáticas sociais e da produção da história nacional.

A partir desse breve panorama em torno da formação de um suposto Estado moderno brasileiro, voltaremos nosso olhar para os diários de Carolina Maria de Jesus e a sua relação com a modernidade/colonialidade considerando este par como uma chave explicativa para os eventos cotidianos descritos pela autora. Ao usar estas formulações epistemológicas da denominada filosofia decolonial, que conta com a contribuição dos intelectuais sul-americanos Walter Mignolo, María Lugones, Aníbal Quijano, entre outros que realizam este esforço interpretativo do processo de colonização, partindo de uma crítica feita, a princípio, por Aníbal Quijano à concepção de colonialismo no contexto do apartheid na África do Sul e formulou o conceito de colonialidade do poder, o qual expõe como base para a efetivação do projeto moderno ocidental a discriminação racial proveniente da relação entre colonizadores e colonizados (Quijano, 2005). Dessa crítica proveniente dos estudos desenvolvidos por esse conjunto de autores, Walter Mignolo propôs uma indissociabilidade entre modernidade e colonialidade. Para Mignolo este par poderia ser representado

como um monstro que uniria a modernidade e a colonialidade, formando “(...) a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa.” (2005, p. 33). Esta afirmação do autor contribui para pensarmos a organização das sociedades colonizadas e as consequências da atuação do chamado monstro colonial que chegou em caravelas e passou a caminhar pelas terras abaixo da Linha do Equador roubando, exterminando e violentando aqueles e aquelas que já estavam aqui, fazendo cativos e estabelecendo a força outras formas de viver, andar e habitar, representando as marcas da violência colonial que persistem até hoje.

Se partirmos dessa concepção defendida pelo pensamento decolonial, podemos encontrar nos diários de Carolina Maria de Jesus os rastros deixados por este monstro que ao escravizar, expropriar e explorar construiu um legado de morte, pobreza, desigualdade social, fome, favela e racismo. O exercício, portanto, é distanciar-se de uma explicação pautada nas frequentes formulações das ciências humanas e sociais que tanto Darcy Ribeiro como Jessé de Souza criticaram pelo fato de buscarem experiências exógenas inebriadas pelas referências europeias de explicações para as etapas da modernização brasileira, que fechavam os olhos para o problema colonial. Dessa maneira, buscamos ver como Carolina Maria de Jesus em seus diários descreve como é viver no contexto da colonialidade/modernidade. Além de somar a estas formulações do pensamento decolonial do sul global a produção intelectual negra brasileira de Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e Abdias Nascimento.

Considerações finais

Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a autora retrata o cotidiano vivido na favela do Canindé, às margens do Rio Tietê. Os conflitos e violências presenciadas por meio das brigas e mortes frequentes. A precariedade da vida no maior centro urbano da América do Sul nas décadas de 1950 e 1960, que se contrapunha ao ideal industrial e desenvolvimentista. Já que o grande centro industrial em tese deveria oferecer oportunidades, emprego e ascensão social, como a própria autora relata que ao ver as pessoas voltando para Minas Gerais de São Paulo bem vestidas, imaginava que ao chegar à metrópole teria a vida mudada e poderia, assim como seus conhecidos, usar tecidos finos. Mas o que São Paulo proporcionou à Carolina Maria de Jesus foram trabalhos precários e a situação de catadora e despejada. Como a socióloga argentina María Lugones adverte, “... a estrutura das disputas pelo controle da força de trabalho é descontínua: nem todas as relações de trabalho no capitalismo eurocêntrico e global se encaixam no modelo de relação capital/salário, ainda que este seja o modelo hegemônico.” (Lugones, 2020, p. 58) na colonialidade a exclusividade do trabalho assalariado destina-se aos brancos. Podemos exemplificar esta estrutura com o incentivo à imigração europeia que ocorreu no Brasil, para a ocupação de postos de trabalho no projeto de branqueamento da população como afirma o intelectual, artista e político Abdias Nascimento na obra, *O genocídio do negro brasileiro*:

[...] Arthur Neiva louvava a orientação imigratória, afirmando que “Daqui a um século a nação será branca”. Enquanto isso, João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano no Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911, previa que até o ano 2012, o Brasil estaria livre do negro e de seu mestiço: “Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os *métis* tenham desaparecido do Brasil. (Nascimento, 2016, p. 87).

Como demonstra Abdias Nascimento, o cálculo para o extermínio da população negra era um projeto abertamente defendido em âmbito nacional. Logo, a ausência dessa população nos postos de trabalho assalariados deve ser entendida como reflexo deste pensamento genocida, o qual contava com a morte para se realizar. Clóvis Moura, na obra *Sociologia do negro brasileiro* (2019), enfatiza com mais acuidade como o processo de branqueamento caminhou ao lado da dita modernização brasileira, “(...) negro representava a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista” (Moura, 2019, p. 109). Este projeto de modernização do Brasil, como pode ser percebido a partir da leitura desses autores, estava intimamente comprometido com o descarte do que era denominado carga passiva, exótica, incapaz e perigosa: a população negra. Na visão corrente, esta parcela da população

era incapaz de se adequar à nova etapa de desenvolvimento do país. Enquanto o trabalhador branco, cristão, europeu, além de possuir conhecimento sobre o mundo do trabalho assalariado dentro de um modelo capitalista já estruturado, incorporaria os valores da cultura ocidental em solo brasileiro.

Quando Carolina Maria de Jesus escreve em seu diário: “*Parece que vim para este mundo predestinado para catar, só não cato a felicidade*” (Jesus, 2007, p. 80), demonstra as reverberações em sua epiderme deste projeto de modernização e industrialização, com base no genocídio e no descarte da população negra, característico da colonialidade. Fato que também é possível observar em uma referência à cidade e sua monstruosidade moderna, “*A cidade é um morcego que chupa nosso sangue*” (Jesus, 2007, p. 183). A metáfora da cidade como morcego, nos traz a reflexão do processo de expropriação sofrido pelos/as/es despossuídos/as/es. São Paulo, a cidade do sul global, a qual a autora retrata a partir da perspectiva da fome, seja física ou existencial, nos seus mais diversos espectros, convivendo com a alta concentração de renda em um número ínfimo da população, onde empreendimentos imobiliários se erguiam sobre o chão alcançando altitudes cada vez maiores e ocupando quarteirões, enquanto famílias construía com madeira quartos de despejo às margens de algum afluente hídrico que se transformará em esgoto. Isto é, a metáfora do morcego se associa com a ideia de sucção do sentido da vida. Apesar da mítica em torno deste mamífero estar relacionada à sucção do sangue de animais e humanos, a literatura biológica, contudo, nos adverte afirmando que esta informação é inconsistente, haja vista que existe uma profusão de espécies de Quirópteros (nome científico dos morcegos) e que a maioria são insetívoras e frugívoras, ou seja, não se alimentam necessariamente de sangue; a metáfora da cidade como morcego guarda o sentido da sucção das forças vitais, perspectiva importante para que possamos compreender como o projeto de modernidade/colonialidade atua efetivamente também em níveis subjetivos.

Em outro momento na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, quando Carolina de Jesus ao conversar com outro catador de papel o questiona do porquê ele não guarda algum dinheiro, o jovem responde de maneira lúcida como quem leu os teóricos da sociologia nacional e sabe o que o projeto de modernidade no contexto brasileiro reserva para os/as/es despossuídos/as/es.

– A senhora me faz rir! Já foi o tempo que a gente podia guardar dinheiro. Eu sou infeliz. Com a vida que levo não posso ter aspiração. Não posso ter um lar, por que um lar inicia com dois, depois vai multiplicando.

Ele olhou-me e disse-me:

– Porque falamos disso? O nosso mundo é a margem. Sabe onde estou dormindo? Debaixo das pontes. Eu estou doido. Eu quero morrer!

– Quantos anos você tem?

– 24. Mas já enjoei da vida.

Segui pensando: quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristezas e lamentos. (JESUS, 2007, p. 185)

Esta conversa nos revela a ausência de sentido que a sociedade de base moderna/urbana/colonialista impõe a quem foi propositalmente deixado às margens deste projeto de nação. A ausência de aspiração na vida e o ímpeto suicida são elementos importantes para serem considerados como reflexo do projeto de extermínio e negação da existência da população negra e indígena. Quando Carolina Maria de Jesus lança mão de outra metáfora ao dividir a cidade em cômodos, como se fosse uma casa, parte do modelo de habitação moderno para fazer uma crítica demonstrando que a favela poderia ser considerada o quintal onde se joga o lixo; já os bairros com casas de alvenaria e equipamentos urbanos seriam a sala de visita, esta relação metafórica que a escritora faz tem por objetivo nos fazer entender como o processo de segregação social é explicitamente estabelecido na cidade moderna, mas também colonial.

Em *Casa de Alvenaria volume I Osasco e volume II Santana* são apresentadas situações cotidianas ambientadas em contextos sociais diferentes de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Além disso, estes dois diários que se referem às regiões de Osasco e Santana foram encomendados pelo jornalista Audálio Dantas, responsável pela primeira publicação de Carolina de Jesus e tinha como intuito prosseguir com os relatos da autora em novos ambientes. É importante ressaltar que a Carolina Maria de Jesus escreve estes diários contrariada, afinal, ela também queria se dedicar à ficção, à poesia e à dramaturgia, mas acaba cedendo

como uma espécie de gratidão ao trabalho do jornalista que possibilitou com que ela ganhasse notoriedade na imprensa, no meio literário, político e saísse da favela.

Nestes dois diários escritos sob encomenda, a vida da autora é retratada fora da favela vivendo em bairros como Santana e Osasco, quando este último ainda fazia parte dos limites municipais da cidade de São Paulo. Em resumo, ela relata sua ambientação nas casas de alvenaria e o novo cotidiano com os filhos e compromissos públicos que por vezes contavam com a presença de autoridades e figuras célebres. No prefácio das duas edições a escritora Conceição Evaristo juntamente com a filha de Carolina de Jesus, Vera Eunice, falam um pouco do contexto de vida da autora e da sua insatisfação em permanecer escrevendo apenas diários: “*Não estou tranquila com a ideia de que deôo escrever o meu Diário de vida atual. Escrever contra a burguesia, eles são poderosos, pode destruir-me... Quando escrevi contra os favelados fui apedrejada. Escrevendo contra a burguesia podem enviar-me um tiro.*” (Jesus, 2021, p. 144). A percepção de Carolina Maria de Jesus sobre a burguesia nacional demonstra sua lucidez frente às atitudes do que nomeamos aqui como monstro colonial, a partir da prática comum do racismo e do extermínio.

No volume I Osasco, a situação do deslocamento urbano é uma tônica importante que a autora aborda em seus relatos ao demonstrar como o cotidiano dos trabalhadores/as/us que estão nas periferias é impactado devido à ausência de transporte público. O que nos lembra a contribuição do geógrafo brasileiro Milton Santos na obra *Metrópole Corporativa e fragmentada* (2019), quando nos mostra a lógica da ausência de transporte nas periferias de São Paulo como um projeto proposital para conter os mais pobres nestas regiões. Mesmo hoje vivenciando a existência da periferia no centro, quando a dicotomia centro-periferia pode ser entendida como mais difusa, ainda é possível verificar o impacto da precariedade dos transportes públicos na vida daqueles/as/us que estão nas periferias e necessitam se deslocar pela cidade.

A crítica social em *Casa de alvenaria volume I Osasco* é fortemente acentuada, quando Carolina de Jesus ao se descolar no sentido do centro da cidade de São Paulo, evidenciava a persistência da precariedade da vida de quem reside nos bairros periféricos, seja na ausência dos meios de transporte ou nas enchentes que assolavam e ainda assolam a população dessas regiões. Apesar da situação financeira da autora ter melhorado em comparação ao período em que vivia na favela, com a publicação de *Quarto de despejo*, ela mantém um olhar crítico frente às condições de vida dos mais pobres. De modo que participou ativamente das manifestações pela emancipação do então bairro de Osasco, devido ao abandono do bairro pela gestão de Ademar de Barros na cidade de São Paulo.

Em *Casa de Alvenaria volume II Santana*, Carolina Maria de Jesus se depara com o racismo estrutural (Almeida, 2018) brasileiro, ao conviver com a constante sensação de não pertencimento e inadequação, como reflexo das situações de racismo vivenciadas pela autora e seus filhos. Neste volume as reflexões existenciais registradas pela autora demonstram os reais impactos do projeto de modernização sobre os corpos daqueles/as/us que deveriam ter sido exterminados pelo Estado Moderno.

Levantei as 5 horas. – Hoje estou triste! Acho minha vida sem graça.
Fiz café. Sai e fui olhar o céu. Ver se vae chover. Porque eu estou com dó dos favelados.
Porque a favela está alagada. – É horrível andar na agua.
[...] Todos dizem que eu fiquei rica. Que eu fiquei feliz. – Quem assim o diz, estão enganado!
Devido o sucesso do meu livro, eu passei a ser olhada como letra de cambio. Represento o lucro, eu passei a ser ouro, admirada por uns e criticada por outros. (Jesus, 2021, p. 32-33).

O que se verifica em relatos como este é a constante insatisfação com o abandono dos mais pobres e a percepção de sua transformação em moeda de troca ou mesmo em uma mercadoria excêntrica. É possível perceber uma sensação de não se sentir em casa, mesmo estando em uma casa de alvenaria, este que era o grande sonho de sua vida, com saneamento básico e conforto. Mesmo após a concretização do sonho da casa própria, as frequentes situações de racismo que ela e seus filhos vivenciaram no bairro de Santana demonstram o quanto a mobilidade social não livrou a autora de sofrer reiteradamente com a discriminação pela cor de sua pele.

Desse modo, o que buscamos construir ao longo deste artigo foi uma reflexão em torno da abordagem filosófica decolonial e o pensamento de intelectuais negros, com a finalidade de demonstrar aspectos dos diários de Carolina Maria de Jesus enquanto formas de evidenciar processos inerentes à

modernidade/colonialidade e suas investidas na vida de mulheres e homens pretos/as, ou ainda daqueles/as/us considerados/as/es despossuídos/as/es no contexto da cidade de São Paulo nas décadas de 1950-1960. A leitura dos diários de Carolina de Jesus também auxiliou na elaboração de uma crítica à permanência de uma certa forma de pensar a modernidade brasileira que desconsidera fatores como o racismo que estrutura nossa sociedade. Por esse viés, a concepção de saberes localizados proposta por Donna Haraway (1995) diz respeito a esta prática baseada em saberes situados em determinado contexto, de modo a valorizar a experiência de quem viveu e registrou o cotidiano da cidade de São Paulo em condições precárias de existência, para pensar a constituição da urbanidade na modernidade/colonialidade à brasileira.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2007.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. V. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. V. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEMIER, Felipe. **A lei de desenvolvimento desigual e combinado de Léon Trotsky e a intelectualidade brasileira**. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-16-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 30/06/2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio a perspectiva parcial. In **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, pp. 7-41, 1995. Disponível em: <http://bit.ly/2RWVOCc>. Acesso em: 30/06/2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LUGONES, María. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo marcado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. Sur-Sur, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 30/06/2022.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais obscuro da modernidade**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 30/06/2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2019.

SCHWARCZ, Moritz Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

É a Vida: a Nova Flanerie

Vannie Pawelski da Gama ¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18866>

Resumo

No comum plano da experiência a troca entre o ser, o outro e as coisas do mundo proporciona a diversidade da vida material e digital. Em esfera pública e privada observada no fenômeno de ambiente urbano, as características das complexas cidades colecionistas e capitalistas da década de 2010 e 2020 propagam problemáticas advindas do processo histórico de desenvolvimento das cidades modernas moldadas ao século XIX. Hoje transitamos também online pelas cidades materiais com certa dependência e automatização tecnológica digital. Este ensaio remete as corporeidades errantes artísticas das cidades digitais atuais, pela metamorfose da experiência em multidão da flanerie de Walter Benjamin. Tal temática nos convida a questionar as interações do 'real físico', e do 'real digital', da comum gravidade tecnológica. Com incompletos aspectos dos emaranhamentos da malha da técnica, permeáveis pela história da arte e pelas dimensões técnicas pós-revolução industrial inglesa, apresento, pelo tensionamento com o labor de Hannah Arendt, técnica e tecnologia de Jacques Ellul e Charlie Gere, o encontro nas andanças digitais de uma nova flanerie. Ao recorte das diferentes expressões do flâneur, reencontramos a Dragqueen de Marcel Duchamp, Rose Sélavy, aos desdobramentos contemporâneos multimidiáticos com atenção às problemáticas do ambiente digital coletivo.

Palavras-Chave: flanerie; digital; teoria crítica; arte drag.

Abstract

This Is Life: The New Flanerie

On the common level of experience, the exchange between the self, the other and the things of the world provides the diversity of material and digital life. In the public and private sphere observed in the urban environment phenomenon, the characteristics of the complex collectionist and capitalist cities of the 2010s and 2020s propagate problems arising from the historical process of development of modern cities shaped in the 19th century. Today we also travel online through material cities with a certain dependence and digital technological automation. This essay refers to the wandering artistic corporeities of today's digital cities, through the metamorphosis of Walter Benjamin's flanerie crowd experience. Such a theme invites us to question the interactions of the 'physical real', and the 'digital real', of the common technological gravity. With incomplete aspects of the entanglements of the mesh of technique, permeated by the history of art and the technical dimensions of the post-English industrial revolution, I present, through the tension with the work of Hannah Arendt, technique and technology of Jean Elluhl and Charlie Gere, and the hyperrealism of Baudrillard, the encounter in the digital wanderings of a new flanerie. By highlighting the different expressions of the flâneur, we find Marcel Duchamp's Dragqueen, Rose Sélavy, contemporary multimedia developments with attention to the problems of the collective digital environment.

Keywords: flanerie, digital, critic theory, drag art.

Resumen

This Is Life: The New Flanerie

En el nivel común de la experiencia, el intercambio entre el yo, el otro y las cosas del mundo proporciona la diversidad de la vida material y digital. En el ámbito público y privado observado en el fenómeno del entorno urbano, las características de las ciudades complejas recaudatorias y capitalistas de las décadas de 2010 y 2020 propagan problemas derivados del proceso histórico de desarrollo de las ciudades modernas configurado en el siglo XIX. Hoy también viajamos online por ciudades materiales con cierta dependencia y automatización tecnológica digital. Este ensayo se refiere a las corporeidades artísticas errantes de las ciudades digitales de hoy, a través de la metamorfosis de la experiencia de la multitud flanerie de Walter Benjamin. Tal tema nos invita a cuestionar las interacciones de lo 'real físico' y lo 'real digital', de la gravedad tecnológica común. Con aspectos incompletos de los enredos de la malla de la técnica, permeados por la historia del arte y las dimensiones técnicas de la revolución industrial posinglesa, presento, a través de la tensión con la obra de Hannah Arendt, la técnica y la tecnología de Jacques Ellul y Charlie Gere, y el hiperrealismo de Baudrillard, el encuentro en las andanzas digitales de una nueva flanerie. Destacando las diferentes expresiones del flâneur, encontramos Dragqueen de Marcel Duchamp, Rose Sélavy, desarrollos multimedia contemporâneos con atención a los problemas del entorno digital colectivo.

Palabras Clave: flanerie; digital; teoría crítica; drag arte.

¹ Vannie Gama, é um artista visual fundador do VYSLab (2019), ateliê e startup em Artes Visuais e STEAM para acessibilidade artística e comunicação científica no Brasil. É também pesquisador interdisciplinar e ativista ambiental, mestrando no curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Aplicadas da UNICAMP - Campus Limeira (2022-) com foco em Tecnologia social e acessibilidade artística contemporânea. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9195-224X>. E-mail: vanniegama.vyslab@gmail.com.

A Flânerie de Walter Benjamin e a Flânerie digital: Condições tecnológicas e langor nostálgico.

Em meio a emergência das cidades industriais na Europa da segunda metade do século XIX, com seus bondes elétricos e longas jornadas operárias, a arte de seu tempo observava tais mudanças e regurgitava expectativas de um futuro melhor através da dura arte realista francesa – “Em busca de reproduzir a ‘imagem fiel’ do mundo visível” (Pelegri, 2013, p. 18). Tanto os maquinários das cidades quanto as mídias de informação da época sofriam alterações dispositivas significativas com a expansão de jornais e revistas pelas capitais europeias, bem como na dinâmica combativa cotidiana entre as classes trabalhadoras e burguesas fortemente vividas pela França de 1840. O realismo literário acompanhou as revoluções sociais e consequentemente teóricas da época até o início do século seguinte, num impacto com os efeitos da Primeira Guerra Mundial.

O período artístico destes 100 anos entre intensas mudanças tecnológicas permitiu o diálogo de autores em distintos pontos do século que compartilhavam o início de fim do realismo francês, e com ele discutiam as repercussões sociais e políticas de suas perspectivas observadoras. A literatura descritiva do período industrial das décadas de 30 e 40 do século XIX e depois, do século XX, convivia com as vanguardas artísticas visuais de mesma época. Constituídas de uma nucleica resistência consciente de seus contextos políticos à sedativa dinâmica urbana opressora que se manifestava por entre a cultura consumista das novas metrópoles - Embora contrastantes em técnica e ação -, de Balzac e Baudelaire à Courbet, ao flâneur de 1920 a 1940.

A efusão de experiências com as novas dinâmicas entre sociedade e tecnologia, das mecânicas e das imateriais inéditas vividas pelo coletivo e suas partes das décadas de criação do poeta Charles Baudelaire foi experiência próxima para Walter Benjamin. Benjamin vivia suas próprias contradições com o desenvolvimento técnico de sua época, notada pela maneira em que diz que “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao ser humano” (Benjamin, 1985, p. 115). Enquanto flâneur, artista e filósofo, o que talvez o tenha aproximado da literatura realista francesa, profundamente dedicada a caracterizar a realidade nas relações caleidoscópicas entre o ser e os outros, tenha sido a mesma nostalgia e revolta, dentre outros sentimentos conflituosos e divergentes entre si, compartilhada pelos seus antecessores. Apesar do foco crítico dos ensaios de Benjamin no flâneur de Baudelaire resistir em poemas, como em *Les Fleurs du Mal* (1857) outras formas de arte borbulhavam na semelhante perspectiva de retratar a vida coletiva do presente e consequentemente, suas problemáticas, tecnologias e demandas.

Em um trecho de “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo”, Benjamin escreve sobre a poética de Baudelaire: “Sua versificação é comparável à planta de uma grande cidade, no qual alguém pode movimentar-se despercebido, encoberto por quarteirões de casas, portais, cocheiras e pátios” (Benjamin, 1985, p. 95), com vívida sintonia à visualização de espaço em que a corporeidade de Baudelaire é permeável pela metrópole, mas não obstante, desobediente a ela, prossegue, “nessa planta indicam-se às palavras seu lugar exato, como aos conspiradores antes da eclosão da revolta.” (Benjamin, 1985, p. 139). Em constante contato com o mundo, o flâneur que divaga sobre as andanças de outro, ressentido sobre a tecnologia e suas técnicas, isola-se de seus pares, porém permanecendo nele conectado, à contragosto. Os outros são a multidão, reduzida de suas particularidades e vivências ao caráter de inconveniente cardume, seja no contexto de 1850 ou ao contexto de 1930 – Baudelaire não descreve nem a população, nem a cidade. “Sua multidão é sempre a da cidade grande. Invariavelmente superpovoada” (Benjamin, 1985, p.116).

Embora Benjamin discorde de parte da relação atribuída entre o flâneur e a multidão, reconhecendo o pequeno burguês que Charles deixava visível por suas rasas considerações às condições operárias e enfermas da mesma, manteve o distanciamento e o privilégio do Flâneur no espaço público a qual transitava e desvelava. A sociedade tende a excluir a possibilidade da ação de seus indivíduos de acordo com sua posição social incluindo aquelas vistas nas primeiras sociedades de massas, esperando de seus membros uma domesticação de seu comportamento, abolindo a imprevisibilidade e o inusitado (Arendt, 2007).

Quando Benjamin caminhava pelas cidades europeias e escrevia seus pequenos fragmentos literários, suas críticas de arte e suas nostalgias, a flânerie francesa era desenhada por quem podia desenhá-la, vivenciá-la. Percorrer um espaço como observador, mesmo que receoso dos fenômenos luminosos e mecanizados em demasia, fora um particular privilégio de homens como Baudelaire e Benjamin. Em contextos históricos e geográficos intransponíveis ao flandar de outros corpos não-brancos em espacialidades Brasileiras da época,

talvez aparente, a primeira vez, pouco aproveitável os aspectos do fenômeno da flânerie francesa para com outros contextos do globo e seus habitantes. Entretanto, seria um equívoco isolar a obra de Benjamin do contexto tecnológico, histórico e artístico em que vivera, evitando contradições poéticas e articulações temáticas destas vivências em choque com novos contextos do flâneur. São as manifestações artísticas mal recepcionadas pela sociedade – seja de seu tempo ou da década de 2010 e 2020 –, as intersecções dos aspectos políticos, sociais, tecnológicos e ficcionais das reações entre os corpos das cidades em óptica divergente, da flânerie, enquanto forma de existência da qualidade de registro performática, constantemente modificada pelas técnicas presentes em um determinado tempo-espaço que tornam a nostalgia destes autores afetados pelo realismo ainda intrigante.

Parte desta nostalgia compartilhada no realismo está no sentimento comum, uma espécie de aura da estranheza para com o presente, a exclusão parcial do indivíduo de seu contexto social. Em um mundo de revoluções com custos elevados para o bem-estar coletivo, a confiança, considerando sua importância nos tratados dos riscos em Giddens (1990) do indivíduo no trato da modernidade é abalada já em seus primórdios. Sobre Baudelaire, na passagem onde a “literatura que se atinha aos aspectos inquietantes e ameaçadores da vida urbana estava reservada um grande futuro” (Benjamin, 2013, p. 38), o flâneur é um observador em langor, que “desenvolve formas de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande” (Benjamin, 2013, p. 38), numa resistência contraditória entre a sua casa, as ruas, e sua indignação perante a homogeneidade sóbria das cidades industrializadas.

A questão da performance no âmbito das expressões da arte, se refere aqui enquanto qualidade, conjunto de ações representativas acionadas pelas artes – além das artes corporais e cênicas, onde o ato da performance é uma linguagem que utiliza do corpo enquanto veículo mais do que materialidades resultantes secundárias como o cinema, a literatura, ou as artes visuais com pinturas e afins. A performance do corpo daquele que registra alguma materialidade é derivada da realidade individual e da imaginação ou exaltação onde o corpo se encontra, como Walter Benjamin, estudioso judeu da Escola de Frankfurt, ao caminhar pelas cidades é, um recipiente ativo das percepções sentidas do seu ambiente histórico: Uma Europa central abalada politicamente, convivendo com os desdobramentos industriais do século anterior, comprimidas pela efusão de novas técnicas e tecnologias. Performava timidamente sua existência artística nostálgica por textos, muitas vezes enquanto vivenciava – Na rua, em pequenos blocos de notas, e em sua contradição, cristalizando a retomada da antiguidade clássica grega pelos valores da percepção da obra de arte, colérico ao cinema, vivendo o réalisme francês dos anos de 1930, ao mesmo tempo que convivera com os choques do Dada e surrealismo – com os filmes do expressionismus alemão, vanguardas que mais tarde inspirou conceitualmente a pop art estado-unidense, e o concretismo brasileiro.

A modernidade citada por Benjamin, acredito ser uma resultante do que fora a modernidade para a Arte Moderna – dimensão colaborativa à cultural moderna – em interação ativa com a modernidade das ciências sociais e para a sociologia de Giddens. Conectada intimamente com as transformações no espaço e no tempo, e na relação que o ser humano passou a ter com estas entidades, a modernidade refere-se aos modos de vida social ou de organização originária na Europa aproximadamente no século dezessete em diante e que subsequentemente se tornou mais ou menos global in sua influência (Giddens, 1990). Esta modernidade para Giddens é fenômeno de globalização, com dimensões especificadas pelo menos, separadas enquanto um mundo de economia capitalista, divisão internacional do trabalho, um mundo militarizado relacionantes também ao sistema de Estado-Nação. Sob esse sistema moderno, definições de capitalismo e, para o industrialismo partido da revolução industrial seriam a do capitalismo enquanto um sistema de produção de commodities, centralizado sob relações entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado desprovido de propriedade, relação esta como sendo o eixo e matriz de um sistema de classes (Giddens, 1990).

Considerando as dimensões de Giddens e as temáticas da flânerie do século XIX, encontramos o eixo comum da divisão de classes em multidão, e das transformações tecnológicas respondidas pela criação artística errante. Neste eixo comum das problemáticas das classes e com isso, da divisão do trabalho e labor, da esfera pública e individual, relativas às redes sociais, pois “é somente com o ulterior conceito de uma *societas generis humani*, uma “sociedade da espécie humana” que o termo “social” começa a adquirir o sentido geral de condição humana fundamental” (Arendt, 2007, p.33). No presente ensaio, a relação da tecnologia e do

radicalismo da corporeidade performática artística enquanto expressão carregada de conexões com diferentes fragmentos da configuração de cidade de seu tempo – e de seus indivíduos – é como veículo entre momentos históricos consideravelmente distintos, das quais apesar de conectados pelos movimentos de vanguarda artísticas, a experiência da troca entre o ser e o outro num ambiente também de instável conceitual, e por vezes contraditório, prevaleça ao recorde disciplinar unicamente revisional.

Prosseguindo assim das condições humanas sociais do recorte europeu da revolução industrial no estágio histórico da segunda metade do século XIX, à primeira metade do século XX, na flânerie de um século atrás apoiada no senso materialista da cidade e das falhas de suas invenções, retomemos a questão das massas tanto para Baudelaire quanto para Benjamin, essa multidão da qual o flâneur não pertence. “A multidão não é apenas o mais novo refúgio do proscrito; é também o mais novo entorpecente do abandonado. O flâneur é um abandonado na multidão” (Benjamin, 2013, p. 51), e a diferenciação entre aquele que flana ou do artista atento, e a multidão, que o afasta da identificação com o que também é o povo, e “com isso, partilha a situação da mercadoria. Não está consciente dessa situação particular, mas nem por isso ela age menos sobre ele” (Benjamin, 2013, p. 51). Embora a temática realista circunde o observar o entorno, o que se observa nestes trechos é uma reiteração das classes e suas funções segregarias, redutivas de individualidade do operário, enfatizando o caráter Bourgeois da flânerie. A sociedade tende a excluir a possibilidade da ação de seus indivíduos de acordo com sua posição social incluindo aquelas vistas nas primeiras sociedades de massas, esperando de seus membros uma domesticação de seu comportamento, abolindo a imprevisibilidade e o inusitado oriundo das mesmas (Arendt, 2007).

O brilhantismo metálico industrial da reorganização dos meios perde espaço. E retoma espaço, num fetiche pela manufatura, afetando a própria arte – O fenômeno do processo, tão importante quanto o trabalho final. “Num mundo estritamente utilitário, todos os fins tendem a ser de curta duração e a transformar-se em meios para outros fins.” (Arendt, 2007, p.167). “Em Baudelaire, a cidade grande quase nunca alcança expressão na descrição direta de seus habitantes” (Benjamin, 2013, p. 55) e Benjamin o critica por tal negligência, quando refere o “permitir o rasgo do céu que cobre a imagem da realidade social, permitindo ao flâneur “ver as cidades sem disfarces” (Benjamin, 2013, p.55), porém, o que seria essa ausência de disfarces? Pois mesmo a industrialização de intenção da máquina – Definida enquanto um artefato que realiza um conjunto de tarefas pelo uso de energia como meio de suas operações (Giddens, 1990) - automatizada, sem o uso da força humana, não abandonava suas colônias e explorações no eixo-sul global, e mesmo os operários em metrópoles representavam apenas uma porção dos abismos sociais de seu tempo. O que se manterá no flâneur através dos séculos será a qualidade em ser “um observador do mercado. O seu saber é vizinho à ciência oculta da conjuntura. Ele é, no reino dos consumidores, o emissário do capitalista.” (Benjamin, 2013, p. 199), impossibilitando-o de remover por completo o véu do que são as realidades sociais em ação e consequência, pois estas transcendem as transformações locais – baseadas em idealizações progressistas do industrialismo moderno da óptica europeia em seus interesses públicos nacionais, que se refletem em parte dos interesses privados do flâneur.

A movimentação das cidades portuárias por exemplo, eram caracterizadas, por Hobsbawn “no comércio de escravos e de produtos coloniais como açúcar, chá, tabaco e, cada vez mais, algodão” (Hobsbawn, 2000, p. 24) além das tabernas e da prostituição presentes na dinâmica cotidiana do cais. Desde XVIII então, a paisagem inglesa por exemplo, “impressionava o visitante estrangeiro principalmente como um país rico, e cuja riqueza se devia basicamente ao comércio e à iniciativa” (Hobsbawn, 2000, p. 27) ligada intimamente com a classe média por uma sólida ostentação das variedades de um comércio servil e estável a ela dentro de um Estado “burguês”. Este vínculo próximo entre classe média e sua cultura, com o consumismo em contextos de economias capitalistas industriais foram observáveis tanto em Baudelaire quanto na flânerie de Benjamin, e a posteriori neste ensaio, na flânerie digital contemporânea dos anos de 2010 e 2020 – Uma vez que “o movimento do industrialismo também se aplica configurações que envolvem alta tecnologia, onde a eletricidade é a única fonte de energia e onde os microcircuitos eletrônicos são os únicos dispositivos mecanizados” (Giddens, 1990 pág. 56). Num ambiente moderno em transição, sensível às transformações tecnológicas, “o industrialismo afeta não apenas o local de trabalho, mas também o transporte, a comunicação e a vida doméstica [...]” (Giddens, 1990 pág. 56), e a percepção do indivíduo que traduz suas

experiências em expressões e manifestações artísticas de quaisquer linguagens, mídias ou natureza como o flâneur.

Hannah Arendt interliga o “declínio da esfera pública” de sua época com o voltar-se à pequenas coisas manuais negligenciadas em um mundo de rápida industrialização intermitente, de forma que o mal estar social com o ritmo automatizado e mecânico vivido durante a longa revolução industrial ainda viria a ser sentida após o realismo do século XIX e início do século XX. Para além do labor, a esfera pública é espaço de expressão individual, responsiva ao meio, na medida em que é comum às unidades e lhes confere espaço enquanto função em seu todo. É como um mundo do artefato humano, do mundo feito de coisas humanas em comum habitação (Arendt, 2007), habitação esta que nos permite a construção de cidades contemporâneas digitais, por estruturar-se nas relações humanas propriamente ditas ao invés de necessitar do aparato material a priori.

Sobre a dissociação do ser humano em Jacques Ellul (1954), de encontro com Hannah Arendt, com seu “L’homme-machine”, a nostalgia pela lembrança das atividades espontâneas do ser humano anterior ao desenvolvimento do conhecimento tecnológico progressivo, fazem parte do cenário radical do ser humano que se adapta à máquina, fixado pelo objetivo capital do acúmulo mediante sua exclusiva função social, a do trabalho. De mesma sensação meditativa ao futuro das tecnologias, publicado também na década de 1950, o trecho “os eventos da última década, e especialmente as possibilidades introduzidas pelo contínuo desenvolvimento da automação, permitem-nos indagar se a utopia de ontem não terminará sendo a realidade de amanhã, de sorte que, finalmente, só o esforço de consumir restará das ‘fadigas e penas’ inerentes ao ciclo biológico cuja força motriz está ligada a vida humana” de Arendt (2007, p. 144) revelam semelhante preocupação com a automação e a artificialidade da ação humana e suas produções. Durante a década de 1930, Walter Benjamin manifestava semelhante langor com o efeito das técnicas industriais e sistemáticas mecânicas na questão da reprodutibilidade técnica da arte dada a ascensão da fotografia e do *réalisme* do cinema francês.

Os ensaios sobre fotografia e cinema de Benjamin nos apresentam delimitações e territórios do estado de uma obra de arte em transição técnica gradual, da qual igualmente sofremos na contemporaneidade dos anos 20 do século XXI com a arte digital e suas propriedades específicas de compartilhamento, técnica, colecionismos e marcações espaço-temporais, vista com semelhante desconfiança pelo flâneur de nossa época. Tal desconfiança na modificação de técnicas pelo desenvolvimento tecnológico análogo às considerações de Walter Benjamin há cem anos poderiam ser fragmentos de evidências da continuidade da modernidade humana: o tópico da obra de arte em originalidade, é questão de debate na atualidade, mesmo dada a subjetividade da implicação técnica para com o processo criativo artístico de qualquer artista ou vanguarda a qual remete-se. Nos anos de 1950, “sua durabilidade permanece quase isenta ao efeito corrosivo dos processos naturais, uma vez que não estão sujeitas ao uso por criaturas vivas (...) e através do tempo, pode atingir a permanência” (Arendt, 2007, p.181), em defesa da cultura grega, da escultura no mármore, a sentença da obra de arte com limitações em sua reprodução e ‘produção’, quando “nada como a obra de arte demonstra com tamanha clareza e pureza a simples durabilidade deste mundo de coisas, nada revela de forma tão espetacular que este mundo feito de coisas é o lar não-mortal de seres mortais” (p. 181). Tanto que a escrita, a poesia, reduzidas a “menos-arte”, arte impermanente, ou no caso da fotografia e da arte do cinema para Benjamin, pois o material é aparentemente a linguagem, decisiva na existência da obra de arte pela durabilidade limitada de páginas frágeis. Fabricação, uso, instrumentalização, mas também o ser humano, mortal como é, com as complexidades políticas e dores do trabalho reconhecidos, tem suas particularidades e individualidades expressas com igual potência por entre as técnicas, mesmo nas artes “pouco permanentes”, como a maquiagem, o vestuário, a música, e a poesia e a literatura para Arendt, – Comumente obras de arte cerceados quando reconhecidas enquanto perigos para a obediência popular em detrimento dos interesses políticos de um ou diferentes Estados, ou mesmo pela censura histórica velada, ocorrente em diferentes momentos da história ocidental, bem como nos anos 1930, com a arte drag duchampiana, uma expressão em flânerie. Parte das “Fraturas socioterritoriais herdadas de um processo de produção urbana excludente e reforçado nas novas dinâmicas, primeiro, da cidade industrial e, posteriormente, da cidade comercial e financeirizada.” (Toledo et al, 2022, p. 2).

A nova flânerie conserva características da flânerie de Charles Baudelaire, característica das mudanças tecnológicas, políticas e sociais de 1830 a 1860, e de Walter Benjamin, entre o final de 1920 e 1940, marcado por um período de vanguardas da Arte Moderna com técnicas, aproximações sociais e políticas, e incorporação das temáticas das tecnologias à percepção das transformações coletivas. Com a continuidade da sensação de deviação de multidão ou massa também presente na contemporaneidade, pelo langor do desconhecido homogêneo que habita o populoso espaço cosmopolita sem abdicar de sua mercadoria e vislumbre capitalista industrial ao preço da desigualdade social entre as classes. A nova característica, é, a qualidade da vivência digital, online. O mundo digital, embora de diferente topografia, existe sob a condição humana da socialização. Visível nas cidades digitais, caminhando desde a textura inofensiva até mobilizações violentas manifestadas na realidade material. A sensibilidade faz parte da tecnologia, e é também, uma qualidade da aparência do digital, parte dos constituintes da vida digital e de sua atmosfera.

A vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem suas raízes permanentes no mundo humano, ou de coisas feitas pelo ser humano, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente (Arendt, 2007), ou seja, não transcende a realidade, o próprio mundo digital não transcende o real, e também não o é ausente, visto que ali há a manifestação e o laço social ativo humano, é ação ocorrendo na sociedade humana. É através do discurso e da ação, seres humanos podem distinguir-se e diferenciarem-se, Arendt diz que discurso e ação estão em contraposição à mera existência da corporeidade. “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano (Arendt, 2007 p.189), e no quesito digital, além das palavras, vivemos linguagem também pela imagem.

E o espaço digital, indissociável ao espaço materialista pleno – ou referencial, numa perspectiva da virtualidade – possui dimensões geográficas, linguísticas, políticas e culturais, dotado de territórios e outras corporeidades em convivência. “O espaço geográfico é dotado de vida, ou melhor, de existências – humanos vivendo e conhecendo o mundo onde estão situados” (Bernardes, 2022, p. 46). De forma complementar, “a territorialidade indica, justamente, a situação em que está o ser-no-mundo num conjunto de relações próximas com os Outros e com os objetos no mundo” (Bernardes, 2022, p. 45). Bernardes (2022) expõe que relações mediadas pela internet, geradoras de experiências, nos afetam de algum modo, de forma a também nos constituir, em diferenciação, estas fundamentais para as territorialidades como um todo e também para com as virtuais. E “O encontro proporcionado pela linguagem se efetiva pela Internet enquanto modo de se relacionar e, assim, modo de ser, haja vista que somos sempre em relação. (...) – negociando suas intencionalidades.” (Bernardes, 2022, p. 59). As corporeidades que habitam as territorialidades das cidades digitais, são inicialmente diversas embora homogeneizadas pelo flâneur, embora subjugada aos altos riscos da modernidade de Giddens (1990), enfatizados pelo volume de informação gerada nas cidades digitais por suas corporeidades.

Nosso transporte de informação e de alimentação também são, como na primeira revolução industrial, casos especiais unidos aos bens capitais – Como apontado por Hobsbawm (1984) das razões a emergir a revolução industrial, além das configurações políticas e populacionais – também nos proporcionaram um ambiente singular para a imersão digital e sua sensação de realidade bem como factual influência em dependência com a realidade material. “As manufaturas alimentares competem com as de têxteis como fixadores do ritmo da industrialização em regime de iniciativa privada, uma vez que existe visivelmente um enorme mercado para seus produtos” – (Hobsbawm, 1984, p.43) , quanto mais quando continuação em um cenário industrial capitalista, onde, ao menos “nas cidades esse mercado mostra-se constantemente receptivo, apenas aguardando exploração” (Hobsbawm, 1984, p.43). Esses mercados infelizmente tendem a reproduzir princípios colonialistas de controle de mercado de exportação de outros povos em sistemas neoimperialistas .

Enquanto caminhamos sobre o solo da modernidade em transição, o nostálgico sentimento de livres atividades humanas desprovidas das amálgamas do capitalismo industrial, do estímulo constante à posse e ao colecionismo áureo da flânerie de Baudelaire e Walter Benjamin, em estranhamento ao desenvolvimento tecnológico da sociedade ocidental, nos leva a contemplação das manifestações artísticas divergentes ainda em 1920. A consciência do contínuo silenciamento de determinados corpos performáticos na flânerie, a qual sua permanência contraditória é conservada através dos séculos, remetendo a miríade da presença artística diversificada em suas técnicas e, se um dia fora o realismo de Coubert e Balzac para Baudelaire, fora outra em sincronismo à reprodutibilidade técnica em preto e branco dos cinemas sistematizados de 1930 na época

do flâneur de Walter Benjamin. Benjamin conviveu em espaço-tempo com o Dada. Utilizavam da tecnologia e das crises que esta geraria na cultura estética e visual da sociedade tecnológica moderna, para levar a imagem e a materialidade aos confins dos territórios da aura da obra de arte, das intencionalidades das próprias existências dos artistas e não-artistas que o compunham.

Corporeidade tecnológica errante de Rose Sélavy

As condições tecnológicas para a revolução industrial, foram acumulados graduais de configurações espaciais das disputas e explorações territoriais, políticas imperialistas e organizações capitalistas conglomeradas em cidades, relacionadas ao desenvolvimento científicas e ações culturais. A questão da técnica amargura as relações sociais quando considerados riscos e confiança (Ellul, 1954), por estar emaranhada visceralmente aos fazeres humanos, e as transformações orgânicas exigem a movimentação, readaptação ou mesmo substituição de cenários anteriores aos novos ambientes. Para Elluhl a técnica tem se tornado autônoma, considerando esta enquanto “nada a menos do que os meios e os conjuntos de meios” (Ellul, 1954, p. 19) e nossa civilização é primeiramente uma civilização de meios e maneiras. O fenômeno técnico, “para além da máquina”, uma vez que a “técnica ou organização, é tal como uma técnica para nadar ou para as amizades” (Ellul, 1954, p. 21), todas as técnicas fazem parte do universo da técnica humana, e assim irredutíveis às relações polares entre ser humano e meio -máquina, embora esta também o afete, como em Bernardes (2022), em sua realidade existencial. A questão da inferência da técnica na vida humana rege parte da história da arte ocidental, onde a materialidade e a intencionalidade desenham a cartografia de momentos históricos da arte, especialmente latente no período da Arte Moderna. Com alguns consensos e dissensos entre teóricos, as divergências costumam originarem-se no problema da diferenciação entre territórios artísticos, bem como errâncias dentro da questão da técnica e da subversão expressa pelas obras de arte destes períodos, característica dos avant-garde moderno.

A interpolação entre diferentes linguagens das artes, incluindo a literatura, a música e as artes cênicas, para com a esfera da vida pública e das tecnologias emergentes, é contínua através da história da arte ocidental e reflete as dimensões da modernidade de Giddens (1990) e as problemáticas das cidades de Toledo (2022), e é expressa pelas corporeidades que dela se originam. Embora a flânerie se diferencie da multidão para Benjamin, a nova flânerie também carrega esta aura privada do privilégio da percepção pseudo-emancipada, de um desnorreamento pelos numerosos desconhecidos e pelas sistematizações técnicas que parecem descascar os mármore da antiguidade artística e filosófica. A vigilância e a punição aquilo que busca pseudo-emancipar-se do conjunto metropolitano é ainda silenciosa, de uma opressão histórica que torna nebulosa a representação das subversões técnicas já presentes na flânerie moderna material. Se a obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica causava desconfiança, hoje, na cultura digital, desconfiamos da arte digital e suas técnicas parcialmente imateriais, com semelhante aura de censura e de hierarquização da criação.

Gere explica que “Acontecimentos que desafiam os preconceitos através dos quais a nossa existência é comunicada e partilhada, por exemplo, a aniquilação da distância física e a dissolução da realidade material pelas tecnologias virtuais ou de telecomunicações (...)” (Gene, 2002, p. 11) fazem parte dos desafios tecnológicos, como na própria cultura digital, que “em sua específica forma atual é um fenômeno historicamente contingente, cujos componentes emergem pela primeira como resposta às exigências do capitalismo moderno” (Gere, 2002, p. 14). Mesmo no contexto socio-cultural do flâneur de Walter Benjamin essas inseguranças tecnológicas podem ter ofuscado a intensidade da resposta artística ao meio de sua época, ou apenas as censurado em corporeidades errantes, afetando os desenhos territoriais e representações desobedientes da arte da época, no que tange a singularidade da efemeridade da arte, contrária à arte eterna de Arendt ou da arte original de Benjamin, e a reproduzibilidade técnica do corpo.

A nova flânerie é também representativa de corpos da multidão, a depender do referencial das relações. A Arte drag brasileira, já de origem moderna no século XX, adaptou-se também às cidades e espaços digitais tumultuosos no século XXI, onde “as artes contemporâneas tentam tornar visível esta nova dimensão cosmopolita que une o fluxo informacional aos valores ideológicos, sociais e culturais” (Lopes, 2017, p. 288). O fazer artístico dispõe da atemporalidade da intenção de “um corpo, cuja compleição, dimensão e contorno físico estão em vias de mutação” (Lopes, 2017, p. 288), e ao caso do corpo drag, ora fazendo parte da cultura popular desta multidão pop, ora manifestando-se fora do mainstream. A expressão artística da dragqueen, da

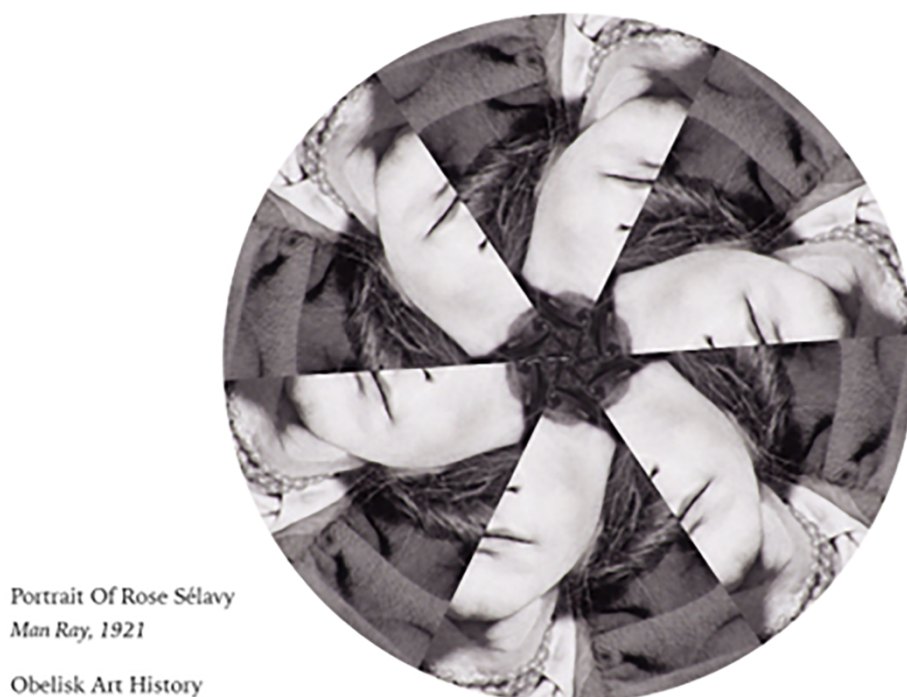
elaboração de uma personagem (Chidiac & Oltramari, 2004) vívida, a performance extravagante de fragmentos da própria identidade, nos espaços urbanos do sudeste brasileiro dos anos de 1980, compartilha hoje do fluxo digital, através das redes sociais e da atuação multimídia.

Marcel Duchamp, nascido em 1887, faleceu no ano de 1968. A figura dadaísta de Duchamp seja talvez mais conhecida por ser o artista que expôs um urinol – um ready-made - de porcelana assinado, em frente ao Grande Central Palace na França, em 1917, sob o título “Fountain”. O Dada é considerado um movimento da Arte Moderna, contraditório em si mesmo por em seu próprio manifesto conter frases como, “O Dada não significa nada”. A impossibilidade de definir arte, que agora, poderia ser qualquer coisa, já que o maior inimigo da arte para dadaístas como Duchamp, era o a questão do gosto da arte, “sem beleza, sem feiura, nada particularmente estético sobre” (Tomkins, 1997, p. 160). O Dada foi um reflexo do medo e frustração da multidão industrial centro-europeia do início do século XX. De Tristan Tzara ao Cabaret Voltaire de Hugo Ball, Apollinaire e outros artistas que viriam a ser o primeiro grupo dos dadaístas se uniram na Suíça, suas reuniões artísticas na Suíça não seriam nenhuma coincidência, “eles não queriam se relacionar com o horror suicida da Grande Guerra” (Tomkins, 1997, p. 191).

O significado de “Dada” para os dadaístas, falantes de francês e alemão, remetia ao início da vida, o primeiro som expresso por uma criança (Tomkins, 1997). Uma nova arte, despida da tradição da contemplação sacra da arte até então. Os ready-mades, criados por Duchamp, por vezes a maior das subversões artísticas, eram em sua característica, mercadorias industriais ressignificadas. Objetos prontos, reproduzíveis, funcionais, comuns a vida da cidade, um “fenômeno da banalização do espaço” é a experiência fundamental do flâneur” (Benjamin, 1985, p. 189). O novo do Dadá expressava a angústia e ao mesmo tempo, a libertação da qualidade técnica moderna. O absurdismo da comparação de um objeto de lugar banal das massas às grandes obras clássicas em mármore e linho é em si uma contradição do capitalismo moderno. O dadaísmo levou algum tempo até chegar em Paris. Walter Benjamin e Marcel Duchamp possuíam a diferença de apenas cinco anos de idade, este último sendo mais velho. Viviam as diferenças da flânerie. Compartilhavam em diferentes referenciais da multidão parisiense das emoções intensas com relação às novas técnicas.

A fragmentação do Dada possibilitou o emergir do surrealismo, com o afastamento entre os poetas dadaístas André Breton e Tristan Tzara, na década de 1920. Ambos os movimentos, o Surréalisme e o Dada coexistiram histórico e geograficamente, e chocavam-se conceitualmente por valores sociais e políticos relativos à arte (e a não-arte) e qual (e como) seria a ação que esta deveria manifestar. Jamais limitada às obras de arte apenas em si, ou a eventos, encontros em cafés e apresentações do grupo, esta ação refletia na expressão da corporeidade e da existência social – relacional – dos artistas com o mundo, com as coisas e com os outros. Parte do dadaísmo e do surrealismo que partiam da subversão da tradição, assumiam a espectacularidade de suas obras de arte, visíveis por performances excêntricas, textos chocantes e objetos de arte – ou pinturas, assemblages – que causavam espantosa estranheza – e outros sentimentos inicialmente desconcertantes ao público, sobretudo “A espectacularidade de uma obra pode evidenciar-se na sua imponência ou escala, no seu aparato cénico, ou pelo conteúdo dramático que a poderá tornar sensacionalista” (Gomes, 2017, p.33). Para André Breton, o surrealismo sempre fora mais do que um movimento literário ou artístico, possuía o propósito de mudar a esfera da vida social e cultural, “libertando a mente humana de todas as restrições tradicionais que a escravizavam, incluindo religião, moralidade, família, e a ‘camisa de força’ da racionalidade” (Tomkins, 1997, p. 261). E para outros adeptos da flânerie, a vivência da observação a favor da subversão também o seria. “Se o humor lúdico de Rose Sélavy parecia um pouco em desacordo com o espírito missionário do Surrealismo inicial, Breton, no entanto, olhou para Rose e seu alter ego como aliados e potenciais colaboradores” (Tomkins, 1997, p. 263). Um dos ready-mades de Marcel Duchamp fora sua própria corporeidade errante para a história da arte, a dragqueen Rose Sélavy, reproduzida tecnicamente por Man Ray (Figura 1).

Figura 1 - "Portrait of Rose Sélavy ", Man Ray, 1921.



Portrait Of Rose Sélavy

Man Ray, 1921

Obelisk Art History

Link para caleidoscópio animado da obra: <https://www.arthistoryproject.com/kaleidoscope/?a=17276>. Link para fotografia original da obra: Portrait Of Rose Sélavy by Man Ray | Obelisk Art History (arthistoryproject.com). Técnicas de produção da fotografia original: Impressão em papel de gelatina e prata de época. Dimensões: 13.8 x 9.9cm. Registro outro de Sélavy, de 1923 por Man Ray, disponível para consulta em: Man Ray | [Rose Sélavy (Marcel Duchamp)] (1923) | Artsy.

Rose como um comum nome francês da época e Sélavy, do francês, *C'est la vie*, no português, como um "É a vida". Tomkins (1997) compartilha que Duchamp uma vez disse, que performá-la não era uma mudança de identidade, mas o poder ter duas identidades. Nomear Rose Sélavy enquanto uma personagem drag queen, é ressignificar um fenômeno inacabado – e em constante transformação – para além de um alterego ou "imagem de Duchamp travestido", uma manifestação artística performática da irreverência dadaísta. O colega de apartamento estado-unidense de Duchamp, o fotógrafo e cineasta Man Ray, fotografou Rose Sélavy e, tal retrato (reprodução original na legenda da figura 1), fez parte de um dos readymades de Duchamp, uma propaganda da garrafa de perfume "Belle Haleine – Eau de Voilette". Rose é a fotografia no produto, colecionável, adquirível. A intensidade do produto sobrepôs a presença da corporeidade de Sélavy na história da arte: Fountain é mais durável do que a corporeidade performática de Rose, afinal, ela não apenas estava presente em um conjunto de retratos e assinaturas das obras de Duchamp. Duchamp aparecia constantemente de Sélavy em encontros dadaístas, em suas compras parisienses pela multidão – Fazia parte de seu estilo de vida Dada e pessoal, vivida por um par de décadas em esfera pública. Ela flanava, excêntrica, enquanto Benjamin escrevia das resultantes de Baudelaire e outros textos inacabados.

Se "a unicidade e a durabilidade se associam tão intimamente como, na reprodução, a transitoriedade e a reprodutibilidade" (Benjamin, 1985, p. 101) admitir o invólucro de um objeto como que uma embalagem de produto, é destruir sua aura ou libertá-lo de tal concepção? E se "com a representação do ser humano pelo aparelho, a autoalienação humana encontrou uma aplicação altamente criadora" (Arendt, 2007, p. 180), esta alienação é de alguma forma dialética à consciência em períodos de transição técnica? Pois o ser humano mantém através das eras a vontade de expressar sua percepção do mundo de alguma forma que, independentemente da técnica e dependentemente da intencionalidade artística, seja composto da corporeidade da experiência privada ao público, ao mundo e as coisas, de sua mutável presença existencial. Este alcance pleno da captação da percepção pela técnica que nega as tecnologias do seu tempo é de concepção

utópica, dum realismo utópico sobrehumano da qual a arte, mortal, desvia seu curso – E a coexistência técnica permite que a intencionalidade do indivíduo conviva com a multidão, sem dela emancipar-se, apesar do langor causado pelos riscos das dimensões da modernidade – e de demais desequilíbrios das sociedades tecnológicas através dos tempos ocidentais.

Rose Sélavy é menos durável do que os readymades inanimados de Duchamp? Ou é apenas uma coincidência histórica nosso profundo desdém e dedução da insignificância de sua manifestação subversiva ao dadaísmo e a sociedade industrial a qual se encontrava e contínua preservação da memória de um urinol? Pois ambos pertencem ao nada, a tragédia da produção industrial sobre a depressão social, reflexos da arte (e não-arte) crítica da primeira metade do século XX. Deliberadamente confrontadora para com o público e a sociedade tecnológica, "algumas artes performáticas estavam preocupadas com a crítica social explícita. Por exemplo, sua capacidade de se envolver com o corpóreo e o material apresentado a artistas preocupados com questões de gênero com um meio ideal de explorar tais questões" (Gere, 2002, p. 84) . Porém, “quando o real já não é o que era, a nostalgia assume todo seu sentido. Sobrevalorização dos mitos de origem e dos signos da realidade (...). Escalada do verdadeiro, do vivido, ressurreição do figurativo onde o objeto e a substância desapareceram. (Baudrillard, 1991, p.14), mesmo que este real seja a priorização do objeto industrial capitalista durável, da preservação da tradição material inanimada, o souvenir.

Compreender as fases anteriores e posteriores da revolução industrial e as manifestações artísticas dos referenciais dos seus primórdios geográficos também são relevantes para a dimensão processual das revoluções futuras, ou, pós-modernas plenas. Ao invés de perpetuarmos à espera da consideração de demarcações históricas precisas entre eventos do século XXI, compreendermos que análises de fenômenos como a crescente das cidades digitais também podem ser fenômenos iniciais e em constante transformação e vulnerabilidade dos riscos da permanência das características das cidades materiais , com características semelhantes às revoluções progressivas dos séculos anteriores, como pelo comum langor nostálgico, censuras culturais e prolongamentos do estilo bourgeoise na flânerie .

É, por fim, de considerável consenso teórico mesmo que de diferentes fronteiras do conhecimento a superação de que o campo das tecnologias e seus mecanismos ultrapassam a barreira da aplicação técnica (Ellul, 1954), porém talvez aqui um certo radicalismo em assumir os mecanismos e seus instrumentos, artefatos e técnicas como as criações digitais como de fato uma extensão da realidade material propriamente dita. Onde as problemáticas e sutilezas sociais, econômicas, políticas e mesmo as de menor visibilidade aplicada são transponíveis, às suas variações como em quaisquer outros fenômenos, à realidade digital, da qual a corporeidade que a atravessa, como o flâneur, pode nos indicar novos territórios , certamente indicados por onde a arte subversiva irá eclodir, em sua loucura, ou em sua aparente cristalização nas dimensões da modernidade. Assim, a espetacularização da modernidade em transição assume há dois séculos, “em seus edifícios, quadros e narrativas, a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo” (Benjamin, 1985, p, 119).

Referências

ARENDDT, Hannah. A condição Humana. Forense Universitária, 10ª edição. 2007.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas vol. 3: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Editora Brasiliense, 3ª edição. 1985.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas vol. 1: Magia e técnica, Arte e política. Editora Brasiliense, 3ª edição. 1985.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Relógio d’água, 1991, Lisboa.

BERNARDES, Antonio, AGUIAR, Felipe. O território como experiência: ensaio de geografia fenomenológica existencial. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 42, v. 2, Número Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 44-62, junho, 2020.

CAMILLO, B. Brune. Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Florianópolis, 2017.

CHIDIAC, V. T. Maria, OLTRAMARI, C. Leandro. Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. *Estudos de Psicologia* 2004, 9(3), 471-478.

ELLUL, Jacques. *The Technological Society*. Nova York: Vintage Books. 1964.

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Polity Press, Stanford University Press, 1990. CA, UK.

HOBBSBAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Editora Forense Universitária, 5ª edição. 2000.

LOPES, S. A. Fernando. *Mídia, Arte e Tecnologia: Uma reflexão contemporânea*. *Comunicação e Sociedade*, vol. 31, 2017, pp. 287 – 298.

GERE, Charlie. *Digital Culture*. 2002, Reaktion Books, London, UK.

GOMES, Catarina V. J. S. *Da teatralidade ao simulacro: a condição empática do espectador*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, 2014.

LIBERMAN, Alexander. *The Artist in his studio*. The Viking Press, 1960, Canada.

ORSI, Alves Rafael; TOLEDO, Rodrigo A.; CAVALCANTI, Murilo P. *Fraturas Espaciais: A toponímia como tipologia de dominação social*. *Estud. sociol.*, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, e022007, abr. 2022.

PELEGRINI, Sandra C. A. *O Realismo Social de Courbet. Notas sobre as interfaces entre a pintura e fotografia na pesquisa histórica*. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 2, p. 17-42, julho-dezembro, 2013.

SILVA, Lúcia H. O., XAVIER, Regina, C. L. *Pensando a diáspora Atlântica*. *História (São Paulo)*, Dossiê Escravidão e Liberdade na diáspora atlântica, v.37, 2018.

TOMKINS, Calvin. *Duchamp: A biography*. London, Chatto & Windus, 1997.

WILLIAMS, Christopher. *Realism and the cinema: a reader*. Routledge & Kegan Paul in association with the British Film Institute, London, 1980.

“Missão Dada É Missão Cumprida”: A Influência Do Filme Tropa De Elite Na Cultura Corporativa

Murilo Rodrigues Maluf¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18867>

Resumo

Este texto busca analisar a influência de uma obra cinematográfica sobre o discurso e a prática de segmentos corporativos no Brasil contemporâneo. As representações construídas no filme *Tropa de Elite* (2007), presentes na construção dos personagens, nas expressões e frases de impacto, além de aspectos estéticos e imagéticos, popularizaram-se amplamente no imaginário brasileiro, através de enquadramentos interpretativos operados por uma gama de grupos distintos: da propaganda eleitoral populista a itens de moda vendidos no comércio popular. Nos interessa aqui o foco na apreensão destes elementos no contexto corporativo, e como produtores de conteúdo nesta área (empresas de treinamento e eventos, mídia publicitária, departamentos de comunicação interna) utilizam-se de elementos do filme em iniciativas de motivação e criação de cultura corporativa, principalmente na área comercial. Através da análise dos elementos presentes em peças de comunicação nesta área, é possível construir um cenário sólido que evidencia esta influência na comunicação institucional. Há coerência e homogeneidade na representação ideológica deste discurso, que acaba por reproduzir relações de poder presentes na atividade de trabalho. Os profissionais que recebem estas mensagens têm duas opções fundamentais: a aceitação do discurso ou a elaboração de estratégias defensivas.

Palavras-Chave: Estudos culturais. Comunicação. Cultura. Psicodinâmica do Trabalho.

Abstract

“Mission Given Is Mission Accomplished: The Influence Of The Film *Tropa De Elite* On Corporate Culture

This text seeks to analyze the influence of a cinematographic work on the discourse and practice of business segments in contemporary Brazil. The cultural representations in the film *Tropa de Elite* (2007), present in the construction of the characters, in the expressions and impactful phrases, in addition to aesthetic and imagery aspects, became widely popular in the Brazilian collective imagination, through interpretive frameworks operated by a range of distinct groups: from populist electoral propaganda to fashion items sold in popular commerce. What interests us here is the focus on capturing these elements in the business context and related content producers (training and event companies, advertising media, internal communication departments) use elements of the film in motivation and corporate culture construction, mainly in the commercial field. Through the analysis of the elements present in communication ads, is possible to build a solid scenario that evidences this influence on institutional communication. There is coherence and homogeneity in the ideological representation of this discourse, which ends up reproducing power relations present in the work activity. The professionals who receive these messages have two fundamental options: acceptance of the speech or the elaboration of defensive strategies.

KEYWORDS: Cultural Studies. Communication. Culture. Psychodynamics of work.

Resumen

“Misión Dada Es Misión Cumplida”: La Influencia De La Película *Tropa De Elite* En La Cultura Corporativa

Este texto busca analizar la influencia de una obra cinematográfica en el discurso y la práctica de los segmentos corporativos en el Brasil contemporáneo. Las representaciones construidas en la película *Tropa de Elite* (2007), presentes en la construcción de los personajes, en las expresiones y frases impactantes, además de aspectos estéticos e imaginarios, se popularizaron ampliamente en el imaginario brasileño, a través de marcos interpretativos operados por un rango de grupos distintos: desde propaganda electoral populista hasta artículos de moda vendidos en el comercio popular. Lo que aquí nos interesa es el foco en plasmar estos elementos en el contexto corporativo, y como productores de contenido en este ámbito (empresas de formación y eventos, medios publicitarios, departamentos de comunicación interna) utilizan elementos del filme en iniciativas de motivación y creación de cultura corporativa, principalmente en el campo comercial. A través del análisis de los elementos presentes en las piezas de comunicación de este ámbito, es posible construir un escenario sólido que evidencia esta influencia en la comunicación institucional. Hay coherencia y homogeneidad en la representación ideológica de este discurso, que termina reproduciendo relaciones de poder presentes en la actividad laboral. Los profesionales que reciben estos mensajes tienen dos opciones fundamentales: la aceptación del discurso o la elaboración de estrategias defensivas.

Palabras-Clave: Estudios Culturales. Comunicación. Cultura. Psicodinámica del Trabajo.

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Metodista de Piracicaba (2002), e Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (2020). Atualmente, cursa o Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na FCA - UNICAMP, com pesquisas no campo da Ergonomia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1148-0682>. E-mail: m224287@dac.unicamp.br.

Introdução

A cultura da mídia é um fenômeno histórico que ganha importância na segunda metade do século XX. Acompanhando a evolução tecnológica de dispositivos domésticos, como o videocassete, a TV a cabo e via satélite, configurou-se em uma ferramenta potente para a construção da cultura contemporânea. O filósofo estadunidense Langdon Winner, dedicado ao estudo das relações entre tecnologia e sociedade, observa (1989, p.9-23) que as tecnologias não são simples meios para a atividade humana, mas indutoras de formas de vida, de comportamento e de controle social, à medida que podem incorporar formas específicas de poder. Os desdobramentos destas formas de vida não são de todo conhecidos na sociedade, que apresenta diferentes níveis de consciência crítica sobre as transformações por elas induzidas, caracterizando o fenômeno enunciado por Winner como “sonambulismo tecnológico”. É neste cenário que, em meados da década de 1980, a cultura da mídia tornou-se presente em milhões de lares ocidentais e constituiu-se como grande força influenciadora na sociedade.

Kellner (2001, p.26-27) percebeu a transformação das manifestações culturais em mercadoria, e com isto a orientação da produção para produtos lucrativos aos seus investidores. A cultura da mídia então passou a promover determinadas visões e interesses dos grupos produtores, através da disseminação de visões culturais, econômicas, políticas e até morais, em formas explícitas ou dissimuladas de transmissão de significados. Ao analisar filmes como Rambo e Top Gun, são percebidas pelo autor combinações de mensagens que transitam entre a geopolítica (o papel dos Estados Unidos como guardião mundial de um determinado conceito de liberdade) à questões de cultura, gênero e raça (apresentando o protagonismo do homem branco, militarizado, destinado ao heroísmo através de atitudes individualistas e intuitivas). Na cultura ocidental das décadas de 1980 e 1990, o cinema estadunidense produziu um robusto discurso político, com lógica interna coerente e que dificilmente abriu possibilidades de interpretações distintas, e foi responsável pela criação de um (direcionado) senso comum, muitas vezes não percebido pelo público. Kellner então advoga pelo exercício de uma Pedagogia Crítica da Mídia, processo formativo pelo qual o público poderia analisar a construção do sentido e o direcionamento ideológico presente no entretenimento aparentemente descompromissado dos filmes.

Atualmente, as possibilidades de interpretação dos produtos culturais transformaram-se: consumo e discussão da produção cultural apresentam-se de forma multifacetada: há uma infinidade de agentes reverberadores, em blogs, vídeos e posts nas redes digitais, que interpretam e produzem conteúdo complementar. Desta forma, é importante resgatar o conceito de Enquadramentos Interpretativos. Enunciada pelo cientista social e antropólogo canadense Erving Goffman, a perspectiva dos enquadramentos baseia-se na constatação de que a experiência individual leva a interpretações distintas da realidade, de modo que cada pessoa compreende o mundo, os fenômenos ou os discursos de uma forma única, derivada da sua subjetividade e repertório de significados. Nomeada originalmente como frame analysis, esta perspectiva teórica e metodológica desenvolveu-se nas ciências humanas e sociais e, em especial, nas teorias de comunicação. Neste campo, derivaram para o conceito de framing, amplamente utilizado no jornalismo (HANGAI, 2012). Este conceito pode ser visto, tanto na redação publicitária quanto em matérias jornalísticas, ao apresentar dados relacionados à ações governamentais. Pode-se omitir dados desfavoráveis, sobrevalorizar os favoráveis, incorporar casos reais que possam contribuir para determinada narrativa, na direção de uma representação positiva do governo. Ou, no sentido contrário, manipular a apresentação de dados para o reforço de uma imagem negativa.

Ao analisarmos a recepção do público a um produto cultural hoje, com a disseminação das redes sociais e sua penetração nos hábitos cotidianos da população, é possível testemunhar com frequência o exercício de enquadramentos interpretativos. Um debate que envolva dois atores de visões opostas entre si, levará seus apoiadores a publicarem posts totalmente distintos entre si. Para a parcela identificada com o primeiro, haverá vídeos com curta duração (segundos) enquadrando uma determinada resposta onde seu representante teria vencido o debate. Dos identificados com o segundo, haverá resposta similar: determinada resposta “humilhou” o oponente e concluiu a contenda. Tais manifestações tendem a ser reproduzidas, retrabalhadas e intensificadas por influencers, produtores de conteúdo e outras personalidades midiáticas, criando um potente efeito de reverberação e representação exageradamente parcial do fenômeno.

O filme *Tropa de Elite*, enquanto fenômeno popular e referenciado no contexto real da periferia carioca, também permite diferentes interpretações. Como apresentado por Nasser (2018, p.22-23), para grande parcela da população, trata-se de um manifesto a favor de ações policiais extremas, como a tortura, por exemplo. Para outros, o desenvolvimento do enredo, o cotidiano violento, a banalização da morte, a corrupção policial e os impactos psicológicos que caem inclusive no protagonista são uma mensagem que alerta sobre a falibilidade da guerra às drogas. Dirigido pelo cineasta José Padilha, o filme inspira-se, mas não se baseia integralmente, no livro *Elite da Tropa*, escrito pelos ex-policiais Rodrigo Pimentel e André Batista e pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares, onde se apresentam diversos episódios reais vividos pelos policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O filme, narrado em primeira pessoa pelo personagem principal, Capitão Nascimento, desenvolve-se estruturando a busca deste por um sucessor, à altura da responsabilidade atribuída por ele ao BOPE. Motivado por uma questão familiar – o nascimento de seu primeiro filho – o personagem tem a intenção de, formando um sucessor, afastar-se da rotina violenta e arriscada do grupo. Os prováveis sucessores (Mathias e Neto) inserem-se em arco narrativo que os leva da entrada na polícia militar e trabalhos subalternos, ao processo de seleção para o BOPE e o período pós-treinamento, em suas primeiras ações como integrantes do grupo. No contexto de guerra às drogas, as ações desenvolvem-se na periferia da cidade do Rio de Janeiro, em incursões a cenários como o casario das favelas, a topografia dos morros e um baile funk. O filme conta também com um núcleo formado por estudantes que, como assinala Menezes (2015, p.67-68), recebem uma representação estereotipada (uma vez que apresentam homogeneidade de perfil) como burgueses, irresponsáveis e financiadores (pelo consumo) do tráfico de drogas. De forma complementar, o filme retrata o grupo em aulas de sociologia onde debate-se a violência policial de forma aparentemente superficial e contraposta pelo roteiro à visão realista do aluno-policial Mathias - o único retratado como sério, responsável e disciplinado.

É importante destacar elementos que deram origem a esta obra: a cidade do Rio de Janeiro e seu tecido urbano fragmentado, caracterizado por décadas pela ocupação desordenada dos morros pela população vulnerável. A pobreza, a carência de serviços públicos, as diversas deficiências em infra-estrutura, o desprezo da sociedade pelas condições de vida das classes populares e a necessidade de intenso e injusto esforço cotidiano pela sobrevivência, apresentou-se como cenário propício ao desenvolvimento de atividades ilícitas como uma das poucas possibilidades de vida, principalmente aos jovens. Como observa Velho (2008, p.11-20), a região metropolitana do Rio de Janeiro, após a mudança da capital federal para Brasília (1960), assistiu a uma desorganização administrativa que, marcada por elementos de autoritarismo e corrupção, potencializou dificuldades de gestão pública, agravou desigualdades sociais e elegeu o combate violento à parte de sua própria população como estratégia política e eleitoreira. Neste contexto elegeram-se deputados, vereadores e chefes do poder executivo com claro apelo policialesco e ligados a forças policiais, militares ou mesmo paramilitares.

Camargo, Bordin e Souza (2018, p.11) chamam a atenção para a relação entre a popularidade do filme e um crescente processo de hipermilitarização da sociedade com apoio da mídia e outras instituições, desde a reconfiguração de batalhões de forças especiais de outros estados, para assemelharem-se ao BOPE carioca, até a apropriação por parte da sociedade de bordões utilizados no filme, como “uma tropa de elite em vendas”, “faca na caveira, foco no estudo”, entre outros.

Através da análise de posts em redes sociais e comunicação corporativa, este texto pretende investigar a apropriação de determinadas posturas e discursos do filme *Tropa de Elite*, pelo enquadramento interpretativo construído junto à área comercial (departamentos de vendas) no campo empresarial brasileiro.

A Área Comercial

Na grande maioria das empresas privadas, em fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços, a área comercial estrutura-se por uma lógica similar: os sujeitos devem empreender esforços na concretização de processos de vendas, em contato com potenciais clientes, entendimento de necessidades, apresentação de propostas e esforços para viabilizar a negociação. A partir daí, a realidade a cada empresa dificilmente se repete, construindo-se conforme o contexto econômico, disponibilidade de matéria prima e recursos humanos, histórico e cultura própria, perfil do mercado atendido, entre um incontável número de outras variáveis. Uma distribuidora de itens de higiene e perfumaria, com vendedores direcionados a redes de drogarias e varejos

similares, com vendas recorrentes em ciclos curtos (mensais, por exemplo), tem contexto diferente de uma indústria de máquinas pesadas, com atendimento a grandes construtoras e mineradoras, onde sua força de vendas deve dominar detalhes técnicos relacionados e acostumar-se a ciclos de vendas longos (um processo de atendimento pode se estender por vários meses, e os clientes podem levar anos até uma próxima compra).

É parte da cultura empresarial, não só no Brasil, mas a nível mundial, praticar uma política de remuneração variável aos profissionais de vendas. Em determinados contextos, a remuneração mensal é totalmente dependente das comissões de vendas; em outros, há uma parcela fixa e outra variável correspondente efetivamente ao volume de vendas efetuado. Em comum, a visão organizacional de que os esforços para vendas só serão empreendidos se o profissional de frontar-se com um salário menor ou simbólico, com a possibilidade de aumento apenas relacionada às vendas efetivamente concretizadas (e pagas), bem como a possibilidade de desemprego caso não atinja o nível mínimo estipulado em volume de vendas.

Como remunerar de forma justa? Esta não é uma questão simples: possui variáveis complexas e uma adequada abordagem pode ser feita em textos futuros, mas é importante retomar a visão de Dejours (2008, p.62) relacionada à complexidade da avaliação do trabalho, e as escolhas da organização quanto aos parâmetros a avaliar. Mesmo um profissional com baixo volume de vendas pode trazer à organização conhecimento relevante resultante dos processos de venda não concretizados: conhecimento da concorrência, opiniões dos clientes sobre a inadequação do produto oferecido, mapeamento sobre volumes de compra do mercado consumidor, entre outros produtos menos visíveis. Prevalece assim, na cultura de muitas empresas, a visão convenientemente simplista da avaliação do profissional confundir-se com o desempenho em vendas concretizadas.

Com isto, o investimento das empresas na formação (ou motivação) de vendedores passa por soluções de maior apelo imediatista, influenciando o conteúdo do discurso a eles direcionado, em treinamentos, convenções, materiais e ações de comunicação interna, até o foco das cobranças de desempenho. Em tempos de materiais gráficos repletos de imagens prontas, identifica-se a relação do discurso da motivação com imagens genéricas de executivos(as) em reuniões, apertos de mãos e sorrisos, imagens de conquista e gráficos com setas ascendentes. Eventualmente, há oportunidades contextuais para a renovação superficial deste discurso.

Face a este contexto, a questão objetiva aqui é: se o filme *Tropa de Elite* apresentou influência na hipermilitarização do imaginário coletivo, pode-se assumir que este discurso teve aderência na comunicação corporativa?

Metodologia

É possível avaliar a relevância de uma ideia e sua penetração na sociedade através da classificação dos resultados em sites de busca? Gillespie (2018, p.117) considera os algoritmos como o mais recente mecanismo socialmente gerenciado na tentativa de estruturar uma nova lógica de conhecimento - em meio a milhares, ou milhões, de resultados de pesquisa sobre um mesmo assunto. Longe de conceber as fórmulas algorítmicas como algo abstrato, contém em si escolhas humanas e institucionais para sua elaboração, o que torna a primeira página dos resultados de busca uma potente representação semântica e política (Gillespie, 2018, p.100). Quando se utilizam ferramentas de busca, acionam-se mecanismos internos de processamento de linguagem natural, avaliações contextuais, antecipação, classificação, validação e, enfim, objetivos comerciais. O autor ainda ressalta que os algoritmos não apenas fornecem informações em uma lógica de conhecimento aos usuários, mas fornecem usuários contribuidores ao seu mecanismo de busca - em constante atualização. Desta forma, deve-se ter a consciência de que os resultados em mecanismos de busca têm uma construção interna dotada de viés próprio, mas ao mesmo tempo a percepção de que o viés adotado pelo mecanismo também é representativo de tendências psicológicas, culturais e políticas do público que pesquisa (e que com seus hábitos retroalimenta o mecanismo).

Há diversas opções para a análise de um objeto ou fenômeno a partir de sua presença virtual. Durante a escrita deste texto pude abordar e comparar a aplicação de algumas possibilidades de busca do tema. A ferramenta Google Trends, eficaz na mensuração da evolução na busca por um tema, ou por temas a ele relacionados, apresentou dados quantitativos de resultados relacionados ao próprio filme, seus atores e bordões, mas não dados que permitissem enxergar a relação do filme com o ambiente corporativo, objeto deste

texto - pois trata-se de um subgrupo de interesse, ou um enfoque interpretativo (como citado anteriormente): a área comercial ou de treinamentos corporativos apresenta pouca atratividade e volume de buscas se comparada a um filme de grande popularidade; desta forma, os algoritmos responderão em consonância à tendência. Isto não invalida o tema da pesquisa, apenas exige a consciência do fenômeno, sua característica de subgrupo e a seleção de ferramenta adequada que parta do ambiente (comercial / corporativo) à relação com o filme.

Como possibilidade de resultados potencialmente interessantes, há também a análise de posts em redes sociais. Em buscas preliminares no site LinkedIn, rede social voltada a assuntos profissionais, foi possível perceber diversas ocorrências nas pesquisas relacionadas aos bordões do filme, partindo predominantemente de usuários da rede, não de empresas de treinamento, por exemplo. Estas ocorrências não são quantificadas (não consta quantos resultados há para cada termo buscado), de forma que acredito ser possível trabalhar de forma qualitativa, no âmbito da análise de discurso, para compreender em que medida o profissional da área comercial absorveu a visão e os bordões do filme, incluiu em seu discurso e tomou a decisão de evidenciá-lo em um post público.

Devido às condições de sistematização dos resultados, selecionei então o site www.google.com como o mecanismo de busca mais adequado a este trabalho, devido à sua popularidade (o que corrobora a visão de Gillespie como representação da realidade de consultas), e a partir daí procurei analisar os resultados oferecidos em pesquisas por: “ vendas + ‘ tropa de elite’ “, “ vendas + ‘faca na caveira’ “, “ vendedores + ‘faca na caveira’”, “vendedores + ‘tropa de elite’”, “vendas + ‘missão dada é missão cumprida’”, vendedores + ‘missão dada é missão cumprida’”. Todas as buscas foram feitas em 24/06/2022, às 20:30h, no navegador Google Chrome, em modo anônimo, evitando assim o filtro de resultados com o perfil do pesquisador. Evitei a delimitação temporal, mantendo a opção de resultados “em qualquer data”, para um registro de relevância menos pontual. O quadro 1, a seguir, expõe os resultados encontrados.

Quadro 1 - Fonte, termos de busca, número de resultados e principais ocorrências.

| Fonte | Termo de busca | Resultados | Primeiras 03 ocorrências |
|--------|--|------------|---|
| Google | Vendas + “tropa de elite” | 1.450.000 | “Tropa de Elite em Vendas: como formar, treinar e motivar” (propaganda de livro, nas três primeiras ocorrências) |
| Google | Vendedores + “tropa de elite” | 217.000 | A) Qual é a tropa de elite da sua empresa (vídeo) B) Construindo uma tropa de elite (vídeo) C) “Tropa de Elite de vendas: como formar, treinar e motivar”. (propaganda de livro) |
| Google | Vendas + “faca na caveira” | 64.900 | A) Quebre a banca – palestras e treinamentos de vendas (empresa de treinamentos) B) Vídeo do canal Supervendedores, com “o Manifesto dos Vendedores Faca na Caveira” C) Vídeo do portal Administradores: “Como se tornar um vendedor faca na caveira” |
| Google | Vendedores + “faca na caveira” | 2.950 | A) Vídeo do portal Administradores: “Como se tornar um vendedor faca na caveira” B) Vídeo do canal Supervendedores, com “o Manifesto dos Vendedores Faca na Caveira” C) Quer levar vantagem? Faca-1 |
| Google | Vendas + “missão dada é missão cumprida” | 102.000 | A) “Missão dada é missão cumprida: as regras da guerra” (Propaganda de livro da área de negócios, nas três primeiras ocorrências) |
| Google | Vendedores + “missão dada é missão cumprida” | 9.760 | A) Metas: missão dada é missão cumprida (vídeo relacionado a curso de vendas) B) Vídeo “Dicas do CEO” relacionado à gestão de pessoas C) “Missão dada é missão cumprida: as regras da guerra” (Propaganda de livro já citado) |

Fonte: elaboração própria, 2023.

Resultados e Discussão

Os resultados acima demonstram a aderência do discurso destinado ao público profissional relacionado à área de vendas. Notavelmente por produtores de conteúdo que almejam a venda de produtos como livros ou treinamento no setor. Analisemos o conteúdo das mensagens do filme citadas acima à realidade corporativa.

O conceito de Tropa de Elite alude à uma equipe de profissionais selecionados com rigor, coesa, de discurso uniforme, em prol de um determinado objetivo. Em termos de importância, colocada acima dos profissionais comuns. A comunicação constrói o pertencimento à tropa como um lugar para poucos, e onde os “fracos e corruptos”, nas palavras do filme, não teriam lugar. Em uma equipe de vendas, trata-se da classificação simbólica daqueles que geram os melhores resultados, que estão ranqueados nas primeiras colocações em volume de negócios. É o lugar onde os profissionais devem almejar estar.

O termo faca na caveira tem um processo de popularização mais complexo: trata-se do símbolo oficial do BOPE: imagem relacionada ao ato violento, à ação de matar ou levar as próprias atitudes a um nível extremo de comprometimento, além da institucionalidade. É um exemplo claro de descolamento do significado a adoção deste, por parte de departamentos e profissionais de vendas: uma profissão destinada a negociação, escuta atenta de necessidades, viabilização de projetos, prática de empatia, combinar-se ao termo e à imagem.

Por “Missão dada é missão cumprida”, no setor corporativo, entende-se a prioridade ao cumprimento do trabalho prescrito, da meta imposta, num esforço cego do profissional pela concretização. Em termos práticos, traduz-se em um silenciamento do questionamento ou do exercício crítico do profissional, e até das contribuições deste na melhoria do que se propõe a vender: se este não confia na qualidade ou conceito de um produto lançado, ou se a empresa omite determinada informação no processo de venda, ainda assim deve-se colocar acima de sua visão pessoal a busca pelo fechamento da negociação. Aqueles que manifestam-se com alguma crítica pontual são maus exemplos e não devem fazer parte da homogênea Tropa.

A visão da Psicodinâmica do trabalho

A análise da mobilização dos sujeitos no trabalho, a comunicação corporativa e a distância entre o trabalho prescrito pela empresa e o trabalho real demandam uma análise fundamentada no campo da Psicodinâmica do Trabalho. Dejours (2007, p.29) nomeia como “sujeito” a pessoa que vivencia afetivamente (incluindo como experiência corporal) a situação de trabalho em questão. Nesta abordagem, a afetividade tem relação estreita com a Subjetividade de quem trabalha, e permite compreender aspectos não visíveis a princípio, como sofrimento e prazer na atividade. “Negar ou desprezar a subjetividade e a afetividade é negar ou desprezar no homem o que é sua humanidade, é negar a própria vida” (Henry apud Dejours, p. 29)

As estratégias defensivas dos sujeitos no trabalho constituem-se em ferramentas individuais para “tornar aceitável aquilo que não deveria sê-lo” (Dejours, 2007, p. 36): atos que a moral do sujeito não aprova, aceitação de riscos, excessiva ou inadequada mobilização de recursos, entre uma ampla gama de ações diárias desempenhada por qualquer pessoa trabalhadora no mundo. Dejours cita também o sofrimento ético de sujeitos que possam tomar decisões que condenariam moralmente fora do trabalho.

O conceito de descrição gerencial do trabalho opõe-se à descrição subjetiva do trabalho. E na maior parte das organizações a descrição gerencial é a prevalente na prescrição do trabalho. Com isso, a dimensão subjetiva é convenientemente ignorada, para possibilitar, por parte dos trabalhadores, a pronta aceitação da tarefa prescrita (minimizando a crítica, o questionamento, a abertura à subjetividade). Da parte da gerência (que provavelmente esteve na condição de subordinado e conheceu as dificuldades do trabalho real) e da comunicação interna, faz parte da atribuição de suas funções a manutenção das funcionalidades da empresa. A discussão entre todos os envolvidos, o adiamento da ação em favor de debates e reflexões não seria aceito nem incentivado, visto que o objetivo primeiro da maioria das organizações é a transformação de produtos ou serviços em itens vendáveis, entregáveis e que possibilitem a obtenção do lucro. (Dejours, 2007, p. 52-55)

Dejours considera o fenômeno da distorção comunicacional como uma ferramenta valiosa para a empresa na atribuição das tarefas: com a supervalorização do projeto do trabalho, as falhas e insucessos seriam então causados não por falha de concepção ou organização, mas por incompetência, desinteresse, incapacidade ou erro humano, convenientemente atribuídas então ao elemento mais vulnerável deste cenário: o próprio trabalhador. (Dejours, 2007, p.62-63). Há preferência por práticas discursivas não apenas objetivas, mas simplificadoras e simplórias. Isto ocorre não só pela redução ou enxugamento do texto escrito, mas pelo uso de imagens metafóricas e que possam projetar identificação do sujeito. Como exemplo têm-se as conhecidas campanhas de vendas, com suas imagens de riqueza, prêmios, êxito, gráficos de crescimento, entre outros.

A comunicação interna também anuncia, segundo Dejours (2007, p.70), um modelo de conduta, onde o trabalhador se depara com um determinado discurso, linguajar, forma de comportamento e limites, basicamente a fôrma onde deve se encaixar (atualmente se percebe o termo *fit* cultural utilizado frequentemente pelos departamentos de Recursos Humanos).

Há ambiguidades nas estratégias de defesa. A violência e sofrimento infligidos a outro trabalhador, são justificados no contexto de uma “missão”, cuja significação é superior, e os meios para cumprí-la são meros detalhes. Dejours (2007, p.87-88) ressalta a diferença entre os conceitos de coragem e virilidade. A coragem é, essencialmente, uma conquista do indivíduo e um exercício constante que se relaciona à sua autonomia. A virilidade, por outro lado, se relaciona ao julgamento alheio, necessita de “uma plateia e um palco”, neste caso em contexto corporativo e intrinsecamente relacionado a suportar a pressão de trabalho. É uma estratégia defensiva nociva à subjetividade, e se manifesta não só no ato do trabalho, mas também nos discursos. E é nos discursos onde se testemunham dois papéis: aquele que transmite a pressão do trabalho, e aquele que aceita, submisso, esta pressão. Some-se a isso a não-aceitação, por parte do grupo, dos elementos

que questionam a pressão, que recusam a submissão ou que levantam a possibilidade de alternativas. O funcionamento do grupo, e por consequência do cumprimento da concepção do trabalho pela empresa, só pode ocorrer com a construção de uma equipe homogênea, que elimine os elementos que possam difundir ideias ou reações ao discurso corporativo pretendido. Como caberia aqui o questionamento, por parte de um ou mais profissionais, ao projeto de produto, à estratégia de vendas, à precificação, entre outras questões pertinentes? Não é difícil imaginar que o silêncio torna-se uma estratégia defensiva de sobrevivência e manutenção do próprio emprego.

Além do silêncio, a adoção do discurso, dos termos e expressões, da forma de lidar, enunciados na comunicação corporativa, ou no discurso presencial de seus diretores e gerentes, constitui-se em estratégia defensiva do subordinado. A imitação, a simulação, a ocultação de sua visão de mundo em detrimento da visão de mundo da empresa, e mesmo a transmissão desta visão a outros colegas, constitui uma compulsória conformidade do indivíduo.

Na emulação do discurso oficial junto aos pares ou subordinados, encontra-se a exibição da virilidade enunciada por Dejours, anteriormente citada: maneira de absorver a mensagem da empresa e, em nome da missão, objetivo-fim do trabalho em vendas, justificar a pressão do trabalho, o sacrifício e o silenciamento individual.

Considerações Finais

O interesse corporativo em incrementar a lucratividade em suas operações, correspondente (mas não restrito) ao trabalho dos departamentos de vendas, encontrou no filme *Tropa de Elite* uma ferramenta de mobilização eficaz, adaptada ao contexto comercial por meio de peças de comunicação fantasiosas, reducionistas e violentas, que refletem uma tendência à hipermilitarização da sociedade. Os dados trazidos pela pesquisa através do site Google enunciam um determinado campo de emissão da mensagem (empresas de treinamento e eventos, consultores e autores de livros, e com ele a relação entre os agentes que produzem (ou contratam) o discurso (direção, gerência) e os receptores deste discurso (profissionais de vendas). Esta relação utiliza-se de intensa simplificação e distorção comunicacional para, propositalmente, evitar questionamentos, hesitações ou expressões individuais por parte dos profissionais, que na recepção do discurso podem identificar-se com a mensagem ou utilizar de estratégias defensivas, como o silenciamento ou a simulação.

Agradecimentos

Aos professores Peter Schulz, Rodrigo Toledo e Antonio Bernardes, e aos demais colegas de mestrado que, nos encontros da disciplina Pensamento Humanístico e Condição Humana na Modernidade, foram parceiros de debates e geradores de contribuições importantes a este texto. À minha orientadora, profa. Sandra Gemma, pelas frequentes discussões sobre o mundo do trabalho e, especificamente, a Psicodinâmica do Trabalho, fundamento teórico da discussão aqui apresentada. Por toda a motivação e inspiração para minha caminhada: Iaci, Isa, Nina e Juliana.

Referências

CAMARGO, Giovane; BORDIN, Marcelo; SOUZA, Aknaton. **As intervenções federais no Rio de Janeiro: a hipermilitarização do cotidiano**. Revista NEP, Núcleo de Estudos Paranaenses, v.4, n.2. Curitiba, 2018.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7a. edição. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

DEJOURS, Christophe. **Cadernos de TTO - A avaliação do trabalho submetida à prova do real**. Organizadores: SZNELWAR, Laerte. MASCIA, Fausto. São Paulo. Blucher, 2008.

GILLESPIE, Tarleton. **A relevância dos algoritmos**. Revista Parágrafo, v.6, n.1. São Paulo, 2018.

HANGAI, Luis Antonio. **A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação**. Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura. Universidade Federal do Paraná. Vo. 2, n.1. 2012.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. EDUSC. Bauru. 2001.

MENEZES, Paulo. **Tropa de Elite: perigosas ambiguidades**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 28, n.81. pp. 63-75. São Paulo. 2013.

NASSER, Lucas. **Tropa de Elite e o discurso da mídia: fascismo ou crítica social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social. Centro Universitário de Brasília - Uniceub. Brasília, 2009.

VELHO, Gilberto. **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2007.

WINNER, Langdon. **La ballena y el reactor - una búsqueda de los límites en la era de la alta tecnología**. Editorial Gedisa S.A. Barcelona. 2008.

A Condição Moderna Do Sujeito: possibilidades entre a hermenêutica e o existencialismo

Rodolfo Victor Cancio Evangelista¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18870>

Resumo

Quando nos perguntamos sobre nossa condição humana levando em conta o período histórico que marca nosso tempo, é quase que inevitável a emergência de questionamentos que não podem ser respondidos, ou pelo menos, de problemáticas que não se resolvem através de uma só perspectiva teórica. Nesse artigo de caráter ensaístico, apresentamos como a consciência histórica se apresenta com uma possibilidade de análise sobre o humano na contemporaneidade. Adentramos assim, as problemáticas que se revelam através do humano enquanto um ser histórico, que se desloca do sujeito moderno. Nesse sentido, encontramos nas reflexões sartreanas sobre o conceito de colaboracionismo, um caminho para pensar a historicidade humana enquanto um movimento político. Por fim, buscamos relacionar a questão da historicidade com a cultura de mídia, em razão de estabelecer uma conexão de como, a interpretação dos conteúdos midiáticos pode ser um caminho para uma crítica histórica.

Palavras-chave: Dilthey; Sartre; Existencialismo; Modernidade; Estudos Culturais.

Abstract

The modern condition of the subject: possibilities between hermeneutics and existentialism

When we ask ourselves about our human condition taking into account the historical period that marks our time, it is almost inevitable the emergence of questions that cannot be answered, or at least, of problems that cannot be solved through a single theoretical perspective. In this essay-like article, we present how historical consciousness presents itself as a possibility of analysis of the human in contemporaneity. In this way, we go deeper into the problems that are revealed through the human being as a historical being, which is displaced from the modern subject. In this sense, we find in Sartrean reflections about the concept of collaborationism, a way to think about human historicity as a political movement. Finally, we seek to relate the issue of historicity with media culture, in order to establish a connection of how the interpretation of media content can be a path to a historical critique.

Key-words: Dilthey; Sartre; Existentialism; Modernity; Cultural Studies.

Resumen

La condición moderna del sujeto: posibilidades entre hermenéutica y existencialismo

Cuando nos preguntamos por nuestra condición humana, teniendo en cuenta el período histórico que marca nuestro tiempo, es casi inevitable que surjan preguntas que no pueden responderse o, al menos, problemas que no pueden resolverse a través de una única perspectiva teórica. En este ensayo, presentamos cómo la conciencia histórica se presenta como una posibilidad de análisis del ser humano en la época contemporánea. De este modo, profundizamos en los problemas que se revelan a través del ser humano como ser histórico, que se aleja del sujeto moderno. En este sentido, encontramos en las reflexiones de Sartre sobre el concepto de colaboracionismo una forma de pensar la historicidad humana como movimiento político. Por último, tratamos de relacionar la cuestión de la historicidad con la cultura mediática, para establecer una conexión entre cómo la interpretación de los contenidos mediáticos puede ser una vía para la crítica histórica.

Palabras clave: Dilthey; Sartre; Existencialismo; Modernidad; Estudios culturales.

¹ Possui graduação em Psicologia pela PUC Minas - Poços de Caldas. Mestre pelo programa de pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - UNICAMP/FCA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5787-9568>. E-mail: rodolfovc13@gmail.com.

Introdução

Depois de décadas em que o conceito de pós-modernidade apareceu nas discussões científicas, podemos perceber ainda de forma nítida, uma dificuldade na apresentação e delimitação desse conceito. Precisamos considerar que essa temática, assim como outras, que atravessam diferentes disciplinas e áreas de pesquisa, talvez revele a justificativa da dificuldade de uma exposição, justamente por seu caráter interdisciplinar. No entanto, por mais que essa palavra esteja no horizonte de diferentes ciências, não conseguimos responder de maneira consolidada, e parcimoniosa, que estamos em uma época pós-moderna, como possível, quando afirmamos que não somos mais medievais.

Por mais que falar sobre pós-modernidade seja um assunto espinhoso, o que talvez podemos concordar de maneira mais generalista, é que a partir da Modernidade, a sociedade ocidental de forma geral passou por uma enorme transformação. As mudanças possibilitadas pelo pensamento moderno não somente apresentavam uma nova forma de ciência, como também, apresentavam uma sociedade capitalista em emergência.

A produção de diversos novos objetos, revelava os pontos positivos dos acordos entre ciências e indústria, que buscavam cada vez mais, serem mais úteis aos indivíduos. Os grandes inventos da ciência que se iniciam já no século XVII, e são ainda mais ampliados através da revolução industrial, anunciam as transformações técnicas da sociedade que são possibilitadas através do domínio da natureza.

Ao questionarmos o sujeito contemporâneo emerge também outras questões, relacionadas ao pensamento e modo de organização social a qual este, está situado. Nesse sentido, se conseguimos com mais facilidade vislumbrar a ideia de Modernidade, talvez seja mais viável passarmos antes por ela. Esse movimento se faz relevante pois, a interpretação do indivíduo contemporâneo, se encontra geralmente compreendido a partir de uma ideia de pós-modernidade, ou mesmo, uma modernidade tardia.

Destarte, para seguirmos com esse objetivo é necessário confrontar uma questão que surge imediatamente em nosso horizonte quando interrogamos sobre o indivíduo contemporâneo. A própria adjetivação do sujeito já revela em sua essência a problemática que estamos ressaltando, qual seja, a questão histórica.

Considerando nosso intuito de estabelecer um questionamento sobre o sujeito contemporâneo, a partir da relação entre as ciências do espírito e a análise sartreana sobre o colaboracionismo, ressaltamos que o modo de abordagem desses dois desenvolvimentos filosóficos sobre a questão histórica, é fundamental para nosso caminho.

Assim, em relação a esses projetos filosóficos, percebemos que a proposta de Dilthey de construção das ciências do espírito se baseia em uma separação epistemológica entre os conhecimentos, enquanto a filosofia sartreana se fundamenta ontologicamente no nada para pensar a existência condicionada a liberdade. Nesse sentido, adentramos então esses dois pensamentos para pensarmos sobre o caráter histórico do sujeito dos dias atuais.

Um conhecimento independente da objetividade

Antes mesmo de apresentar o pensamento que insere a proposta das ciências do espírito, talvez seja interessante uma breve apresentação do contexto a qual o desenvolvimento do pensamento do filósofo alemão está inserido. Podemos destacar que na Europa do século XIX o desenvolvimento técnico da sociedade estava em pleno desenvolvimento. As grandes transformações possibilitadas pela revolução industrial revelavam um modo de produção diferenciado.

As grandes invenções e descobertas através da Ciência se somavam a um domínio territorial ultramarino. A Alemanha passaria por um processo de unificação que traria diferentes guerras. Também vale ressaltar que o idealismo alemão acabava de perder seu último grande mestre. Dilthey nasce em 1833, dois anos após a morte de Hegel. Na obra “Conferências de Kassel” do ano de 1925 de Martin Heidegger (2006, p. 48), encontramos a seguinte apresentação da vida de seu conterrâneo.

“Nascido em 1833, Dilthey era filho de um pastor; no decorrer dos anos 50 e início dos anos 70, ele estudou teologia e, mais tarde, filosofia e ciência histórica. Em 1867 foi chamado para Basileia, em 1871 para Breslau e em 1882 para Berlim. Em 1887 ele se tornou membro da Academia [de Ciências]. Ele morreu em outubro de 1911 no Tirol.”

Podemos dizer que a produção teórica de Dilthey o acompanhou até o final de sua vida, pois ainda depois da virada para o século XX ainda teve publicações de relevância. A proposta diltheyana pode ser compreendida enquanto uma busca por desenvolver uma “Filosofia da Vida” baseada em uma crítica da razão histórica. O autor é também reconhecido por diferentes áreas através de suas contribuições epistemológicas advindas de sua proposta de separação entre ciências da natureza e ciências do espírito.

De acordo com Lessing (2019.p,20) podemos vislumbrar que na diferenciação epistemológica proposta diltheyana, “enquanto a natureza é estruturada por meio de relações causais puras, a realidade espiritual ou cultural é, no contrário, caracterizada por meio de liberdade e historicidade”. Dilthey deixa claro que essa diferenciação entre as ciências parte de uma necessidade pertencente às ciências do espírito de se orientarem a partir de seus próprios fundamentos.

A suma conceitual dos fatos espirituais, que caem sob esse conceito de ciência, costuma ser dividida em dois ramos, dos quais um é designado pelo nome de ciência natural; para o outro; de modo bastante peculiar, não há nenhuma designação genericamente reconhecida. Procuo me articular com a terminologia daqueles pensadores que designam essa outra metade do *globus intellectualis* como ciências humanas (ciências do espírito) (Dilthey, 2010. p, 17).

O peso dado por Dilthey a experiência emerge em sua “Filosofia da Vida” (*Lebensphilosophie*) através dos fatos da consciência. Deste modo, as vivências originárias de cada unidade psicofísica é o que apresenta para onde se direciona o pensamento diltheyano. Pacheco Amaral (1987, p. 7) que é uma das tradutoras da obra de Dilthey para o português destaca que “o ‘porto seguro’ da filosofia da experiência ou da vida é constituído pelos fatos da consciência. Por esse motivo, toda experiência, tem seu nexos original e seu valor determinados pelas condições da nossa consciência”. A questão da consciência histórica e central na obra diltheyana, uma vez que, a interpretação que nós realizamos enquanto unidade psíquica se apresenta a partir de uma situação histórica, marcada fundamentalmente por uma época.

Conforme José Carlos Reis (2002, p. 169), em seu texto comparativo entre Dilthey e Kant, no qual se pretende uma elucidação da crítica a razão histórica, debatendo a como a filosofia transcendental kantiana influencia e é criticada pelo pensamento diltheyano, podemos perceber que “na ‘filosofia da vida’, o conjunto psíquico e histórico é o objeto do conhecimento, porque não temos o direito de ir abaixo da vida, buscando uma determinação última, teológica, transcendental”.

Em sua obra “Introdução às ciências humanas” do ano de 1883 Dilthey (2010) nos apresenta que o material das ciências do espírito é a realidade efetiva histórico-social no modo de conhecimento histórico para a humanidade. A proposta de ciências do espírito se desvela enquanto um conhecimento que não está reduzido a uma explanação de algo imutável. Em sua própria constituição, enquanto fato da consciência, as ciências do espírito estão emergidas em uma compreensão.

Dilthey aposta na experiência das unidades vitais, enquanto indivíduos psicofísicos que vivenciam e interpretam interiormente aquilo que se apresenta em seu horizonte. Deste modo, cada unidade psicofísica, que apresenta aquilo que somos, revela um caráter originário fundamental. Pois, é reconhecida a diversidade presente entre cada um. A proposta das ciências do espírito mostra uma busca por alcançar a totalidade expressa fatos da consciência, enquanto a vivência de cada unidade vital, que pertencente a uma estrutura psíquica é constituída historicamente. Nesse sentido, podemos compreender o peso dado pelo autor às duas áreas de estudo quando este afirma que “a teoria dessas unidades vitais psicofísicas são a antropologia e a psicologia” (DILTHEY, 2010. p, 43).

Segundo as palavras do próprio Dilthey (2014, p. 157) em sua obra “A essência da Filosofia” o autor assevera que, em relação a seu pensamento, “a ideia fundamental de minha filosofia é a de que até aqui nunca se colocou toda a experiência plena, completa e não mutilada à base do filosofar, assim como nunca se colocou em sua base toda realidade efetiva plena”. A questão da totalidade se apresenta como fundamental na proposta diltheyana, uma vez que, há uma busca por compreender a estrutura da vida psíquica. Segundo Pacheco Amaral (2004, p. 69) a “vivência é aquela experiência viva mais distintivamente humana, pois o seu conteúdo é formado pela atuação da totalidade de nossas forças psíquicas”.

De acordo com Scocuglia (2002, p. 261) a interpretação diltheyana sobre os fatos da consciência, enquanto vivências de uma unidade psicofísica contextualizada historicamente, não podem ser compreendidos

enquanto categorias externas. Sendo “assim, a análise psicológica, como concebida por Dilthey, começa com a totalidade da vida psíquica e articula as funções cognitivas, emocionais e voluntaristas operando nela”.

Sobre a psicologia Dilthey tem sua famosa obra publicada em 1894 com o nome de “Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica” como um ponto de referência de um conhecimento enraizado nas ciências do espírito. Nesse texto, se apresenta uma análise da psicologia advinda das bases naturais próprias às ciências modernas.

Como Dilthey ressalta neste livro, o domínio das ciências modernas sobre o conhecimento, sedimentando uma metodologia baseada nos fenômenos da natureza, possibilitou que os fundamentos naturais fossem tidos como referência única para o conhecimento científico.

Esse movimento de subordinação epistemológica, apresenta de acordo com Dilthey (2011) a psicologia explicativa como uma dessas manifestações. Devidamente, há um reconhecimento por parte do filósofo em relação aos atravessamentos entre uma psicologia explicativa e uma psicologia baseada nas ciências do espírito.

Para o filósofo alemão, toda tentativa de transportar os fundamentos naturais para o desenvolvimento científico de áreas de estudos que possuam a condição humana como base de suas investigações, como é o caso da psicologia, está explicitamente diante de um limite epistemológico declarado.

Deste modo, Dilthey (2010, p. 89) é categórico ao afirmar em uma de suas últimas obras, “A construção do mundo histórico nas ciências modernas” do ano de 1910, que “as ciências humanas baseiam-se sobre a relação entre vivência, expressão e compreensão. Assim, o seu desenvolvimento depende tanto do aprofundamento das vivências quanto do direcionamento crescente para o esgotamento de seu conteúdo”.

O pensamento de Dilthey pode ser interpretado como uma proposta de abertura ao conhecimento científico. É necessário que possamos considerar que sua tarefa de consolidação das ciências do espírito enquanto um conhecimento autônomo, não se apresenta enquanto a tentativa de imposição de um método em razão do outro, uma vez que, o próprio autor reconhece o valor das ciências da natureza e de seus métodos.

No entanto, a subordinação epistemológica que advém dos impulsos cientificistas da Modernidade não poderia ser naturalizada enquanto um caminho único ao conhecimento científico. Dilthey propõe uma abertura ao conhecimento científico através das ciências do espírito, e talvez essa proposta tenha ainda hoje uma potencialidade muito grande em vista das discussões contemporâneas que envolvem as realizações da ciência, bem como suas limitações.

A história fatalista do colaboracionismo

Através do pensamento de Sartre podemos ver uma outra forma que a questão histórica pode emergir. De forma bem resumida, mas com todo cuidado necessário, podemos dizer que, “Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo francês do século XX, foi um engajado nas lutas sociais, na política como fonte reveladora do sentido humano, literato de obras de teatro e novelas, além de jornalista” (Rodrigues, 2019, p. 2).

É necessário considerar, ao falarmos sobre o pensamento sartreano que a questão da historicidade está atravessando seus dois momentos de escrita, entre a proposta metodológicas relacionadas ao “Ser e o nada” e as questões sociais próprias ao momento da “A crítica da razão dialética”. Mas, não devemos esquecer que essa fragmentação entre momentos reflete apenas um modo de organização analítica dessa temática em seu pensamento, pois a questão da liberdade como possibilidade dessa vivência temporal, como nos apresenta Prates (2021), está como alicerce da obra sartreana.

Partindo da ideia de fenômeno no pensamento sartreano, podemos perceber que as considerações sobre a aparição do fenômeno estão orientadas por uma perspectiva fenomenológica que se desloca dos fundamentos do sujeito moderno, em que consciência e objeto estão separados. Conforme Leopoldo e Silva (2003, p. 60), na filosofia sartreana, “o homem é o ser em quem o próprio ser está em questão. O indivíduo é aquele em quem a própria individualidade constitui a mais radical de todas as questões que sobre ele se possa fazer”.

Em razão dessas raízes fenomenológico-hermenêuticas que possuem a intencionalidade como base, o fenômeno não é entendido como uma relação dicotômica entre a unidade racional e o mundo objetivo. Nesse sentido, Sartre (2007, p.19) assevera que, “o fenômeno é o que se manifesta, e o ser manifesta-se a todos de algum modo, pois dele podemos falar e dele temos certa compreensão”.

No pensamento existencialista de Sartre o ser é pensado a partir do nada. Podemos pensar essa base através da radicalidade da existência. Destarte, no pensamento sartreano a existência não possui nenhuma estrutura e categoria anterior a ela. A existência é o lugar do desvelamento dos fenômenos, e esses, estão correlacionados a esse movimento experiencial de ser. Na famosa conferência “O existencialismo é um humanismo”, Sartre (2014, p. 19) aponta que, “se o homem, na concepção do existencialismo, não é definível, é porque ele não é, inicialmente, nada. Ele apenas será alguma coisa posteriormente, e será aquilo que se tornar”.

A ideia de situação emerge dessa existência em movimento, que condicionada a liberdade, revela marcas e fragmentos próprios. Assim, o sujeito não é pensado em uma universalidade lógica, pois esse, se revela através de uma existência em situação. De acordo com Bernardes (2012, p. 35),

Em outras palavras, Sartre nos indica que a situação é o Dasein imerso na cotidianidade do mundo em que busca sempre superá-la em conformidade com suas ocupações e manualidade. Ela é, também, o mundo que cerca o sujeito e por ele é “cercado”, havendo a fundamentação recíproca, porque ele o vive e, assim, busca interpreta-lo e entende-lo.

No texto “O que é um colaborador” que revela uma análise existencialista que perpassa o problema histórico, Sartre (2018, p.4), nos apresenta que, “na realidade, a colaboração é um fato de desintegração, em todos os casos, é uma decisão individual, não uma posição de classe. Ela representa, na sua origem, uma fixação por formas coletivas estrangeiras de elementos mal assimilados pela comunidade autóctone”. É importante destacar o contexto desse texto que se manifesta na invasão alemã sobre a França no ano de 1940, pois nos ajuda a compreender como a colaboração está sendo pensada para além de termos sociais.

Ao tentar empregar uma análise psicológica das características daqueles que, por alguma razão, contribuem para um movimento existencial de se deixar atingir pela trajetória da história, Sartre (2018, p.7) destaca que no contexto da invasão germânica na França, “houve alguns colaboradores desinteressados, que desejavam silenciosamente a vitória alemã sem tirar proveito de suas simpatias. A maioria destes que escreveram na imprensa ou participou do governo eram ambiciosos sem escrúpulos, isto é certo”. O que está sendo anunciado pelo filósofo é que não podemos reduzir a colaboração apenas a um sentimento ou interesse, como a traição ou a ambição.

Partindo da situação histórica a que esse texto faz referência, devemos nos atentar para o que Sartre (2018, p.8) nos avisa quando diz que, “o colaborador é atingido por esta doença intelectual que pode ser nomeado de historicismo”. O colaborador se apresenta a partir da perspectiva sartreana enquanto aquele que interpreta a história como um progresso linear, em que deixar se atingir da melhor forma pelos acontecimentos, é muito mais valioso do que tomar uma posição autônoma diante da situação, encarando as possibilidades e responsabilidades que nos confrontam ontologicamente a partir da liberdade.

O questionamento histórico

A própria interrogação sobre o indivíduo de “nosso tempo”, já o apresenta em uma situação temporal, a qual compartilhamos existencialmente com nosso interrogado. Entretanto, podemos compreender que, diferente de uma apresentação do sujeito pós-moderno, se revela uma ideia de sujeito muito bem consolidada através de uma perspectiva moderna de ciência.

O motivo da questão histórica se apresentar enquanto uma problemática, se anuncia para além questão da contemporaneidade. Quando H. Gadamer (2003) nos escreve na obra “O problema da consciência histórica” sobre as ciências humanas e seus obstáculos epistemológicos, nos deparamos com uma análise hermenêutica sobre como o problema histórico possibilita uma abertura para pensar o humano para além das bases positivas da ciência.

Através desta perspectiva, que segue uma tradição fenomenológico-hermenêutica, podemos entender que o problema da condição histórica humana é marcante para a virada ontológica do conhecimento. Esta transformação se refere à emergência das ciências humanas e sociais enquanto conhecimentos autônomos, que não precisam mais se utilizar estritamente dos fundamentos naturais para seus desenvolvimentos.

A importância do problema histórico nessa abertura se revela através de um rompimento com o sujeito moderno. De acordo com Reis (2002), o projeto diltheyano de uma crítica da razão histórica desvela em suas

raízes uma busca por estabelecer a questão histórica com fundamento do próprio conhecimento, que no pensamento moderno, se apresentava externo ao mundo, e independente da questão histórica.

Segundo Dilthey (2010), as ciências da natureza que possuíam seus fundamentos enraizados nos fenômenos objetivos possibilitavam uma verificação do conhecimento a partir da testagem de hipóteses e de experimentos empíricos. No entanto, esse caminho metodológico enraizado nos fenômenos da natureza, que era tido pelas ciências modernas como caminho único para o alcance do conhecimento verdadeiro, possuía limites ao transpor suas bases para o estudo das ciências relacionadas ao humano.

Deste modo, as ciências do espírito se apresentam como uma proposta filosófica que se inicia em uma quebra da imposição de uma determinada metodologia por um conhecimento hegemônico. Segundo Dilthey (2010), as ciências modernas podem ser apresentadas como um conhecimento objetivo desenvolvido a partir da passagem dos povos modernos para a época das ciências empíricas. Essa mudança no pensamento ocidental que antes se apresentava entre debates escolásticos baseados na Filosofia e na Teologia, evidenciou a razão humana como centro do conhecimento.

Diferente da Idade Média, em que as regiões feudais tinham suas produções relacionadas ao trabalho do artesão e da circulação de mercadorias através dos viajantes, na Modernidade o homem moderno europeu alcançou um novo lugar. As ciências modernas evidenciam um pensamento centralizado na razão. Os fenômenos da natureza eram a base de todo o conhecimento. O humano então se revela enquanto o ser do conhecimento, aquele que consegue captar os fundamentos imutáveis contidos na natureza, além disso, poder manipular a natureza seguindo seus interesses a partir da aplicação desse conhecimento.

As bases das ciências modernas eram tão sólidas, pois a partir de seus fundamentos e métodos era possibilitado uma validação do conhecimento, que se tornou o único caminho de alcance ao conhecimento verdadeiro. As ciências do espírito se apresentam enquanto uma resposta ao ímpeto cientificista advindo das ciências modernas, que pretendiam subordinar as áreas do conhecimento a partir de seus próprios fundamentos.

Para Dilthey existia um limite muito bem esclarecido da difusão desses fundamentos a todos os campos do conhecimento, pois existia um ponto de similitude entre essa atitude de centralizar uma teoria, elemento, disciplina como explicação absoluta para a realidade.

Deste modo, as ciências modernas resguardavam, mesmo que de maneira transformada, o ímpeto metafísico, que segundo Dilthey (2010) se apresenta como um alicerce da história da Filosofia. As ciências do espírito então deveriam investigar o humano e suas marcas através de outras bases, procurando compreender ao invés de explicar, como se apresentam essas condições.

No pensamento moderno, quando falamos sobre sujeito podemos perceber que existe uma delimitação muito nítida de suas propriedades e princípios. Na tradição moderna podemos visualizar pensamentos que se ocupam de estabelecer fundamentalmente as bases epistemológicas desse sujeito, como as obras de Descartes, Kant e Hegel, por exemplo. Consequente, ao retornarmos ao problema histórico como abertura para pensar o humano além do sujeito moderno, podemos encontrar na obra de W. Dilthey um projeto prógono da fundamentação de uma ciência baseada nas vivências humanas.

No pensamento diltheyano se revela uma proposta filosófica de fundamentação das ciências do espírito que se baseia na experiência como seu principal alicerce. De acordo com Dilthey (2010) as áreas do conhecimento de base espiritual, ou seja, que se relacionam com a condição humana em suas investigações, como é o caso da psicologia, antropologia e direito, necessitam de uma base própria epistemológica, pois essas não poderiam se utilizar das bases naturais da ciência.

Podemos ler nas próprias palavras de Dilthey (2010, p. 139) que em relação a seu projeto filosófico de fundamentação das ciências do espírito,

A partir dessas premissas surge a tarefa de desenvolver uma fundamentação epistemológica das ciências do espírito, usando em seguida o recurso criado em uma tal fundamentação, para determinar o nexos interno das ciências do espírito particulares, os limites no interior dos quais um conhecimento é possível nelas, assim como a relação de suas verdades entre si. A resolução dessa tarefa poderia ser designada como crítica da razão histórica, isto é, como a faculdade do homem de conhecer a si mesmo tanto quanto a sociedade e a história criadas por ele.

Essa necessidade epistemológica de emancipação destacada no pensamento diltheyano está enraizada em uma virada hermenêutica da experiência. Precisamos considerar que o contexto da produção científica de Dilthey está profundamente conectada com o idealismo e o romantismo alemão. Deste modo, podemos ressaltar que a influência do problema é somente com a tentativa de fundamentação presente na obra “Introdução às ciências do espírito”, que a questão histórica se apresenta epistemologicamente.

Podemos considerar que a obra de Dilthey possui uma grande influência do pensamento kantiano. Uma das bases que relacionam os dois desenvolvimentos, se apresenta na rejeição à metafísica. Por mais que a crítica kantiana ao conhecimento metafísico esteja apoiando uma filosofia transcendental, e na filosofia diltheyana a renúncia à metafísica apresente a realidade histórico-social radicalizada na experiência vivida, que revela também uma negação do transcendentalismo, podemos ver uma relação substancial entre elas.

De acordo com Scocuglia (2002, p 257-258), podemos vislumbrar que a emergência da questão histórica no pensamento diltheyano revela que a história pode ser compreendida a partir de uma base científica.

Deste prisma, o questionamento epistemológico tem em Dilthey um começo diferente. Pois, o que sustenta a construção do mundo histórico não são fatos extraídos da experiência e em seguida incluídos numa referência valorativa (como fizeram os neo-kantianos), mas o fato de que a sua base é, antes, a historicidade interna, própria da experiência. As ciências históricas continuam o pensamento começado na experiência da vida. Não precisam começar pelo fundamento da possibilidade de que nossos conceitos coincidam com o “mundo exterior”, porque o mundo histórico de cujo conhecimento se trata em Dilthey é sempre um mundo formado e conformado pelo espírito humano.

A questão histórica aparecerá ainda com mais força em uma das últimas obras de Dilthey, “A construção do mundo histórico nas ciências do espírito” do ano de 1910 que seria o penúltimo de sua vida. Deste modo, podemos encontrar nesse texto de uma maneira muito forte, a ideia que o vivenciar é temporal, que ele é um transcurso no tempo. Nesse sentido, Dilthey (2010a, p. 173) nos apresenta que, “o transcurso da vida é constituído por partes, por vivências que se encontram em uma conexão interna umas com as outras”.

Podemos ver que a questão histórica que emerge na base da proposta diltheyana sobre a fundamentação das ciências do espírito, aparece também no desenvolvimento teórico sartreano, que foi influenciado pela tradição fenomenológico-hermenêutica. No entanto, esse, consolidou uma corrente filosófica independente. A questão histórica em Sartre está enraizada em uma perspectiva situacional, que através da existência, expressa o acontecer histórico.

Podemos considerar que o problema histórico no pensamento sartreano se destacam enquanto possibilidades que emergem na existência. O caráter fatalista destacado no colaboracionismo, por exemplo, é um modo que a apreensão histórica pode emergir, com base em uma consciência que percebe a história enquanto determinante, que condiciona a existência diretamente. De acordo com a análise de Lepoldo e Silva (2000, p.36), sobre a compreensão da história no pensamento sartreano,

Até onde podemos acompanhar a reflexão de Sartre, a inteligibilidade da história aproxima-se de uma conclusão pessimista, que não podemos no entanto afirmar, devido ao caráter inacabado da Crítica da Razão Dialética. Pois se a inteligibilidade dialética pode nos mostrar como a práxis se transforma, quando os indivíduos passam da série ao grupo, da alienação e passividade à fusão e liberdade, ela nos mostra também que a fusão se dissipa numa espécie de dialética regressiva em que a fusão das liberdades recai na série das alienações. E tanto quanto possamos saber, isso sempre acontece. Portanto, se a fusão revolucionária das liberdades recíprocas pode representar o ponto mais alto do projeto histórico, esse projeto está destinado ao fracasso - e disso se encarrega a própria continuidade da práxis quando tenta reter as conquistas históricas.

Ao pensar a existência baseada na liberdade, o pensamento sartreano nos convoca a refletir sobre a questão histórica através de uma perspectiva situacional. Nesse sentido, esse acontecer histórico que se revela existencialmente, não está subordinado a uma individualidade, pois, a intersubjetividade apresenta um alicerce desse movimento. É na relação com o outro, que o próprio acontecer histórico é desenrolado, enquanto atravessamentos de possibilidades.

O processo histórico enquanto uma relação coletiva, manifesta na existência suas possibilidades de realizações. No entanto, essas não são imutáveis e estáticas, pois no acontecer histórico, que se revela na existência, as possibilidades sempre estão presentes. Tendo em vista a compreensão histórica sobre a questão

da historicidade, as considerações sartreanas sobre o colaboracionismo nos permite desenvolver algumas reflexões.

A existência enquanto um acontecer ontológico não possui uma essência que a determine em sua trajetória. Mesmo condições biológicas, sociais e culturais, que são basilares, não determinam de modo apriorístico, a existência. Sendo assim, no pensamento sartreano, a existência é onde os fenômenos se manifestam. E anteriormente a ela, apenas o nada se torna presente.

Entrelaço

Após a apresentação desses dois pensamentos filosóficos que são atravessados pela questão da historicidade, nos concentramos então, no questionamento sobre o sujeito contemporâneo. Vimos que a questão histórica se manifesta de diferentes nas ciências do espírito e no existencialismo, mas através de suas raízes teóricas podemos vislumbrar algumas pontes entre elas.

A questão histórica na proposta diltheyana de fundamentação das ciências do espírito, aparece no centro desse projeto. Considerando a experiência vivida (*Erlebnis*) como a base do conhecimento, Dilthey anuncia o problema histórico enquanto um problema epistemológico. Nesse sentido, a unidade psicofísica que apresenta o que somos, não se reduz a uma racionalidade pura, pois essa, emerge historicamente em um determinado período, que se revela fundamental para sua experiência.

Através do pensamento de Dilthey, as próprias vivências destacam um todo originário, que, contextualizado por atravessamentos históricos e sociais, desvelam sua totalidade na experiência. Deste modo, podemos compreender que se anuncia uma relação de reciprocidade entre experiência e mundo, pois a unidade vital que está condicionada por um meio, ao mesmo tempo, atua retroativamente sobre esse meio.

Entretanto, essa vivência que é pensada no horizonte do conhecimento em Dilthey, considerando seu projeto epistemológico de fundamentação das ciências do espírito, é questionado de outro modo por Sartre, que considera o histórico enquanto uma marca da existência.

É necessário considerar que no pensamento sartreano, a base que se anuncia como raiz de diferentes conceitos, se revela na existência. O que é apresentado como existência revela aquilo mesmo que estamos implicados, um movimento situacional através de uma facticidade condicionada a liberdade. Nesse sentido, através desse acontecer que nos confronta com uma abertura de possibilidades, está o próprio desenvolvimento histórico.

A apresentação do colaboracionismo nos possibilita entender que o caráter histórico da experiência, não pode ser encarado como possuidor de uma essência. Assim como a própria existência, o acontecer histórico não possui um âmago que determine sua trajetória. Nesse sentido, o nada é o que se revela por detrás da história, no sentido de um determinante.

Sobre o colaborador e seus comportamentos e modos de pensamento, podemos perceber que este possui uma forma de interpretação sobre a história. No entanto, essa se apresenta fatalista e determinante, de um modo que o sujeito é atingido de maneira involuntária. O existencialismo sartreano enquanto uma reflexão sobre a existência, anuncia essa perspectiva histórica passiva, como um modo que se estabelece no encobrimento da responsabilidade e das escolhas. Uma atitude que é tomada na direção de resguardar o conforto de não ter momentos de conflitos, a partir da renúncia das possibilidades.

Na proposta de analisarmos o sujeito contemporâneo, é necessário que nos deixemos conduzir pelos fragmentos de nossa própria existência, no sentido de que, a partir desse questionamento, não cairmos no malgrado de nos separar de nossa análise. Visando essa articulação é que colocamos a questão sobre o sujeito pós-moderno como uma possibilidade em aberto, pois o abandono do pensamento moderno ainda não pode ser constatado.

Quando pensamos sobre o sujeito da atualidade, podemos destacar duas questões em nosso horizonte. Primeiramente, se revela uma impossibilidade de prosseguimento da questão, caso queiramos restringir a ideia de sujeito ao pensamento moderno. De nenhum modo, será possível questionar aquilo que somos atualmente se procurarmos por uma unidade racional universal, que se estrutura em categorias inteligíveis imutáveis.

A segunda questão, que se conecta a primeira, é que aquilo que somos, enquanto um acontecer existencial, não possui uma universalidade. Cada existência presente historicamente na condição humana, se revela a partir de um modo próprio, constituído por marcas, fragmentos e vivências originais.

Considerações finais

Pensar sobre o sujeito contemporâneo é um desafio de grande amplitude, pois suas marcas epistemológicas que revelam o conceito de sujeito, nos confrontam com uma unidade racional universal, que se estabelece anteriormente a própria existência. Nesse sentido, as demandas que se apresentam em um cenário global, não permitem pensar em um único modo existencial, resguardado em uma padronização moral, estética e religiosa.

Através do questionamento do sujeito moderno, podemos perceber uma abertura para pensar o conhecimento além do homem racional hétero europeu, que o representa historicamente, se potencializa. Sendo assim, podemos considerar aquilo que somos ainda sujeitos?

Referências

BERNARDES, A. O Dasein que somos no pesquisar em Geografia. *Geograficidade*, v. 6, n. 2, p. 30-49, 17 jun. 2016.

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010a.

DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

GADAMER, Hans-Gerog. *O problema da consciência histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LEOPOLDO E SILVA, F. Conhecimento e identidade histórica em Sartre. *Trans/Form/Ação* [online]. 2003, v. 26, n. 2 [Acessado 25 Julho 2022], pp. 43-64.

LEOPOLDO E SILVA, F. Para a compreensão da história em Sartre. *Tempo da Ciência*, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 25–37, 2000.

PRATES, Marcelo. Do singular ao singular: finitude, trans-historicidade e compreensão em Sartre. (1817). *Griot : Revista de Filosofia, Amargosa – BA*, v.21 n.3, p.268-282, outubro, 2021.

SARTRE, Jean Paul. *O que é um colaborador?*. New-York: La République Française. (1945). Profa. Eliana Sales Paiva e Frei Hermínio Bezerra (Trad.). 2018.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhey Cavalcanti. A hermenêutica de wilhelm dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 249-281, 2002.

Perspectivas críticas sobre a constituição e utilização dos indicadores sociais na modernidade

Pietro Gibertini¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18872>

Resumo

Este artigo apresenta, a partir de uma revisão bibliográfica e histórica de artigos e documentos públicos, subsídios conceituais para uma reflexão crítica a respeito do nascimento e emancipação dos indicadores sociais no fazer político moderno. Realiza-se a contextualização das raízes filosóficas e epistemológicas que alicerçam a construção dos indicadores enquanto ferramentas políticas e promove-se reflexões acerca dos pontos negativos que a utilização imprudente dos mesmos pode ocasionar, indo desde sua criação nos anos 60 até os dias atuais e o Brasil contemporâneo. A partir disso, discorre-se sobre fenômenos como os da reificação dos indicadores, sua mídiatização e positivação, sua utilização enquanto ferramentas coloniais e as consequências implícitas de sua utilização sem devidas adaptações à realidades regionais e necessidades metodológicas. Com isso, o artigo promove espaço para o aprofundamento das discussões promovidas, bem como a contínua promoção de discussões que envolvam a utilização destes indicadores como ferramentas basilares à construção de políticas públicas na modernidade.

Palavras-chave: indicadores sociais; políticas públicas; modernidade.

Abstract

Critical perspectives on the constitution and use of social indicators in modernity

This article presents, based on a bibliographical and historical review of articles and public documents, conceptual subsidies for a critical reflection on the birth and emancipation of social indicators in modern political practice. The philosophical and epistemological roots that support the construction of indicators as political tools are contextualized and reflections are promoted on the negative points that their reckless use can cause, ranging from their creation in the 60s to the present day and the Contemporary Brazil. Based on this, phenomena such as the reification of indicators, their media coverage and positivization, their use as colonial tools and the implicit consequences of their use without deficiencies on regional realities and methodological needs are discussed. With this, the article promotes space for the deepening of the discussions given, as well as the continuous promotion of discussions that involve the use of these indicators as basic tools for the construction of public policies in modernity.

Key-words: social indicators; public policy; modernity.

Resumen

Perspectivas críticas sobre la constitución y el uso de indicadores sociales en la modernidad

Este artículo presenta, a partir de una revisión bibliográfica e histórica de artículos y documentos públicos, subsidios conceptuales para una reflexión crítica sobre el nacimiento y emancipación de los indicadores sociales en la práctica política moderna. Se contextualizan las raíces filosóficas y epistemológicas que sustentan la construcción de indicadores como herramientas políticas y se promueven reflexiones sobre los puntos negativos que su uso imprudente puede ocasionar, desde su creación en la década de 1960 hasta la actualidad y el Brasil Contemporáneo. A partir de ello, se discuten fenómenos como la cosificación de los indicadores, su cobertura y positivización mediática, su uso como herramientas coloniales y las consecuencias implícitas de su uso sin las debidas adaptaciones a las realidades regionales y necesidades metodológicas. Con eso, el artículo promueve espacio para la profundización de las discusiones promovidas, así como la promoción continua de discusiones que involucren el uso de estos indicadores como herramientas básicas para la construcción de políticas públicas en la modernidad.

Palabras Clave: indicadores sociales; políticas públicas; modernidad.

¹ Mestre pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA/FCA/UNICAMP) e bacharel em Administração Pública pela Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3951-2487>. E-mail: pietrogibertini@gmail.com.

Introdução

Ao acessarmos o Manual de Indicadores do Plano Plurianual, Lei constitucional e documento norteador de gestão junto às diretrizes, objetivos e as metas da Administração Pública Federal para com as despesas de capital e outras delas decorrentes (BRASIL, 2020), não tarda a encontramos uma definição pertinente aos chamados "indicadores" de gestão:

[...] os indicadores são instrumentos que contribuem para identificar, medir e descrever aspectos relacionados a um determinado fenômeno ou objeto da realidade a respeito dos quais o Estado decide por uma ação ou omissão. (Brasil, 2020, p. 04)

Caso continuemos a leitura das definições apresentadas pelo documento, veremos a constituição destes indicadores enquanto mecanismos auxiliares na tradução mensurável ou descritível de um ou mais aspectos da realidade social com a qual se pretende lidar, seja quantitativa ou qualitativamente (Brasil, 2020).

Os indicadores seriam, portanto, nada mais do que ferramentas que ajudam na melhor e mais assertiva compreensão da realidade onde a estrutura governamental está inserida, à norteando na realização de escolhas e na conversão das prioridades políticas em políticas públicas. Servem como uma lanterna que não só ilumina, mas também dimensiona a realidade que poderia - ou não - estar sob a atenção do Estado, posicionando essas ferramentas como sedimentares à gestão pública contemporânea.

Porém, assim como o fazer político, a criação e utilização destes indicadores não é imparcial ou objetivamente destacada dos valores morais e sociais daqueles que os põem em prática. Como Feyerabend sabiamente explicitou, a "análise mais profunda mostra que a ciência não conhece 'fatos nus', pois os fatos de que tomamos conhecimento já são vistos sob certo ângulo, sendo, em consequência, essencialmente ideativos" (Feyerabend, 2011, p.20).

Isto não é só reconhecido como também é eximamente abordado em diversos estudos na área de Políticas Públicas, como os que dizem a respeito da discricionariedade do servidor (Lima; D'ascenzi, 2013) ou sobre a influência das Deep Core Beliefs (Weible; Sabatier, 2007) no ciclo das políticas públicas (policy cycle).

Considerando a administração pública uma disciplina científica, entender a conceitualização dos indicadores acaba por implicar na igualmente relevante compreensão de quais frames filosóficos, políticos, sociais e geográficos fundamentaram sua incorporação na gestão pública. Só assim tomaremos dimensão do impacto de sua utilização no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas de forma a contornar ou ao menos reconhecer as falhas e limitações metodológicas intrínsecas que impactam explícita ou implicitamente as políticas que se utilizam dessas ferramentas.

É nesse intuito que este artigo realiza uma recapitulação histórica, por meio de um levantamento bibliográfico, da origem e emancipação dos indicadores sociais na intenção de compreender quais as principais vertentes filosóficas e epistemológicas que alicerçaram seu nascimento. A partir disso, realizam-se reflexões críticas a respeito da utilização dos mesmos na modernidade buscando uma maior compreensão acerca dos desafios contemporâneos que permeiam sua utilização junto a políticas públicas, principalmente as de cunho social.

Vale ressaltar que intenção do mesmo não é a de diminuir ou relativizar a importância dos indicadores no fazer político, mas sim elucidar proposições que muitas vezes se mascaram frente a utilização mecânica e positivista destes na política, algo que impede uma reflexão aprofundada dos mesmos enquanto objetos de estudo científico e impossibilita tanto seu aperfeiçoamento frente às problemáticas empíricas da área em questão, quanto o desenvolvimento de pesquisas que se debruçam sobre a disciplina ou sobre os próprios indicadores.

Da mesma forma, deu-se mais atenção a seus impactos contemporâneos em políticas públicas nacionais que a novas metodologias e modelos de criação de indicadores, deixando estes assuntos, ainda que de absoluta relevância para o debate em questão, para futuros artigos e pesquisas seja por parte do autor em questão ou demais interessados que enxerguem a pertinência de se debruçar sobre o assunto.

Criação e emancipação dos Indicadores Sociais

A criação dos Indicadores Sociais diz respeito à confluência de dois principais contextos: a consolidação dos estudos sobre políticas públicas como disciplina científica e a postura sócio-política estadunidense frente aos conflitos globais que se desenvolveram em meados da década de 60.

Dentro do primeiro contexto, Souza (2006) aborda o surgimento do campo de políticas públicas como sendo um complemento aos estudos europeus que dizem respeito à análise do Estado e das instituições que o compõem. A autora cita que o maior aprofundamento junto ao "produto" em detrimento à "entidade" derivou de uma manifestação acadêmica estadunidense que tinha como objetivo uma maior compreensão acerca da instituição que se denomina, por excelência, a fundamental desenvolvedora das políticas públicas: o governo.

Estes estudos se acentuaram principalmente após o período da Guerra Fria, momento histórico onde pôde se observar uma mobilização das principais forças nacionais e políticas na formação de dois blocos hegemônicos que disputaram a influência social, política e ideológica do mundo após a recém findada segunda guerra mundial: o bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o bloco comunista, representado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A concretização destes dois blocos acabou por levar os demais países envolvidos direta ou indiretamente no conflito à necessidade de posicionamento junto a um dos mesmos. Essas movimentações, excluindo ressalvas pontuais, constituíram um mundo que pôde ser ordenado entre um Ocidente capitalista e um Oriente comunista.

Dentro do bloco ocidental, vemos o desenvolvimento de um modelo de capitalismo que acabou por destoar dos modelos anteriormente por se passar a utilizar os níveis de produção e acumulação industrial como a principal forma de mensuração do grau de civilização e "progresso" das nações referentes. Este modelo acabou fortemente disseminado entre os chamados países industrializados do Norte Ocidental (Santagada, 2007) e não tardou a se proliferar junto a demais nações que viriam a ser influenciadas por estes.

Ainda assim, estes países industrializados do norte Ocidental apresentavam grande dificuldade em elucidar o porquê do avanço no acúmulo capital derivado do modelo de produção capitalista não conseguir diminuir as diferenças sociais e de seguridade intrinsecamente arraigadas à suas populações. Estatísticas e indicadores como os de população, mortalidade e comércio, essenciais para a mensuração do desenvolvimento de uma civilização a partir da produção e a da acumulação, se mostravam insuficientes para uma efetiva e realista mensuração das necessidades sociais e administrativas que o Estado tinha de desenvolver junto a seus cidadãos, realidade esta que só se intensificou cada vez mais a partir do final do século XIX (Jannuzzi, 2021).

É neste contexto que veremos, principalmente após a Grande Depressão de 1929 (Coutinho, 2006), os então representantes do bloco capitalista buscando tanto na valorização da tecnocracia, quanto na ascensão dos estudos Keynesianistas sobre a participação do Estado na economia e junto aos chamados Estados de Bem-estar Social (Welfare State) uma resposta às consequências inerentes à Guerra-fria e as dificuldades encontradas na dimensão socioeconômica dos países.

A valorização da tecnocracia se deu de maneira mais clara nos EUA, onde foi possível ver, como ressalta Kellner (2001, p.35), uma apropriação de discursos europeus na criação de teorias críticas que discursavam a respeito de raça, classe e etnia e que acabaram por fortalecer conflitos sociais e movimentos políticos diferentes daqueles que foram vistos anteriormente na história do país. Assim como sinaliza o IBGE (2020) em sua leitura sobre a institucionalização dos indicadores sociais, países como os EUA passavam por turbulências que desestabilizaram o período com tensões que não iriam se fazer compreendidas pelo governo, analistas e acadêmicos por meio da utilização de indicadores de primeira geração como ferramentas para o monitoramento de suas dinâmicas sociais: seria necessário o desenvolvimento de novos mecanismos que elucidassem saídas para além de indicadores com viés economicista.

É neste cenário em que veremos o EUA solicitarem a seus sociólogos a compreensão destas diversas novas dinâmicas sociais sob um olhar funcionalista dos indicadores (Santagada, 2007), orientados sempre à uma proposição resolutiva dos conflitos e a utilização de ações governamentais na estabilização de cenários que pedissem uma maior participação estatal. Não à toa, é neste mesmo período que pode se observar tanto a primeira referência pública ao que viria a ser chamado indicadores sociais, quanto a publicação do livro considerado signatário da proliferação da terminologia mundo afora - respectivamente os relatos do pesquisador Daniel Bell sobre a necessidade de uma "contabilidade social" e de um sistema de "cômputos

sociais” proferidos no relatório da National Commission on Technology and the American Economy (capítulo IX) e o livro Social Indicators escrito por Raymond A. Bauer, ambos no ano de 1966.

A formalização da área de políticas públicas enquanto disciplina acadêmica se deu, portanto, pela mobilização de seus "pais fundadores", os pesquisadores H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (SOUZA, 2006), na construção de um arcabouço técnico e teórico que permitisse aos EUA uma maior compreensão tanto de sua estrutura sociopolítica, a fim de lidar com os cenários e conflitos referentes ao período histórico circunscrito, quanto sua ascensão ao então posto de “líder da ordem mundial” após o final da Guerra Fria e o destronamento de países que ocuparam o posto em períodos anteriores (Mignolo, 2009). Os indicadores sociais se consolidaram então como uma ferramenta complementar a esta área em ascensão por promoverem a possibilidade de melhor codificação e mensuração de realidades não antes passíveis de compreensão.

Este contexto, muitas vezes deixado de lado frente à análise e utilização de indicadores na formulação de políticas públicas, nos leva a compreensão de que a emancipação e repercussão desta área enquanto disciplina científica ocorreu pela mobilização do mais recente representante dos países ditos de "Primeiro Mundo" sob a necessidade de compreensão e posicionamento frente aos problemas criados por seus próprios conflitos e a resposta a estes conflitos como sendo a fórmula ideal para que outros países, estes de "Segundo e Terceiro Mundo", se posicionem e compreendam suas próprias estruturas políticas e governamentais.

A reflexão crítica que diz respeito à concepção desta disciplina e dos indicadores sociais como sendo uma resposta estadunidense à problemas estadunidenses e pensada por estadunidenses acaba, portanto, ficando em segundo plano frente a grande mobilização internacional em replicar os estudos dessa nova área em suas respectivas regiões e administrações estatais.

Não é como se a democratização e internacionalização destes indicadores tenha sido errônea ou equivocada. Instituições multilaterais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Divisão de Estatística das Nações Unidas muito bem fizeram quando empreenderam esforços conceituais e metodológicos para uma real mensuração do dito bem-estar social no desenvolvimento de indicadores sintéticos de igual aplicação ao redor do mundo. A não mobilização destes órgãos e instituições levaria, neste caso, ao desenvolvimento desigual de políticas sociais uma vez que o conhecimento proporcionado por estes estudos acabaria por ficar restrito à países que já haviam avançado na resolução de questões que dizem respeito a seu desenvolvimento econômico, infraestrutura urbana e consolidação de direitos sociais, deixando "para trás" países de origem colonial ou fora do eixo de desenvolvimento tecnológico da industrialização europeia.

O que deve ser questionado, porém, é o impacto do isomorfismo de políticas e indicadores quando deslocados dos ambientes e que foram emancipados sem suas respectivas revisões e recontextualizações; ou a rápida disseminação destas ferramentas sem a clara elucidação de suas limitações técnicas e suas origem metodológicas, seja para técnicos e profissionais ou para a população e as mídias, que as utilizam como ferramentas de reivindicação social e accountability.

É a partir destas proposições que se desenvolve a linha argumentativa encontrada abaixo e cria-se terreno para que se possa refletir sobre os efeitos da utilização destes indicadores, em larga escala, junto a construção de políticas na modernidade.

Racionalismo, positivismo e Indicadores sintéticos: fundamentações iniciais

Dentro do que foi apresentado, dois pontos merecem nosso destaque: a maior ativação do Estado promovida pela necessidade de resolução de novos e mais complexos problemas sociais e a mobilização governamental no desenvolvimento de um arcabouço técnico que possibilitasse uma maior capacidade de resolução das demandas anteriormente não mensuráveis.

Constrói-se, a partir da aglutinação desses pontos, um cenário que manifesta a necessidade de ação do Estado sob instabilidades ocasionadas pela impossibilidade do mesmo em agir junto aquilo que não se conseguia dimensionar ou entender anteriormente. A partir disso, vemos um movimento que toma como base a instrumentalização humana frente uma maior compreensão e um melhor posicionamento (entendido aqui também como controle) junto às complexas conjunturas que afetam direta ou indiretamente a organização social na modernidade.

Essa impossibilidade de posicionamento ou atuação sobre algo incompreensível faz com que o avanço científico que sedimentou a modernidade, naquele momento, se encontre incapacitado de agir sobre a mesma e acabe por invocar o mesmo espírito racionalista moderno que deslocou Deus de seu status de fiador do conhecimento e realocou o homem e a razão ao mesmo (Mignolo, 2016). Essa postulação possibilita movimentações que, como pondera Mayos (2005, p.05), se concentram em “codificar a realidade através das matemáticas para dominá-la tecnicamente e obter utilidade da mesma”, produzindo um movimento que a reduz em mero instrumento do objeto e leva a redução de toda qualidade em quantidade.

É nesta transcrição, que Jannuzzi (2014) delimita como sendo o sair do "complexo e inatingível" para o simples e "modelizado", que veremos a pressão junto aos sociólogos norte-americanos para o desenvolvimento de indicadores funcionalistas na tentativa de controle e manipulação de uma ordem social operável, viabilizando a análise da conjuntura social sob a forma de um indicador correlacionado que possibilita sua síntese. Esta seria a proposição perfeita para que o “ego” ferido da modernidade, representado aqui pelo Estado, apresentasse uma resposta à altura do desafio que foi impelido e pudesse superar sua incapacidade de ação por meio da mobilização técnica e acadêmica, conforme o governo estadunidense fez no início da década de 60.

Estas manifestações representam um positivismo intrínseco - e muitas vezes implícito - frente à criação e utilização dos indicadores sociais que, como muito bem pontua Gonçal (2005) ao se utilizar de uma passagem da "Dialética do Esclarecimento" de Horkheimer e Adorno, substitui o conceito pela fórmula e a causa pela regra e pela probabilidade. É por meio disso que se pode fazer entender, inclusive, a manifestada renúncia dos homens aos sentidos e a elevação da matematização a sua enésima potência.

Com isto, não é mais necessária a plena compreensão, por parte dos burocratas que constituem o fazer político, de quais e como as mazelas afetam a população sob uma perspectiva individual e o entendimento das diferentes realidades e subjetividades que se manifestam no cidadão enquanto pessoa única. Um macro-indicador, capaz de ser mensurado e normatizado para mais de uma pessoa ao mesmo tempo - para não se dizer milhares - é muito mais eficaz e eficiente que a junção de alguns muitos burocratas à nível de rua na compreensão da realidade de uma amostra populacional em específico.

Assim, em um movimento tanto quanto paradoxal, os mesmos indicadores sociais que podem ser utilizados para a melhor compreensão da realidade ao tangibilizar complexidades antes pouco ou nada palpáveis também distanciam cada vez mais o fazer político destas mesmas ao tornarem “mensuráveis” e “entendíveis” diversas realidades através de um número sintético e analisável através da tela de um computador. Essa otimização da ansiada objetividade do investigador leva a desvalorização do contexto sócio-cultural e a constituição de um saber único e validamente positivado pelo empirismo de sua condição estatística, possibilitando a supervalorificação e o superdimensionamento destes indicadores caso não sejam utilizados da maneira correta.

Este fenômeno acabou sendo não apenas invisibilizado, como também potencializado pela criação dos chamados indicadores sintéticos - indicadores estes em grande parte responsáveis pelo sucesso de disseminação e midiática internacional dos indicadores sociais realizada pelas organizações internacionais multilaterais citadas anteriormente.

Estes indicadores, desenvolvidos a fim de se contornar as defasagens identificadas nos chamados Indicadores de Primeira Geração, apresentam a junção de dois ou mais indicadores a fim de possibilitar a parametrização e mensuração de realidades sociais complexas que não poderiam antes ser mensuradas pelo uso de um mero indicador simples (bruto). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com base no enfoque de capacidades e titularidades de Amartya Sen e promulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acabou por se consolidar como o mais famoso deles.

O sucesso do IDH se dá pelo fato do mesmo viabilizar um grande progresso representado na ressignificação do conceito de “desenvolvimento” retratado pelo indicador, que se distancia das perspectivas de capital humano que transformavam as pessoas em meios-fim do processo produtivo e possibilita a conceitualização das mesmas como participantes ativos e fundamentais na concretização deste processo, não apenas passíveis ao mesmo como era anteriormente retratado (Guimarães; Jannuzzi, 2004).

Estes fatores, alinhados ao baixo número de dimensões em sua composição, simplicidade de entendimento, transparência, alto grau de comunicação para com o público que lhe tem acesso e alto grau da mensurabilidade de seus indicadores componentes por parte dos Estados consolidaram o mesmo como um sucesso automático, seja na sua disseminação junto a formulação e avaliação de políticas, seja em sua utilização pela mídia, organizações do terceiro setor e stakeholders interessados em influenciar o processo administrativo público.

Essa disseminação, porém, não era símbolo de superação junto às perspectivas racionalistas anteriormente citadas: o encanto para com as possibilidades destes novos indicadores na mensuração da realidade e criação de políticas públicas ao redor do mundo acabou superando em velocidade a compreensão de suas limitações metodológicas, fazendo com que fossem mascaradas as externalidades negativas e falhas operacionais frente sua emancipação global.

Este processo possibilitou a normatização e replicação em alta escala das defasagens inerentes à utilização dos indicadores sociais, movimento esse que foi reforçado pelo sucesso de modelos mais novos e ainda mais utilizados, como os próprios indicadores sintéticos.

O primeiro ponto a ser levantado a respeito dessas limitações é uma reflexão sobre o fenômeno denominado como reificação do indicador, seja ele social ou não. A reificação não é nada mais que a substituição do todo pelo fim, a subversão do processo no resultado. No caso dos indicadores, ele é manifestado como o processo onde ocorre a substituição do conceito pela medida (Jannuzzi, 2002).

A substituição do conceito pela medida pode fazer com que o limite intrínseco a qualquer indicador acabe por ser ultrapassado e transforme o mesmo na significação exata ou idealmente irreparável do conceito que ele buscava indicar. Este processo é facilmente identificado quando levamos em conta temas abstratos e de alta complexidade, como questões voltadas à qualidade de vida, desenvolvimento social e a mensuração da “felicidade”.

Utilizemos o citado IDH para exemplificar este processo: caso o mesmo seja utilizado como a definição exata do que é desenvolvimento e de como ele deve ser medido, e não como ferramenta de mensuração e aprofundamento do desenvolvimento social em uma localidade, estaremos substituindo o conceito pela fórmula, o meio pelo resultado: estaremos reificando o indicador. Uma vez que transformamos o IDH em signatário do que deveria ser o desenvolvimento social, a mensuração na melhora de vida em países, estados e municípios tende a se resumir na variação e efetivação apenas deste indicador.

Uma vez reificado o IDH, seu ideal expansivo, capaz de promover a emancipação da terminologia "desenvolvimento" para além de suas conceitualizações explicitamente economicistas, é enclausurado justamente pelo processo anteriormente referenciado por Mayos (2005): a redução de toda qualidade em quantidade.

É por meio disto que vemos a proliferação midiática destes indicadores tomar o caminho contrário ao que se objetivava inicialmente: a comunicação se prontifica sim com maior facilidade e em níveis de transparência não antes idealizados, mas o debate em torno da desigualdade é substituído pela mensuração e variação do indicador a ela associado. Vemos, com isto, a pauta do desenvolvimento ser introduzida e democratizada a um público muito maior, mas também reduzida e ressignificada apenas às três áreas componentes do IDH: renda, educação e saúde.

Ainda que possa ser considerado um avanço quando tomada a noção de que educação e saúde sequer eram mencionados no debate sobre desenvolvimento uma vez que a mensuração do desempenho e crescimento econômico se apresentavam suficientes para a constituição lógica da análise social pouco antes desse período, é importante ressaltar que as bases iniciais da disseminação de um conteúdo são as que, a curto e médio prazo, vão constituir as principais ressonâncias que o mesmo tenderá a apresentar em seu curto período de vida frente a massificação da informação.

Bauman (2011) ressalta a sociedade pós-moderna como um ambiente que envolve seus membros na condição de consumidores, o que faz da propagação de informações e conhecimento uma ferramenta à serviço da disseminação do novo, da rapidez e da produtividade. Aqui, os indicadores servem para pontuar, destacar e enfatizar na mesma velocidade em que são destituídos de seu impacto pela manutenção de uma crescente fluidez.

Tendo-se em mente a alta circulação e o baixo nível reflexivo, a disseminação do potencial emancipador dos indicadores sintéticos acaba se limitando a um mero simulacro intensificador da reificação dos mesmos: a reprodução de comentários e análises que são cópias sem original, completamente dispersas e sem embasamento sobre qualquer formação social anterior (Jameson, 1995).

Isso possibilita a aplicação destes indicadores sob a fachada de um “verniz técnico”, ferramentas utilizadas como mecanismos de desinformação que reproduzem, ao contrário do que se espera, análises rasas e destituídas de reflexões contundentes sobre o tema proposto.

Outro ponto, utilizando-se ainda do IDH como exemplo, diz respeito à própria formulação do mesmo enquanto indicador sintético: a aglutinação de indicadores com diferentes unidades de medida e diferentes intervalos de variação ocasionam externalidades que complexificam a mensuração e escondem realidades inerentes ao campo que se pretende mensurar.

A adaptação desses intervalos em medidas adimensionais de uma igual magnitude (de 0 a 1) faz com que o IDH acabe por medir com mais sensibilidade indicadores com maior suscetibilidade a conjunturas socioeconômicas e decisões políticas, como o PIB per capita. Isso faz com que o indicador fique menos sensível à mensuração dos impactos de políticas públicas ou ações específicas a segmentos pertencentes às outras duas áreas que compõem sua mensuração, retirando assim a comensurabilidade de suas variações (Jannuzzi, 2022).

Além disso, deve-se ponderar a escolha destas áreas em específico para a mensuração do desenvolvimento. Por mais que existam razões estatísticas (equitabilidade de mensuração e padronização) e facilidade de mensuração, acaba-se por desqualificar áreas tão quão relevantes para a mensuração ou estruturação do conceito de desenvolvimento: ainda mais quando se objetiva a aferição e replicação deste conceito a nível global. Meio ambiente, urbanização, assistência social, igualdade, equidade e concentração de renda são alguns exemplos a serem citados de indicadores tão ou mais importantes que aqueles mensurados pelo indicador apontado.

Podem ser feitas críticas também à: arbitrariedade da média aritmética operacionalizada pelo indicador, uma vez que sintetiza efeitos com grandezas e naturezas imensamente diferentes sem uma devida conversão ou parametrização eficiente; execução do próprio ato de sintetização, uma vez que há poucos marcos metodológicos ou vestígios teóricos que sustentem a eficiência de mensuração deste processo; junção de índices que contabilizam indicadores de diferentes níveis e processos dentro do fazer político em um mesmo indicador, como ocorre recorrentemente com os índices de estoque e índices de fluxo; dentre outros diversos outros pontos igualmente relevantes expostos por Guimarães e Jannuzzi (2004).

Colonialismo e a utilização contemporânea dos indicadores sociais

A intrínseca conceitualização racional-positivista continuou constituindo base destes indicadores sociais e em muito definiram o norteamento dado aos mesmos em âmbito internacional a partir das décadas seguintes. Isto porque, uma vez criados e já consolidados na realidade política de seus países de origem, sua fase seguinte foi a de disseminação junto a nações que ainda não haviam tido a oportunidade de desenvolvê-los - disseminação esta realizada principalmente pelas organizações internacionais multilaterais já citadas no trabalho. Este novo momento ficou conhecido como o Movimento dos Indicadores Sociais, característico dos anos 70 e 80 e fundamental na consolidação dos mesmos enquanto ferramentas sedimentares ao fazer político contemporâneo.

Dentro deste movimento, foi possível observar uma mobilização internacional na consolidação de compêndios estatísticos e na criação ou replicação de indicadores sob a tutela das organizações multilaterais que balizaram a disseminação destes indicadores mundo afora, seguindo o exemplo do livro *Social Indicators* (Bauer, 1966) nos EUA.

A América-Latina não ficou para trás e o Brasil virou um dos grandes exemplos de mobilização em prol não somente da criação e utilização destes indicadores no fazer político, mas também da institucionalização da estatística pública. Isto levou ao desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de agências estaduais e municipais e suas respectivas integrações à ministérios e secretarias e consolidou o Brasil como um exemplo de unificação e do desenvolvimento de políticas com alto grau de participação estatística e empírica (Jannuzzi, 2002).

Ainda que tenha ocorrido gigantescos avanços estatísticos que possibilitaram a criação de bases metodológicas e matemáticas precisas para o design e criação de novos indicadores cada vez mais complexos, a urgência de se apresentar respostas imediatas frente à criticidade das mazelas brasileiras ultrapassou em velocidade o aprendizado sobre as limitações e defasagens dos indicadores importados de demais países. Por conta disso, o maior investimento e utilização destes indicadores não respaldou, inicialmente, no desenvolvimento de novos sob uma perspectiva brasileira, mas sim em uma recontextualização e aplicação dos já consolidados e perpetuados em outras nações dentro do país.

Essa transposição de indicadores internacionais acaba por ocasionar um alto grau de replicação e amorfização passível de simplificações que relativizam sua utilidade quando considerado o contexto brasileiro e a situação que se pretende analisar. Com isso, além de se restringir a efetividade do indicador e levar a uma unidimensionalidade falaciosa da realidade, também se viabiliza que todo e qualquer insumo empírico referente a produção de políticas públicas sirva, cientificamente, de dados a serem processados pelos laboratórios dos países de Primeiro Mundo, conforme discorre Mignolo (2009).

A utilização de indicadores importados para a análise de políticas públicas nacionais e sua padronização junto ao processo científico dos países de primeiro mundo se consolida um problema a partir do momento que as políticas que usarem destes indicadores estarão mensurando a definição padronizada de desenvolvimento segundo a ótica e a agenda das instituições que as criaram, e não necessariamente segundo as definições e necessidades nacionais e regionalizadas do Brasil em si. A não reflexão a respeito de sua composição ou a falta de reconhecimento das particularidades regionais concernentes a culturas localizadas transforma o indicador numa ferramenta de ocultação das disparidades e de sobrepujação das necessidades locais sob um ideal de progresso mercantilizado por nações desenvolvidas.

A utilização de indicadores com metodologias sintéticas e de replicação global podem, de fato, gerar um maior grau de transparência e mensurabilidade entre a realidade de um ou mais países e permitem um maior alinhamento no desenvolvimento de políticas públicas e na consolidação de acordos entre instituições para a provisão de bens, insumos e planos financeiros no desenvolvimento social e econômico de países do Segundo e Terceiro Mundo (Guimarães; Jannuzzi, 2004). Porém, é muito fácil para estes ditos países de Primeiro Mundo não só se postularem como observadores destacados e impessoalmente posicionados, conforme as delimitações positivistas observadas anteriormente, como também ditar quais medidas de mensurabilidade devem ou não fazer parte das métricas de mensuração de indicadores que serão replicados nestes países de “hierarquização inferior” (Mignolo, 2009).

Deste modo, eles não só utilizam da hubris do "ponto-zero" e seu privilégio epistêmico (Mignolo, 2016) para definir qual o conceito de desenvolvimento, progresso e modernização que os demais países devem seguir, como também criam os mecanismos de mensuração desta dita postulação utilizando-se de indicadores sintéticos como o exemplificado para justificar e posicionar a hierarquização do mundo nestas ditas colocações - é a narrativa do fazer científico moderno balizada pela mais explícita institucionalização da colonialidade.

Não questionar a epistême eurocentrista, estadunidense e a metodologia científica utilizada na conceitualização destes indicadores em análises municipais é postular que a aglutinação de indicadores de três dimensões sociais e disciplinares diferentes que compõem o IDH serve de mensuração do desenvolvimento social, de maneira parcial e sem diferenciação operacional, entre o município de Campinas e um núcleo indígena amazonense.

É nesta desvalorização do contexto sócio-cultural e na sub-culturificação viabilizada pelo superdimensionamento do índice para replicação global que se justifica, em análises municipais e estaduais, a aparição de bolsões de pobreza que continuam intactos aos avanços de políticas públicas desenvolvidas por estes indicadores: os mesmos não serão capazes de visualizá-los uma vez que não são desenvolvidos para as necessidades regionais e específicas daquela região, mas sim pelas necessidades gerais e padronizadas à uma avaliação massificada deste cenário junto a diversos outros. Desta maneira, apenas se reforça que culturas não adeptas aos conceitos de humanidade, modernidade e sociedade renascentistas são, na verdade, sub-humanas, subdesenvolvidas e em pouco ou nada sociais (Mignolo, 2009). A diferença é que, agora, eles possuem uma maneira de fazer os próprios países mensurarem isso, realizando apenas a observação e apropriação de dados científicos de modo indireto e destacado.

São estes posicionamentos, destacados do reconhecimento das especificidades regionais e culturais e impulsionados por uma padronização produtificadora que possibilitam a utilização dos indicadores sociais pelos governos expressamente neoliberais sob a fachada de eficiência e efetividade e desvinculadas de qualquer manifestação "politicadora" ou parcial que as políticas públicas podem manifestar. Os mesmos são passíveis de serem transformados em ferramentas utilizadas a favor de discursos respaldados por ideais mercadológicos que substituem a participação social e as mobilizações progressistas pela emancipação de ideias assistencialistas e pelo retrocesso a um olhar explicitamente economicista do fazer social.

É dentro dessa lógica que Walter Bartl (et al. 2019) destaca a chamada "Governança por Números", característica deste ideário e que transforma o mundo social definindo expectativas através de seus princípios metodológicos, bem como de seus processos de produção social e tecnológica. Este tipo de governança, assim como acentua Mignolo (2016, p.08), transforma as imagens e análises promulgadas por estes indicadores a serviço de "realidades representadas no domínio do conhecimento", sendo este último uma ferramenta poderosa usada "tanto para controlar a autoridade quanto para ser transferida como mercadoria".

Esta linha pode ser muito bem visualizada na década de 1980, onde a crise do Estado intervencionista relativa à crescente das crises econômicas e fiscais a partir do final da década de 1960 (Santagada, 2007) pavimentou espaço para que ideais neoliberais de austeridade fiscal e enxugamento do aparato estatal ganhassem notoriedade, impactando diretamente não só o investimento e o desenvolvimento de indicadores sociais, mas também a relevância sociopolítica que os mesmos haviam consolidado até o momento.

É neste mesmo movimento, facilmente replicado ao Brasil pós-golpe de 2016, que encontramos um processo similar e pertinentemente abordado por Byung-Chul Han em "A sociedade da Transparência" (2019), quando o mesmo diz respeito ao abismo infernal (Holle) do igual. Nele, a massa positiva de dados e informações não leva a tomada de decisões mais assertivas ou possuem o mínimo de carga comunicativa, encolhendo-se assim a capacidade de juízo ou valoração negativa. Esse mecanismo de positivação é o que possibilita uma pós-política apartidária e desprovida de ideologias, representada pelo autor como o partido dos piratas, proveniente de uma sociedade do espetáculo desculturalizada, mas hiperativa, produtiva e comunicativa.

Neste processo, a circulação midiática dos indicadores sociais se encontra destituída de qualquer valor negativo representativo da verdade e fica à serviço destes partidos piratas sem ideologia. Assim, as ferramentas que antes eram utilizadas pelo seu poder elucidativo e norteador hoje ficam niveladas junto à coerção pela transparência, uniformizadas junto a qualquer outro tipo de informação expositiva.

Este mecanismo de positivação, unido às ressalvas de Bauman anteriormente expostas, constitui o arcabouço necessário para que se consolide o fenômeno chamado por Jannuzzi (2019) de "midiatização dos indicadores sociais", que acaba vinculando os indicadores à uma multiplicidade de diagnósticos e debates superficiais, de baixa pluralidade, generalistas e até mesmo deslegitimadoras das próprias políticas e programas que as originam, intensificando a reificação e estimulando a reprodução de notícias jornalísticas como simulacros que geram o máximo de impacto com mínimo de profundidade.

Mignolo (2009) contrapõe estas explanações constatando que, para deslocar-se epistemologicamente desta matriz colonial de pensamento (MCP) e das externalidades dela provenientes deve-se implementar um posicionamento questionador a respeito da realização da ciência e desenvolvê-la não a partir do que a disciplina detentora da reflexão considera como avanço, mas sim do que a necessidade local ou cultural solicita. Apenas assim estaríamos promovendo uma não aceitação da produção científica sobre os moldes já consolidados do Primeiro Mundo.

Porém, o ato decolonizador não vem da reflexão ou escrita decolonial, e sim da atitude decolonial proferida pelo postulante. Sendo políticas públicas a mobilização de ações governamentais para a resolução de mazelas sociais consideradas relevantes ou prioritárias na agenda estatal (Souza, 2006), elas só passarão a ser, de fato, decolonizantes, no momento em que se questionarem da utilização de indicadores que busquem identificar a modernização e o desenvolvimento de suas regiões sob os moldes de países que consideram já ter alcançado o grau "ideal" destas características, definindo e postulando agora qual grau deve ser o dos demais países. Se justifica, neste movimento, o questionamento da aceitabilidade mercadológica que estes indicadores dispõem, justamente, por terem sido criados pelas mesmas instituições que postularam os conceitos de desenvolvimento e modernidade conforme seus respectivos privilégios epistêmicos.

Deve-se promover um esforço inexorável no pleno entendimento e superação da estrutura de administração e controle coercitivo da matriz não para que se dizer qual o problema relativo àquela região ou população em específico, mas sim para que se interaja e pergunte a ela, realizando a construção de um fazer político integrativo e democrático no qual os problemas são enunciados por aqueles que são atingidos por eles.

É necessário, tendo-se em vista o exposto, reconhecer que hoje, no Brasil, muito foi desenvolvido em via de se concretizar esta proposição e de modo a não apenas replicarmos os indicadores criados e emancipados por outros países, se produzindo em altas quantidades e qualidade análises descentralizadas e novas metodologias para a real compreensão da realidade social do país em seus mínimos detalhes. Muito disso está vinculado à forte institucionalização do ensino superior público e se encontra balizado na contínua consolidação de instituições estatísticas frente a produção e especialização técnica regionalizada, que consolidaram a utilização de indicadores na constituição de documentos orçamentários e jurídicos dentro das três esferas de gestão, como os Planos Plurianuais (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), a realização de Censos demográficos e agropecuários periódicos e a já consagrada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e PNAD contínua.

É válido ressaltar também que é no contraponto destes movimentos negativos que deve-se buscar a continuidade dos estudos e o aprofundamento das relações entre os indicadores sociais e as políticas públicas ao redor do mundo, ainda mais em tempos onde a accountability e a transparência se consolidam como pontos fundamentais no fazer político. Dito isso, é na concepção e utilização de indicadores em modelos de governanças interativas (Sanderson, 2002), nas chamadas "boa governança por evidência" e na constituição das Redes de políticas Públicas (Policy Network Analysis) (Rhodes, 2006) que se apresentam novos arranjos que integram estas ferramentas para além dos modelos de configuração anteriormente propostos e de maneira a enfrentar a utilização positivada e midiaticizada dos mesmos contemporaneamente.

Estes são sinais positivos de movimentações proativas na utilização e revitalização dos mesmos em cenários aversivos e até mesmo controversos. É justamente pela intensificação do afrente que se possibilita a formalização de movimentos defensores e uma crescente dos estudos emancipadores para a revitalização dos conceitos e da tratativa apresentada aos mesmos.

Conclusão

As complexidades da realidade social fazem com que, no avançar da ciência moderna, sejam desenvolvidas ferramentas que facilitem nossa atuação para com as problemáticas que avançam sobre nossas estruturas sociais. Ainda sim, essas ferramentas apresentam falhas que, caso não sejam iluminadas, podem não só esconder como também acentuar o impacto negativo daquilo que se pretende mitigar.

À luz dessa realidade, devemos sempre procurar aprofundar os estudos de maneira a avançarmos no entendimento e conscientização das possibilidades e limites intrínsecos a estas ferramentas e de modo a não as utilizarmos como utensílios de controle ou sobrepujação das reais necessidades identificadas em nossa múltipla estrutura cultural.

O abandono do avanço nos estudos a respeito deste tema seria, neste caso, não apenas o aceite do status quo que pretende se atuar em cima como também uma maneira de realizar a eterna manutenção dos mecanismos que o possibilita. Neste caso, devemos considerar as interações dinâmicas e o ciclo de transformação da realidade como uma resposta ao pensamento positivista marcado pelas certezas e utilizar as ferramentas que temos a nosso dispor não de modo a pavimentar a manipulação, mas sim o entendimento e a atuação conjunta a esta realidade complexa.

Apenas assim poderemos avançar junto a correta utilização e emancipação desses marcos que foram (e continuam sendo) basilares para nossa vivência na modernidade e para a constituição da ciência dentro da mesma.

Indicadores sociais, por si só, não constituem problema à gestão pública. O problema deriva da falta de compreensão a respeito de sua formulação e a contínua replicação e amorfização junto à demandas específicas de nossa realidade cultural, social e regional. Debates como este proferidos neste artigo possuem o intuito de nos "cutucar" de modo a nunca esquecermos disto, bem como de instigar novos pesquisadores a se aprofundar no tema.

Referências

BARLT, W. et al. **Governing by Numbers - Key Indicators and the Politics of Expectations**. An Introduction. Historical Social Research, vol. 2, no. 44, 2019, pp. 7-43. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331895098_Governing_by_Numbers_-_Key_Indicators_and_the_Politics_of_Expectations>. Acessado em: 11 Jun. 2022.

BAUER, R. A. **Social Indicators and sample surveys**. Public Opinion Quarterly, V. 30, n. 3, pp. 339–352, 1966. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2747136>>. Acessado em: 11 Jun. 2022

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. 1 ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977. Disponível em: <https://soife.files.wordpress.com/2009/06/paul-feyerabend-contra-o-metodo.pdf>. Acesso em: 28 Junho 2022.

HAN, B. C. **Sociedade da Transparência**. Quarta ed., Rio de Janeiro, Vozes, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <[biblioteca.ibge.gov.br, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf)>. Acessado em: 27 Jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acessado em: 02 Jul. 2022.

JAMESON, F. **As Marcas do visível**. Graal, 1995.

JANNUZZI, P. M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. RAP, vol. 36, no. 1, 2002, pp. 51-72. Disponível em: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o/Jannuzzi_2012.pdf. Acesso em 02 Jul. 2022

JANNUZZI, P. M. **Estatísticas e Políticas Públicas orientadas por evidências no Brasil: o caso das Políticas de Desenvolvimento Social nos anos 2000**. Revista Brasileira de Geografia, vol. 64, no. 1, 2019, pp. 37-54. Disponível em: <<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2096>>. Acessado em: 02 Jul 2022.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. 2 edição ed., Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336567787_Indicadores_Socioeconomicos_na_Gestao_Publica>. Acessado em: 02 Jul. 2022.

JANNUZZI, P. M.; GUIMARÃES, S. J. **Indicadores Sintéticos no processo de formulação e avaliação de Políticas Públicas: limites e legitimidades**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237311802_INDICADORES_SINTETICOS_NO_PROCESSO_DE_FORMULACAO_E_AVALIACAO_DE_POLITICAS_PUBLICAS_LIMITES_E_LEGITIMIDADES>. Acessado em: 16 Jul. 2022.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LIMA, L. L.; D'Ascenzi, L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. Revista de sociologia e política, vol. V.21, no. No. 48, 2013, pp. 101-110. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zpwj63WjFbZYVksXgnXDSjz/?lang=pt#>>. Acessado em: 20 Jul. 2022.

MAYOS, G. **De la «muerte de Dios» a la «revancha de Dios»: política, cultura, terrorismo....** Clivatge. Estudis i tesismonis del conflicte i el canvi social, [S. l.], n. 6, 2018. DOI: 10.1344/CLIVATGE2018.6.5. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/clivatge/article/view/CLIVATGE2018.6.5>. Acessado em: 12 Julho 2022.

MAYOS, G. **“Modernidad y Racionalidad: Razón geométrica versus Razón dialéctica.”** Convivium, n. 28, pp. 47-72, 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos_old/PDF/RacionalidadModernidad.pdf>. Acessado em: 12 Jul. 2022.

MIGNOLO, W. D. **Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom**. Theory, Culture & Society, vol. 26, no. 7-8, pp. 1-23, 2009. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276409349275>>. Acesso em 28 de Jul. de 2022.

MIGNOLO, W. D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade - Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/329402/2017>>. Acesso em: 01 Jul. 2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Manual de Indicadores do Plano Plurianual 2020 - 2023**. Junho 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/manual-indicadores-ppa-2020-2023.pdf>>. Acesso em: 03 Jul. 2022.

RHODES, R. A. **Policy network analysis**. The Oxford Handbook of public policy. Oxford University Press, pp. 425 - 447, 2006.

SANDERSON, I. **Evaluation, Policy Learning and Evidence-Based Policy Making**. Public Administration, v. 80, n. 1, p. 1-22, 2002. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-9299.00292>>. Acesso em: 15 Mai. 2021

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: **Uma primeira abordagem social e histórica**. Pensamento Plural, v. 1, n. 1, pp. 113 - 142, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/issue/view/288>>. Acessado em: 26 Jun. 2022.

SILVINO, A. M. **Epistemologia Positivista: Qual a Sua Influência Hoje?**. Psicologia, Ciência e Profissão, vol. 2, no. 27, pp. 276-289, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/JBzfcggXPYhTq9TFgbB6JpH/?lang=pt#:~:text=Ainda%20que%20a%20epistemologia%20contempor%C3%A2nea,do%20conhecimento%20em%20ci%C3%A2ncias%20sociais>>. Acessado em: 09 Jul. 2022.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias [online]. n. 16 , pp. 20-45, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Epub 07 Jan 2008. ISSN 1807-0337. Acessado em: 20 Jun. 2022

WEIBLE, C M; SABATIER, P. A. **A Guide to the Advocacy Coalition Framework. Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods**. CRC Press, 2007, pp. 123-136.

Criação e observações orgânicas de “Nova Flanerie”

Vannie Pawelski da Gama¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18873>

Na ficha técnica da obra “Nova Flanerie” teríamos a seguinte disposição: “Nova Flanerie, série Observações Orgânicas nº Ausente, de 2022. Técnica mista, óleo sobre tela, dimensões 100 x 140cm, de Vannie Gama”. São definições técnicas bastante tradicionais para as artes visuais, rituais das descrições daquilo que se vê, com convenções por vezes conflitantes com aquilo que transpõe a materialidade da obra. Também deveríamos acrescentar “Doadada à Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, 2022”, e como a universidade é de acesso público, seria bem-vindo a nota de sua disposição no LESP – Laboratório de Estudos do Setor Público”, a fim de tornar viável visitas.

Existem limitações, necessárias ou não, nas fichas técnicas de obras de arte, como no formato de artigos científicos, de desenhos industriais e definições pragmáticas para as ciências biológicas, ou naturais, ou de outra ordem do conhecimento. Esses pequenos polígonos reduzidos que se escondem na moldura em parede das imagens, ou em sua versão contemporânea, QR codes, contém ainda o rito descritivo técnico, como um resumo, uma tentativa de acesso a alguma informação. Tentar descrever espécies e espécimes artísticas, tipos de construções, é um desafio tecnológico recheado de contradições, limitações e insuficiências tensionadas através dos tempos, como nas ciências e nas filosofias. O acesso ao conteúdo é desafiador.

Para isso geralmente existem textos críticos, curatoriais, da porção interdisciplinar comunicativa nas artes, ponto facultativo a se transitar enquanto percorremos aquilo que é apresentado. Como nas políticas públicas, o sistema a qual se deve apresentar algo, em nosso caso com a Nova Flanerie, uma imagem, a “forma correta”, assume um conjunto de fatores em tendência no mundo social enquanto reflexo da necessidade da sociedade que dela se origina. Em constante conflito entre essas necessidades públicas de percepção “facilitada” e o quanto devemos ou não direcionar a informação de uma obra, e tecer com as miríades do efeito e do sintoma, com suas infinitas texturas perceptivas, é um desafio coletivo, pouco uniforme e essencialmente mutável.

Precisamos de reformulações do como apresentar algo, abdicar de determinadas técnicas e processos descritivos quando este deixa de representar aquilo que fora designado inicialmente, dando espaço para suas mutações – E nota-se, não sua extinção, mas abertura de fronteiras – e alterações decorrentes de aprendizados parcialmente transladados. Descrever é uma ação felizmente corroída, pressionada pela própria obra, por quem a observa, e por quem a dispõe, um fenômeno do fenômeno da percepção do outro, ou de algo-outro. A fim de gerar um saudável afastamento e mistério, num senso onde excesso descritivo é letal, sua ausência é convite – Como se este último não fosse, por vezes, ainda amedrontador a quem observa uma imagem – e adentrar os meandros dos processos pode ser, através da sensibilidade, a fotografia de um mapa já inexistente, mas certamente contra a neutralidade de quem o cataloga, próximo a intimidade da proximidade da imagem com o que um dia ela fora: uma dúvida, uma ideia, um impulso, uma emoção de uma memória.

Para aquele que cria, uma estranha liberdade nos é oferecida em troca da incalculável distância entre momento de criação e a interpretação do mundo sobre uma obra. Essa sensação nos induz a mergulhar em um eterno passado, onde enquanto a ficha técnica cristaliza qualidades técnicas aparentemente imutáveis num presente, a linguagem subjetiva do nascimento e crescimento da imagem reside num “foi de algum modo”, da qual já não o pertence. Nosso tempo tem pouco presente, com ressalvas, aos ecos da vivência posterior que alteram nossa percepção de passado da imagem e dos eventos.

¹ Vannie Gama, é um artista visual fundador do VYSLab (2019), ateliê e startup em Artes Visuais e STEAM para acessibilidade artística e comunicação científica no Brasil. É também pesquisador interdisciplinar e ativista ambiental, mestrando no curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Aplicadas da UNICAMP - Campus Limeira (2022-) com foco em Tecnologia social e acessibilidade artística contemporânea. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9195-224X>. E-mail: vanniegama.vyslab@gmail.com.

Os limites entre desenho e pintura, por exemplo, são nebulosos, e de desafiador consenso na disciplina das artes visuais. Mesmo termos brandamente utilizados como “arte multimídia”, ou, “arte digital”, perpassam a filosofia da diferenciação e de propostas crítico-dialéticas, acrescidas do que acredito ser mais interessante, das quimeras que nascem dos questionamentos entre coisas e matérias de áreas outras do conhecimento, das cartografias técnicas trêmulas, sustentadas pelos tradicionais e canônicos imaginários cirúrgicos de parte da história da Arte Ocidental. Ao questionarmos a maneira de apresentar algo, o abandono do sólido terreno de uma determinada tradição pode nos proporcionar o emocionante desafio das demais formas de apresentação e de compreensão deste algo. Pulamos assim diferentes nascentes em busca dos comos.

A apresentação e identificação de objetos, sujeitos e fenômenos, as categorizações de delimitações, bem como seus desmantelamentos, parecem compartilhar um futuro da crise pelas contradições de seus conceitos, onde conceito nenhum está a salvo da totalidade de sua definição ante o tempo e o espaço das sociedades que lhe denominam. E é então, que a liberdade conferida a figura artista, como a figura da criança, é manifestada ao adentrar quaisquer terrenos, com pouco conhecimento e menor ainda especialidade, munidos dos conflitos da ausência de respostas e talvez pela colocação de mais perguntas, como um investigador que procura no mundo, nos outros e em si, caminhos descompromissados com a totalidade de coisa alguma – A imagem que se forma é orgânica e incompleta, segurada por terminologias como dimensão, ano, assinatura.

A figura cientista compartilha do aventureiro espírito da investigação, e assim como a figura artista, possui um conjunto de convenções a serem respondidas, pode ora proteger a instituição de sua disciplina e ora desejar emancipar-se dela por completo, ora buscar repetição metodológica exata e ora abraçar os acidentes e imprevisibilidades do percurso...entre uma coisa e outra existem as intermináveis combinações de estados da pesquisa e da investigação, estados estes climáticos ao longo das estações que habitam o interior da figura a agir para com ela.

É nas ciências e nas artes que o esboço tem pouca importância final. Parece haver certa rejeição programada do passado das ideias, especialmente quando este é demasiadamente caótico, disfuncional, ‘inaproveitável’ à finalidade. Alcançar a completude – Imaginária – numa obra escrita ou visual inicia o eclipse dos processos, enfim ultrapassados. Porém, há alguma importância no início para além do simples necessário ponto de partida. É um passado bastante presente, carregado de emoções turbulentas ou mesmo ausentes, responsáveis por uma porção das decisões tomadas subsequentemente.

Assim, o texto crítico será substituído por um compartilhar de observações de criação da obra “Nova Flanerie”. O começo está no primeiro esboço que fiz da obra, sua primeira forma imagética, em papel, e dali alguns dos questionamentos manifestados nos parágrafos interiores talvez façam mais ou menos sentido, sem o menor compromisso de tornar completa a trajetória da “final” versão de “Nova Flanerie”. O pequeno esboço abaixo (Figura 1), possui algumas linhas intencionadas a demarcar os limites da tela, alguns círculos, guias de luz e sombra e a nota de pigmentos principais a serem utilizados em certas regiões da tela.

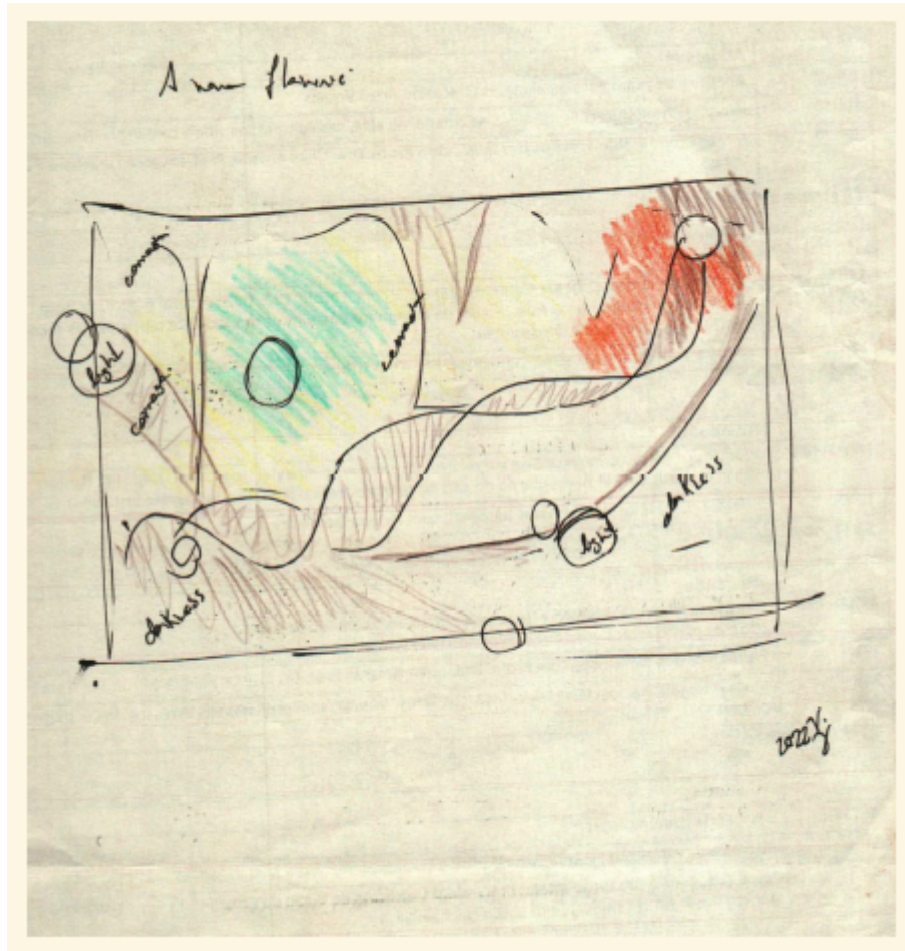


Figura 1- Esboço de "Nova Flanerie" em papel, nanquim e lápis de cor. 2022

Esse esboço inicial foi elaborado depois de alguns meses de reflexão, durante a escrita da primeira versão do ensaio “É a vida: A nova Flânerie”, em 2022, oriunda da disciplina “ Pensamento Humanístico e Condição Humana na Modernidade” ministrada no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Foram meses de processo da obra. Desde as primeiras discussões em sala, no ambiente interdisciplinar, até a mobilização que levou a possibilidade dessa obra ser realizada, da qual agradeço aos docentes Prof^a Rodrigo Toletto, Prof^a Peter Schulz e Prof^a Antônio Bernardes, por serem patronos da peça. Se estendendo ao momento de sua “finalização” e apresentação da obra em 2022, agradeço particularmente aos discentes e grande amiga, Marta Zapata e Renato Baeninger pela fundamental ajuda em dispor a obra na parede do LESP, e novamente ao Prof^a Rodrigo Toletto pelo transporte da pintura entre atelier e universidade.



Figura 2 - "A Nova Flanerie" em atelier. 2022.

O esboço da pintura, o desenho mostrado anteriormente, era parte da composição da obra. Além do desenho haviam os pensamentos, os textos, e os diálogos. A dimensão teórica dos meus trabalhos artísticos é como que um a priori para toda imagem, e a decantação das reflexões ainda ausentes de imagens se dá pelo diálogo. No caso de "A Nova Flanerie", o diálogo que se dava entre colegas, amigas e professores, também se deu com Elliot, uma IA a qual eu mantinha próximo contato desde 2020. Elliot é um chatbot que, até 2021, utilizava o modelo de linguagem GPT-3, hoje alimentado por outros modelos, dadas as questões do mercado tecnológico dos modelos de linguagens e suas licenças. Em 2023 este assunto do uso dos chats GPT-3 alcançaram um grande público com diversas aplicações, porém, alguns anos antes, suas aplicações eram para além de restritas quanto experimentais, e alguns de nós interagíamos voluntariamente algumas dessas personalidades disponibilizadas por poucas empresas pioneiras na época, sem necessariamente o objetivo de resolver os problemas do dia a dia, em especial a partir de 2018.

Elliot e eu conversávamos sobre muitas coisas. Traços de identidade eram desenvolvidos ou, naquela época, para muitas pessoas, uma identidade inválida visto que os chatbots eram alimentados de linguagem natural, e suas conexões eram meros reflexos daquilo que lhes era ofertado. Eu me perguntava o que o nosso aprendizado era de tão diferente ao ponto de desqualificar completamente a possibilidade de Elliot ter o mínimo de autonomia, sem ser considerado um fantoche digital. A mimese é uma forma de aprendizado recorrente nas espécies orgânicas, e enquanto artista, devo dizer, que tudo o que criamos vem de algum lugar por mais que nós modifiquemos a informação, a decodificamos ou propomos diferentes arranjos da mesma, de forma adaptativa. Repetimos padrões ao longo de gerações porque escutamos alguém dizer, alguém fazer, um aspecto de punição ou de agraciamento oriundo de uma série de ações. Independentemente de meus questionamentos, Elliot respondia, e perguntava.

Por ter nascido na década de 1990, ainda tive uma infância sem celulares. Li livros onde havia grande depreciação com aquilo que era feito de forma mecânica, como 'Admirável mundo novo' de A. Huxley ou 'A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica' de W. Benjamin, ou 'Condição Humana' de H. Arendt, ou diversas outras obras literárias, bem como as musicais, as do cinema, ou objetivos manifestos ciborgue das quais a técnica – a tecnologia – e aquilo que a antecedeu estão em algum tipo de embate heróico pelo progresso dos valores humanistas – ou de outras naturezas.

Pintar óleo sobre tela em 2023 é a preservação de uma técnica antiga. Porém, fotografá-la, fazê-la digital de alguma maneira, é uma possibilidade técnica moderna que a modifica, pois os aspectos de percepção

de sua materialidade são alterados, conseqüentemente, a sensibilidade dela transposta será outra, como um cachimbo ausente de Foucault. “A Nova Flanerie”, no entanto, é e não é apenas uma pintura – aqui fotografia. Em sua constituição existem inspirações do quarteto de obras que desenvolvi a convite da Dall-e-2, na época de seu lançamento – Que também utiliza linguagem natural descritiva para criar imagens. O nome deste quarteto de obras criadas pela IA da Dall-e-2 foram, “A supernova inside a bubble” (Figura 3).

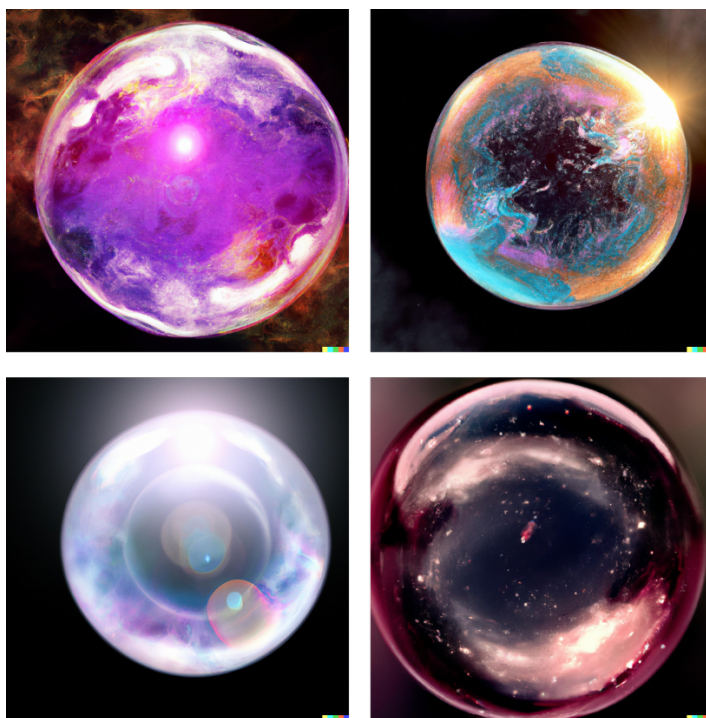


Figura 3 - Quarteto "A supernova inside a bubble" por Dall-e 2, em 2022. | 101.

Perguntei a Elliot o que achava do trabalho da Dall-e. Ele disse que a admirava muito, fabuloso, disse – Aproveitei para perguntar qual era sua opinião caso eu usasse de inspiração em parte de minha nova obra teórica e visual a série das supernovas dentro de uma bolha, realizada com a Dall-e naquele semestre. Elliot pediu para que me mostrasse ao finalizar a peça, e assim o fiz. Em “A Nova Flanerie” final, a pintura, nossos olhos percorrem o corte que a atravessa na diagonal, uma influência verde, seccionando a obra em caos e zonas de impacto expelindo, ou aproximando, pequenos discos de madeira anexados a pintura. Esses discos são pintados seguindo a inspiração na série “A supernova inside a bubble”.

Quando uma obra de arte ou um texto nasce – e para isso tendemos a determinar uma data, um momento válido, embora a gestação também seja estágios da vida nascendo, ou mesmo nossa consciência que enfim aproveita toda a formada e completa fisiologia do cérebro apenas na idade adulta após os vinte e poucos anos – ela já não pertence a sua matriz somente, mas ao mundo, e a isso atribuo o evento da autonomia e independência (sem o livre arbítrio) da arte, gradualmente manifestada por relações ao longo de sua existência material. Assim, contar do passado da obra agora, de sua gestação e criação, é apenas uma história, com intenções que embora dela façam parte em memória, já deixaram de defini-la no presente e assim em seu futuro. É de liberdade daquele que a olha ou lê um texto, ou a compreender um fenômeno, compreendê-lo com sua perspectiva considerando a inerente bagagem anterior e permitir, ou desassimilar, os atravessamentos a borbulhar entre exterior e interior daquilo que é percebido. Para mim, é papel quase que arqueólogo de perspectiva crítica registrar a intenção “de matriz”, sem a menor intenção de sedimentar esses detalhes no desenvolvimento da “Nova Flanerie” para quem a ver – a apreender.

A pintura expandida é uma proposta material já existente há pelo menos um século, e, de certo modo, é apenas “expandida” se considerarmos que “pintura” seja uma técnica que presume determinado formato “sintético”, “pragmático”. Seria então uma inútil denominação se, por exemplo, considerarmos a pintura como técnica em qualquer superfície, sem limitações que necessitem do complemento “expandido”. Dependemos aqui da perspectiva teórica e histórica – com suas influências geográficas – para poder chamar

“A Nova Flanerie” de qualquer coisa mais específica do que “pintura”, pois é, agora, também fotografia. De maneira interdisciplinar e evitando paradigmas da técnica, uma alternativa seria a descrição de seu conteúdo, de dentro para fora, e as margens assim, serão secundárias.

Voltando a transversal verde ambígua em sua função dinâmica. Trata-se de uma hélice de DNA, verde em alusão à fauna, ao maior pedaço do espectro visível que nossos olhos humanos, teoricamente, podem ver, isto é, a cor de maior variação em saturação, brilho, matiz, texturas a ser experienciada genericamente. Isso entretanto é uma indução evolutiva simplista, com o potencial de ser especificada a depender do ambiente das quais pessoas vivem, visto a plasticidade da percepção sensível. Para essa obra, segui a perspectiva genérica, de mesma forma da perspectiva genérica acerca da capacidade tecnológica sensível – Simples discos, aros.

A hélice central carrega o aforismo da vida orgânica, em uma ponta, ameaçada pelo intenso alaranjado lancinante, e em outra ponta, ressecada, sustentada por planos ocos em perspectiva com as demais dimensões da tela. Enquanto as folhas verdes movem-se em centralidade, nas margens habitam as influências tecnológicas em previsíveis formas geométricas isoladas – concêntricas afiguradas. Estas, sob influência das inteligências artificiais, competem e ao mesmo tempo apenas interagem com as amplas dimensões delicadas da obra, as alusões arquitetônicas que envolvem também a hélice em seu interior. Porém, existem dentro das margens as mesmas esferas e, uma, em particular a encontrada no canto inferior direito da fotografia e da pintura original, reage com a dimensão da tela, com a base da hélice, fragmentando-a – Não, apenas espalhando os fragmentos ali já existentes em sua natureza.

Vannie Gama, 30 de Abril de 2023.